



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

JOÃO PAULO DAVI CONSTANTINO

**UM CONTO DE DUAS CIDADES: DESENVOLVIMENTO URBANO E CAPITALISMO
PERIFÉRICO NAS INTERPRETAÇÕES DO PENSAMENTO PAULISTA E
FLUMINENSE.**

Campinas

2019

JOÃO PAULO DAVI CONSTANTINO

**UM CONTO DE DUAS CIDADES: DESENVOLVIMENTO URBANO E CAPITALISMO
PERIFÉRICO NAS INTERPRETAÇÕES DO PENSAMENTO PAULISTA E
FLUMINENSE.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, na área de Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana de Azevedo Barretto Fix

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA POR JOÃO PAULO DAVI
CONSTANTINO E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. MARIANA DE AZEVEDO
BARRETTO FIX

Campinas

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

C766c Constantino, João Paulo Davi, 1994-
Um conto de duas cidades : desenvolvimento urbano e capitalismo periférico nas interpretações do pensamento paulista e fluminense / João Paulo Davi Constantino. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Mariana de Azevedo Barretto Fix.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Urbanização. 2. Capitalismo - aspectos sociais. 3. Cidades e vilas. 4. Rio de Janeiro (RJ). 5. São Paulo (SP). I. Fix, Mariana de Azevedo Barretto, 1970-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A tale of two cities : urban development and peripheral capitalism in the interpretations of the paulista and fluminense urban thought

Palavras-chave em inglês:

Urbanization
Capitalism - Social aspects
Cities and towns
Rio de Janeiro (Brazil)
São Paulo (Brazil)

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Mariana de Azevedo Barretto Fix
Cibele Saliba Rizek
Pedro de Novais Lima Junior

Data de defesa: 03-12-2019

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-3585-639X>
- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0293807782207102>

Agência: CAPES

nº do Processo: 1695793

Dissertação de Mestrado
Aluno: João Paulo Davi Constantino

**UM CONTO DE DUAS CIDADES: DESENVOLVIMENTO URBANO E CAPITALISMO
PERIFÉRICO NAS INTERPRETAÇÕES DO PENSAMENTO PAULISTA E
FLUMINENSE.**

Defendida em 03 /12 / 2019

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Mariana de Azevedo Barretto Fix

Presidente da Banca Examinadora, Orientadora – IE/UNICAMP

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek

USP

Prof. Dr. Pedro de Novais Lima Junior

UFRJ

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros da comissão examinadora encontra-se disponível no SIGA/ Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós-Graduação do Instituto de Economia da UNICAMP.

Aos meus pais e irmãos, sem os quais, por certo, não teria sido capaz de concluir este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são sempre uma difícil, porém prazerosa, tarefa. Agradeço primeiramente a Deus pela força, luz, e acima de tudo, bondade comigo. Quando olho para trás, vejo que em nenhum dos momentos que envolveram a construção deste trabalho Ele me deixou sozinho. Por isso, e por muito mais, sempre serei grato.

Agradeço minha orientadora, professora Mariana Fix, pela preciosa contribuição, paciência e bom humor.

Aos professores Cibele Saliba Rizek e Pedro de Novais Lima Júnior, por carinhosamente participarem da banca de defesa e guiarem este trabalho para sua melhor versão possível.

Aos professores do Instituto de Economia da Unicamp, pelo valioso aprendizado. Agradeço, em especial, os professores do CEDE, Humberto Nascimento, Fernando Macedo e Cláudio Maciel pela convivência dentro e fora da universidade, pelas excelentes discussões em sala de aula, e pela amizade, de forma geral. Agradeço ainda ao professor Wilson Cano pelo exemplo e pela breve, porém incomparável, experiência acadêmica.

Aos professores Luiz Cesar Queiroz de Ribeiro e Pedro de Novais Lima Junior, pela preciosa contribuição na banca de qualificação, que redefiniu o rumo deste trabalho com certeza para melhor. As professoras Fernanda Sanchez e Tamara Egler, pelos comentários perspicazes.

Aos amigos queridos, aos quais corro o risco de deixar de fora algum nome, meu agradecimento geral. Farei, no entanto, algumas poucas exceções. A Marísela Hernández, pelo carinho e companheirismo diário, a Jefferson Dantas, Rosângela Pequeno e Paula Freitas pela generosidade e abrigo (literal) durante este último ano de mestrado, a Bruna Guimarães pela leitura cuidadosa e pelas conversas alentadoras, aos companheiros do CEDE pelos comentários e pela carinhosa convivência. Aos meus amigos do Rio de Janeiro, pela torcida e paciência em conviver com um estranho mestrando, dividido entre duas cidades.

A minha família, por todo apoio, o qual nunca serei capaz de retribuir. Sobretudo aos meus pais, João e Denise Constantino, por todo amor, e meus irmãos, Mariana e Pedro, pela amizade incondicional, a quem dedico este trabalho.

Agradeço, por fim, os funcionários do IE, sempre muito prestativos e dedicados, tornando a experiência acadêmica ainda mais prazerosa. Agradeço ainda a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes, pelo auxílio financeiro, em acordo com o processo 1695793.

A todos que torceram por mim, e me ajudaram, meu muito obrigado!

RESUMO

Esta dissertação objetiva comparar as interpretações do pensamento urbano crítico que se formam em São Paulo e no Rio Janeiro no período de acelerada urbanização e metropolização de ambas as cidades, isto é, na década de 1970. Apresenta, assim, as maneiras pelas quais foram problematizadas as especificidades do capitalismo brasileiro no espaço urbano a partir da ótica de duas interpretações que, apesar de semelhantes em matriz crítica, refletiram o urbano de maneiras distintas. Para isto, primeiramente, remonta o contexto histórico da pesquisa urbana da década de 1970, em sua vertente internacional e nacional, trazendo também algumas contribuições de autores clássicos da sociologia urbana francesa. Em seguida, apresenta os conceitos e categorias desenvolvidos pelo pensamento paulista, que analisa o urbano pela ótica da acumulação capitalista e das relações sociais entre Estado e capital/trabalho. A terceira parte destina-se à contribuição de autores que refletiram a realidade urbana fluminense naquele período, engajados na crítica ao marginalismo e na dinâmica do intenso processo de favelização. A conclusão, por fim, aponta as aproximações e divergências dessas duas interpretações, indagando-se que medida podem ser consideradas como “escolas de pensamento urbano” no Brasil.

ABSTRACT

This dissertation aims at comparing the interpretations of the critical urban thinking that forms in São Paulo and Rio de Janeiro in the 1970s. Hence, it shows the many ways in which the specificities of the Brazilian capitalism and their consequences in the urban space were problematized by two different perspectives, besides their similar critical foundation. For that, the first part sets the urban research of the 1970s in historical context, both on its national and international side, bringing together the contributions of classical names from the French Urban Sociology. Then, it shows the concepts and categories developed by the *paulista* thought, which analyses the urban space by the perspective of the capitalist accumulation, the State and its social relation with capital/labour. The third part aims at showing the contributions from the Rio de Janeiro thought, based upon the criticism of marginalism and the investigation of the “slum” phenomenon. The conclusion points the similarities and the differences between these two interpretations, asking to what extent could they be called “schools of thought”.

LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Taxa de crescimento da população urbana dos países centrais (%), 1960-1980.....	23
Figura 1 – Fenômenos da questão urbana nas sociedades dependentes para Castells, 1972.....	48
Figura 2 – Autoconstrução em São Paulo na década de 1970.....	67
Figura 3 – Autoconstrução em um loteamento no município de Osasco, Grande São Paulo, 1978.....	69
Figura 4 – Morro União, ao fundo o bairro de Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro, 1969.....	105
Figura 5 – Parque Proletário da Gávea, ao lado da PUC-RJ, Zona Sul do Rio de Janeiro, 1974.....	108

LISTRA DE TABELAS

Quadro 1 – Conceitos e categorias do pensamento urbano paulista na década de 1970.....	84
Quadro 2 – Conceitos e categorias do pensamento urbano fluminense na década de 1970 (1/2).....	126
Quadro 3 – Conceitos e categorias do pensamento urbano fluminense na década de 1970 (2/2).....	127
Tabela 1 – Concentração da produção industrial no Brasil, 1907-1939.....	33
Tabela 2 – População urbana brasileira e do eixo SP-RJ, 1950-1980.....	36
Tabela 3 – Quadro da urbanização dependente segundo os conceitos de Quijano, 1968.....	43
Tabela 4 – Evolução do número de logradouros no Rio de Janeiro, 1870-1933.....	88
Tabela 5 – Local de residência da população migrante com menos de 1 ano de residência na Área Metropolitana do Rio de Janeiro, 1960.....	89
Tabela 6 – População residente em favelas surgidas entre 1948-1960 na cidade do Rio de Janeiro, por distrito censitário.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CHISAM – Coordenação de Habitação de Interesse Social

CIDU – Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento Urbano e Regional, Chile

Codesco – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades

COHAB-GB – Companhia de Habitação popular da Guanabara

COPPE-UFRJ – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

EHESS – *École des Hautes Études em Science Sociales*

FAFEG – Federação das associações de moradores de favela do Estado da Guanabara

FAU-USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MSU – Movimentos Sociais Urbanos

PLANUR – Núcleo de Planejamento Urbano e Regional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SERFHAU-BNH – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SUDENE – Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste

UCL – University College London

SUMÁRIO

Introdução.....	16
Capítulo 1. O contexto histórico da pesquisa urbana e a contribuição dos “clássicos”.....	20
1.1 - Industrialização e urbanização: contexto histórico da pesquisa urbana nos países centrais e no Brasil.....	22
1.1.1 - O contexto dos países centrais e da sociologia urbana francesa.....	22
1.1.2 - O contexto da economia brasileira: industrialização e acelerada urbanização no eixo São Paulo-Rio de Janeiro.	26
1.2 - Algumas contribuições clássicas do pensamento urbano: a sociologia urbana marxista.....	38
1.2.1 - Aníbal Quijano: Dependência e Marginalidade na América Latina.....	39
1.2.2 – Marginalidade e a reprodução da força de trabalho: a questão urbana em Manuel Castells.....	46
1.2.3 - Henri Lefebvre e o direito à cidade	52
Capítulo 2. O pensamento urbano paulista: uma teoria crítica da cidade no capitalismo brasileiro	57
2.1. Paul Singer e a Economia Política da Urbanização	58
2.2. Uma teoria crítica do urbano em “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”	64
2.3 - Lúcio Kowarick e a espoliação urbana	71
2.4 - O Estado e o urbano de Francisco de Oliveira	77
Capítulo 3. Reflexões do urbano periférico a partir da experiência fluminense: a pesquisa do Rio de Janeiro no final do século XX.....	86
3.1. Pensando a favela e seus mitos: marginalidade e pobreza no Rio de Janeiro.....	91
3.1.1. O “mito da marginalidade” de Janice Perlman	91
3.1.2. “A política na favela” de Luiz Antônio Machado da Silva	97
3.1.3. A experiência urbana por Anthony e Elizabeth Leeds.	101
3.2. Moradia, “ <i>auto-urbanização</i> ” e os Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro.....	106
3.2.1. Lícia do Prado Valladares e o “círculo vicioso” das remoções.....	106
3.2.2. Carlos Nelson Ferreira dos Santos e os Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro..	114
3.3. IPPUR: caminhos de uma resistência política e teórica.....	120
Conclusão	128

Referências Bibliográficas	135
---	------------

“De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas”

Ítalo Calvino, “As cidades invisíveis”, 1972.

“É compreensível que insistam em nos medir com a mesma vara com que se medem, sem recordar que os estragos da vida não são iguais para todos, e que a busca da identidade própria é tão árdua e sangrenta para nós como foi para eles. A interpretação da nossa realidade a partir de esquemas alheios só contribui para tornar-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários”

Gabriel García Márquez, “A solidão da América Latina”, discurso de recebimento do Prêmio Nobel de Literatura, 1982.

Introdução

A presente dissertação foi resultado de uma dupla curiosidade. A primeira partiu da busca por compreender as dinâmicas essenciais que configuravam as marcas da desigualdade urbana exposta a olho nu em minha cidade, o Rio de Janeiro. Em tempos de austeridade e aprofundamento das polarizações sociais no território fluminense, revisitar obras seminais que ajudassem na compreensão dos fenômenos que afetaram e estruturaram a organização do espaço urbano me pareceu uma tarefa essencial. Em outras palavras, me pareceu fundamental entender, antes de mais nada, as intrincadas relações entre o modelo urbano desigual que no Rio de Janeiro se desenrolava e o processo histórico de desenvolvimento e modernização periférica brasileiro¹. A segunda curiosidade, por sua vez, nasceu a partir da experiência no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp, quando confrontado com uma vasta literatura sobre urbanização e seu contexto no capitalismo brasileiro que se originava, em boa parte, ou da interpretação de autores paulistas ou daqueles que observaram o urbano periférico a partir da realidade de São Paulo.

A década de 1970 representou um período fértil para o desenvolvimento das interpretações críticas do urbano, que se agravava a cada momento. O Brasil passava por profundas transformações na estrutura e na organização do seu território, com a taxa de urbanização ultrapassando 65% já na década de 1980. Dessa urbanização, impulsionada pela aceleração do crescimento industrial, era possível destacar a proeminência das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, que, mesmo na década de 1960, já contavam com mais de um milhão de habitantes. O aumento das aglomerações urbanas no país colocou também em marcha um processo de metropolização. Ao fim dos anos 1970, as nove metrópoles brasileiras já correspondiam a quase 30% da população nacional. Ambos os processos, de acelerada urbanização e metropolização, adquiriram, nos países latino-americanos, contornos completamente diferentes daqueles encontrados na história do desenvolvimento urbano dos países centrais. Nos primeiros,

¹ Cf. Ribeiro (2016). *Metamorfoses da Ordem Urbana da Metrópole Brasileira: o caso do Rio de Janeiro*. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, n.42, p. 120-160.

marcados como o foram pelos estigmas da heterogeneidade² em seus diversos níveis, o subdesenvolvimento tratou de oferecer uma urbanização explosiva. No caso brasileiro, a amplificação das tensões sociais, somada à periferização forçada de uma parcela da população, tonificou boa parte dos complexos efeitos de uma verdadeira crise das condições urbanas³ que, nas duas maiores metrópoles do país, mostraria sua expressão mais palpável.

Neste sentido, o alvo e a motivação inicial da pesquisa foi procurar, no Rio de Janeiro, um repertório de autores que, à semelhança das contribuições paulistas de cunho marxista da década de 1970, refletissem as particularidades do urbano periférico e dependente no espaço urbano fluminense. A partir disto, o objetivo central do trabalho caminhou para a comparação entre as interpretações do pensamento urbano crítico que se forma em São Paulo e no Rio Janeiro no período de acelerada urbanização e metropolização de ambas as cidades. Apresenta, assim, as formas pelas quais foram problematizadas as especificidades do capitalismo brasileiro no espaço urbano a partir da ótica de duas interpretações que, apesar de semelhantes em matriz crítica, refletiram o urbano de maneiras distintas.

A hipótese que articula o projeto é de que existem convergências de matriz crítica e divergências de ótica na produção teórica sobre a questão urbana entre o pensamento fluminense e os trabalhos do pensamento desenvolvido em São Paulo, em meados e no final do século XX. Desta, abre-se ainda outra questão que procuraremos responder ao longo do trabalho, qual seja, em que medida podemos considerar o

² De acordo com Brandão (2007), o ponto de partida de qualquer análise da realidade regional e urbana brasileira deve estar atenta aos fatores que permitem a continuidade das desigualdades sociais e econômicas e a persistência de assimetrias estruturais entre as diversas regiões e classes sociais, frutos de determinações históricas de longa duração e de outras mais recentes. O autor coloca que a heterogeneidade social, citando Tavares (1999), explica-se sobretudo pela conquista do espaço interno de acumulação que sempre confirma a tendência concentradora da renda e da riqueza e à exploração da mão-de-obra. A heterogeneidade trata, nesta instância, de um conceito que reconhece o “perfil da dimensão territorial do desenvolvimento capitalista no Brasil, marcado por inércias, rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias e por um complexo processo de desenvolvimento desigual dos espaços regionais” (BRANDÃO, 2007, p.89).

³ Expressão utilizada pelo economista Wilson Cano (2001) para retratar o agravamento dos problemas urbanos estruturais a partir da década de 1970, no que ele se refere como “urbanização explosiva”. “É a partir desse momento que a maior parte dos problemas urbanos se tornam “ciclóticos”, isto é, adquirem um enorme volume absoluto” (CANO, 2011, p. 6).

conjunto de autores analisados como “escolas de pensamento” urbano para ambas as cidades. De acordo com Becker (1996), uma escola de pensamento define-se como “um grupo de pessoas que tem em comum o fato de que outras pessoas consideram seu pensamento semelhante”, ou ainda, de maneira geral, “um grupo de pessoas que compartilham princípios comuns de pensamento e abordagem científica”. Verificam-se estas características na produção fluminense do período? E na paulista? Há uma coerência conceitual e institucional entre os principais trabalhos analisados?

A dissertação está estruturada, além da introdução e da conclusão, em três capítulos. O primeiro capítulo consiste em uma recapitulação da contribuição de alguns autores internacionais considerados aqui como clássicos, como os do estruturalismo e da sociologia urbana francesa, que influenciaram e serviram de matriz para a produção teórica urbana que se desenvolverá em São Paulo e no Rio de Janeiro. Além disso, trará o panorama histórico que marcou tanto essa produção internacional, quanto o contexto da urbanização paulista e fluminense.

O segundo capítulo foca nas interpretações do urbano oferecida por autores de São Paulo. Com as contribuições pioneiras de Paul Singer (1973), Ermínia Maricato (1979), Lúcio Kowarick (1979) e Francisco de Oliveira (1982), entre outros, formula-se uma teoria crítica do urbano na periferia do capitalismo, com o tratamento de conceitos como o da reprodução da força de trabalho nos centros urbanos, do consumo coletivo, das relações capital/trabalho e do Estado e seus serviços na cidade; além da autoconstrução e da crítica central à ideologia do marginalismo.

O terceiro capítulo, por sua vez, será voltado para as interpretações de autores que refletiram o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro neste período, como Janice Perlman (1977), Luiz Antônio Machado da Silva (1967), Anthony Leeds (1970), Licia do Prado Valladares (1978) e Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1978), que, além da crítica ao marginalismo, trouxeram para o centro do debate questões como o conflito das classes populares, a relação do Estado com estas, o crescente processo de *favelização* (mais avançado, neste momento, que em São Paulo), os círculos viciosos das remoções urbanas etc.

A conclusão da dissertação servirá tanto para lembrar as discussões propostas ao longo do trabalho, com seus objetivos e hipóteses, como para comparar as duas possíveis “escolas” de pensamento apresentadas, amarrando os conceitos levantados e expondo as semelhanças e divergências entre as interpretações paulista e fluminense sobre o fenômeno urbano no capitalismo periférico.

Capítulo 1. O contexto histórico da pesquisa urbana e a contribuição dos “clássicos”

Para apresentar o modo como foi tratada a relação entre urbanização e capitalismo no pensamento urbano das duas principais cidades brasileiras, nosso ponto de partida é o processo de industrialização. Isto porque a industrialização, com todas as transformações que abarca em seu bojo, é o fenômeno que por excelência caracteriza os traços da sociedade moderna. Se por um lado parece óbvio afirmar que as cidades já existiam antes mesmo do processo de industrialização, também é verdade que este último é o responsável pela profunda dinâmica de transformação social que experimentamos há pelo menos um século e meio.

Apesar de unidos, ambos os processos possuem também uma relação conflituosa. Historicamente, segundo Lefebvre (1996), houve sempre um violento confronto entre a realidade urbana e a realidade industrial; confronto esse que se evidencia em uma miríade de formas, tomando, em alguns momentos, contornos de uma verdadeira crise. Esse confronto, entretanto, não apresenta a mesma face nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos⁴. Pode, ainda, não mostrar os mesmos contornos entre duas cidades de um mesmo país (CANO, 1989).

Com efeito, o século XX foi marcado por episódios que transformaram a humanidade e estruturaram a forma de pensar e refletir as diversas questões à sua volta. Tomemos a Segunda Guerra Mundial, por exemplo. Foi logo após o seu término, e também por volta da metade do século, que um conjunto de pensadores, influenciados pelas consequências desse grande evento bélico e do esforço de reconstrução e reurbanização necessários, se voltaram para as questões do desenvolvimento econômico, tanto no centro como na periferia do capitalismo.

⁴ Vale reconhecer, aqui, o termo “subdesenvolvimento” como na abordagem furtadiana de um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenha passado as economias desenvolvidas (Furtado, 1961). Trata-se de um “conjunto de forças em interação e capazes de se reproduzir-se no tempo [...] com suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência” (FURTADO, 1974, p.94).

As reflexões e formulações teóricas do período, entretanto, logo revelaram o abismo que separava esses dois mundos. Na América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a CEPAL, tratou de enfatizar que a natureza do subdesenvolvimento capitalista no continente apresentava estruturas e especificidades completamente diferentes daquelas do capitalismo nos países centrais. “Isto, portanto, exigia a reconstrução do arcabouço teórico para se pensar esse processo de crescimento, bem como a busca ao entendimento melhor das formas políticas e sociais que o plasmavam” (CANO, 1989, p. 3).

A problemática urbana passou, necessariamente, por essa reconstrução. E, se a industrialização fornece o ponto de partida para a reflexão do nosso tempo, tal como apontou Lefebvre (1996), fornece também para a reflexão da dinâmica explosiva que a urbanização assume no capitalismo periférico, em especial no período pós-guerra. Tratamos, assim, de um período específico da nossa urbanização, marcado pela aceleração, concentração e metropolização do tecido e da organização urbana impulsionados pelo desenvolvimento industrial⁵.

Este capítulo está estruturado em duas partes principais. A primeira resgatará o contexto histórico da pesquisa urbana que aqui será tratada, apresentando os principais fenômenos que marcaram este momento em sua vertente internacional e nacional. A segunda, por sua vez, abordará as contribuições de alguns dos principais autores internacionais que influenciaram o pensamento urbano brasileiro, especialmente aqueles da sociologia urbana francesa como Manuel Castells. Este caminho nos apontará as convergências e divergências entre os conceitos elaborados pela produção dos anos 1970 em São Paulo e no Rio de Janeiro.

⁵ Cano (1989) afirma que o processo de urbanização das sociedades latino-americanas possuiu dois momentos principais. No primeiro, marcado pelo domínio colonial, as cidades eram organizadas através de um sistema voltado “para fora”, tipicamente primário-exportador. No segundo, concomitante e também posterior à industrialização, o sistema urbano se desenvolve “para dentro”, estabelecendo uma nova hierarquia urbana, porém ainda marcado pelas heterogeneidades gestadas no período anterior.

1.1 - Industrialização e urbanização: contexto histórico da pesquisa urbana nos países centrais e no Brasil

Antes de apresentar os elementos centrais que caracterizaram os processos de industrialização e urbanização brasileiros (com enfoque nas cidades das quais, adiante, analisaremos a produção da pesquisa urbana), é válido mencionarmos os fenômenos que pautaram o desenvolvimento do mundo capitalista central nesse momento. Estes serão pano de fundo para a formulação de questões pioneiras na reflexão crítica urbana, assim como as profundas transformações por que passa o capitalismo global a partir da década de 1970.

1.1.1 - O contexto dos países centrais e da sociologia urbana francesa

O movimento de crescimento das principais economias capitalistas no pós-Segunda Guerra Mundial está intimamente relacionado com a consolidação do padrão industrial. Neste período, as economias avançadas passaram por um processo de transformação estrutural em que suas vigorosas taxas de crescimento foram empurradas pelo crescimento do setor industrial, em especial pela indústria metal-mecânica e química.

Segundo Teixeira (1983), tais taxas de crescimento, ligadas ao forte componente de mudança estrutural, resultaram de um processo que englobou três dinâmicas essenciais. Em primeiro lugar, a mudança na composição do produto e da estrutura da força de trabalho — com elevação do emprego industrial e correlação entre produtividade e crescimento do emprego —; em segundo lugar, modificações na base técnica — difusão de bens duráveis, mudança nas fontes energéticas (do carvão para o petróleo) — e, por fim, mudanças também no crescimento e na composição da demanda final — importância do investimento, das exportações e do setor público para os países centrais e mudança no padrão de consumo com a difusão dos bens duráveis.

O período marca, de uma maneira geral, a consolidação e internacionalização da grande empresa americana, que generaliza seu padrão de produção e consumo para o resto das economias nacionais. Fajnzylber (1983) chama atenção para o rápido processo de internacionalização que acompanha o acelerado crescimento da produção

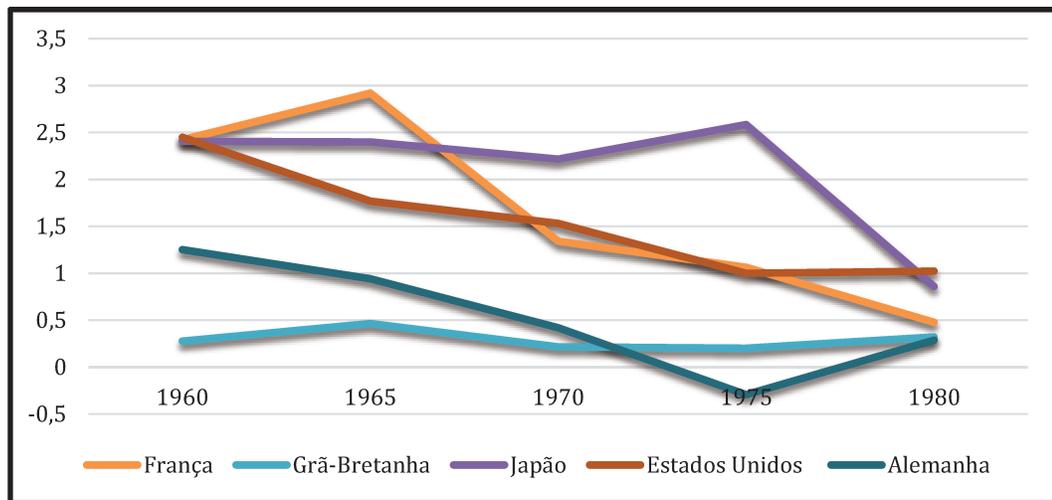
industrial, que fora das fronteiras do país de origem se expande mais rapidamente do que o comércio internacional. A grande empresa americana irá liderar esse processo de internacionalização, concentrando seus interesses nos mercados europeu e ocidental.

Os “Anos Dourados” pós-Segunda Guerra Mundial aumentam, desta forma, o grau de internacionalização da economia mundial, expresso não apenas quantitativamente através dos fluxos de IDE, mas também através das transformações qualitativas relacionadas à organização dos oligopólios mundiais. A conjuntura geopolítica, de acirrada competição com o bloco soviético, favoreceu o apoio dos norte-americanos à Europa e ao Japão, que logo tiveram condições de fazer frente às transnacionais americanas com suas grandes corporações, inclusive imitando sua estratégia de internacionalização.

Com efeito, a concorrência entre as grandes corporações, como mostram Sarti e Hiratuka (2010), passou a ocorrer crescentemente no âmbito internacional, criando rivalidades oligopolísticas que ultrapassaram as fronteiras nacionais. Esta conjuntura possibilitou o início do processo de industrialização para alguns países da periferia, embora o movimento de expansão industrial e acirramento da concorrência intercapitalista tenha se concentrado na tríade EUA, Europa e Japão.

A significativa expansão industrial e oligopolística pela qual se desenvolveu o capitalismo mundial neste período influenciou diretamente o espaço urbano. As indústrias ligadas a este espaço, como a da construção civil, expandiram-se especialmente devido ao esforço de construção do pós-Guerra. Apesar disto, o crescimento da população urbana nos países centrais declinou entre 1960 e 1980, reflexo da desestruturação que os eventos bélicos provocaram na dinâmica populacional.

**Gráfico 1 - Taxa de crescimento da população urbana nos países centrais
(%), 1960-1980**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

É preciso lembrar ainda que a urbanização da maior parte dos países desenvolvidos foi um processo que percorreu uma longa trajetória histórica, muito menos abrupta que a que ocorre na periferia do capitalismo. Desta maneira, conforme o desenvolvimento industrial se expande nesses países:

[...] essa economia urbana pôde também responder produtiva e eficientemente, ampliando sobremodo a produção não só do comércio, mas também dos transportes, das finanças e principalmente dos serviços de educação e de saúde pública [...]. A ausência daqueles desequilíbrios - a heterogeneidade estrutural - possibilitou um desenvolvimento urbano com melhor equidade, melhor distribuição de rendas e de salários, não gerando, portanto, os problemas que permeiam a urbanização no mundo subdesenvolvido (CANO, 2011, p. 3)

A consolidação deste padrão advindo da necessidade de reconstrução econômica e urbana dos países mais atingidos pela Segunda Guerra Mundial, notadamente Alemanha e Japão, aponta também para a revitalização do pensamento planejador e intervencionista calcado nos argumentos keynesianos. Neste sentido, Cano (2011) marca que o arrasamento de várias cidades europeias e japonesas exigiu um esforço de reconstrução e reurbanização do qual derivou importante teorização sobre a questão urbana.

No caso da França, de onde vem os grandes pensadores da sociologia urbana marxista, a década de 1960 germina o impulso de uma gestão tecnocrática do desenvolvimento urbano, com o governo central controlando diretamente o planejamento através de um ideal reformador. Como aponta Topalov (1988), este é o quadro político e

administrativo implantado na questão urbana durante o período em que o crescimento capitalista parecia definitivamente estabilizado. Justamente por este teor tecnocrático e planejador, a pesquisa urbana desta época é liderada em boa medida pelas agências estatais de fomento, o que, em certa medida, dita o rumo dos marcos conceituais em que estão inseridos os avanços das ideias “encomendadas pelo Estado”.

A partir de 1968, diversas mudanças no cenário político e econômico transformam a pesquisa urbana francesa. Dentre elas, Topalov (1988) cita: o crescimento do interesse financeiro no setor imobiliário; o enfraquecimento da ideologia do planejamento; a ascensão das forças revolucionárias, do movimento operário e das organizações políticas de esquerda que surgem a partir das contradições que a longa expansão capitalista pós-guerra criara, a união da ação sindical e dos movimentos populares que culminaram nas greves de maio-junho de 1968 etc.

Nas palavras do autor:

[...] tal conjuntura marcou profundamente o campo intelectual e favoreceu o desenvolvimento multiforme de pensamentos críticos questionando a ordem estabelecida. Na França, ele se manifesta principalmente através de um novo impulso do marxismo [...] Nesta época, eram intensos os intercâmbios intelectuais entre correntes marxistas dos países industrializados e da periferia, especialmente entre a França e a América Latina. (TOPALOV, 1988, p.11)

A desestruturação do padrão de crescimento anterior afeta o contexto da produção sobre a questão urbana de maneira direta. No campo econômico, Sarti e Hiratuka (2010) apontam que a desestruturação do arranjo de Bretton Woods, marcado especialmente pela perda de competitividade dos EUA, e as mudanças na ordem econômica mundial observadas a partir dos anos 1970 suscitaram um profundo processo de reestruturação das grandes corporações. Teixeira (1983), ao retratar este movimento de desaceleração econômica, aponta para a homogeneização do padrão industrial e da concorrência no setor de bens de capital entre as economias avançadas. Os efeitos da reversão do crescimento, para o autor, são variados, mas a saturação dos processos de difusão de duráveis e dos investimentos em bens de capital, já representavam o esgotamento do setor industrial antes dos Choques do Petróleo. Neste sentido, é interessante notar como Teixeira não atribui às crises da década de 1970 a causa

principal da perda de dinamismo das economias centrais, mas demonstra como essa tendência já vinha da década anterior.

Este momento histórico configura-se, portanto, como um período de transição estrutural para uma nova dinâmica de acumulação capitalista, cada vez mais ditada pelas finanças e cada vez mais global. Com relação à pesquisa urbana, novos desafios também são impostos, conforme a influência e mesmo a produtividade da sociologia urbana marxista começa a perder espaço. Isto se reflete particularmente através do fomento à estas pesquisas. Topalov (1988) mostra que desde a metade dos anos 1970, o financiamento do planejamento e da pesquisa urbana se esgotam, assim como as instituições especializadas se enfraquecem e até mesmo desaparecem conforme a ideologia do *laissez-faire* e da desregulação se tornam a doutrina oficial de vários governos.

Caracterizando o período como o “fim da era da escola francesa de sociologia urbana marxista”, o autor apontará que a entrada do capitalismo mundial em um longo período de crise e de reestruturação produziu, portanto, profundos efeitos em todos os campos da vida social. A depressão industrial é acompanhada de uma interrupção no crescimento urbano e na modificação de suas formas, com a falência de grandes operações urbanas e a condenação das políticas de habitação face o dogma da austeridade fiscal. É no contexto destas experiências, que vulnerabilizam sobremaneira sindicatos e movimentos sociais urbanos, que se deve compreender o pensamento urbano de viés marxista dos anos 1970.

1.1.2 - O contexto da economia brasileira: industrialização e acelerada urbanização no eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

Vejamos agora o contexto da pesquisa urbana crítica que se desenvolveu em um momento de pesada industrialização, acelerada urbanização e metropolização das cidades brasileiras. O objetivo, neste tópico, é apresentar uma visão geral das condições destes processos, uma vez que procuramos desvendar, nos próximos capítulos, as interpretações dos mesmos pelo pensamento urbano que se consagra em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Entre os anos 1930 e 1980, a economia brasileira passou por um profundo processo de mudança estrutural, resultando na transição do modelo primário exportador para a etapa do capitalismo industrial. Este período pode ser dividido em dois momentos principais, denominados de “industrialização restringida” e “industrialização pesada”. O processo de industrialização enquanto um processo de acumulação através do qual a economia passa a contar com bases especificamente capitalistas, isto é, reproduz os meios da força de trabalho e dos meios de produção, só ocorre no Brasil no segundo momento, entre as décadas de 1950 e 1970 (CANO, 2006).

Anteriormente pode-se falar de uma industrialização restringida⁶, por não ser ainda capaz de realizar completamente suas bases técnicas. A Crise de 1929, seguida da Depressão dos anos 1930 nos países industrializados, são o ponto de partida para compreendermos o relativo grau de autonomia com que os países latino-americanos puderam contar para seguir com seus respectivos processos de industrialização. Afetados pela queda da demanda externa, os países da região precisaram reagir com uma atitude de defesa da economia para evitar a regressão econômica e social, e não regredir significava, portanto, romper com o padrão de acumulação primário-exportador (CANO, 2006).

Cano (2006) aponta que no período entre 1929 e 1933 se dão os sinais de mudança no padrão de acumulação brasileiro, com a indústria sendo o principal determinante do nível de atividade. Essenciais para isto foram o *superacúmulo* de capacidade produtiva do setor cafeeiro, o desenvolvimento das ferrovias, o assalariamento na economia cafeeira⁷ e, especialmente, o papel interventor do Estado. A industrialização brasileira, no entanto, não se dá de maneira “natural”, nem pela via da “acumulação originária”, como nos países centrais, mas está intrinsecamente ligada ao processo de acumulação do complexo cafeeiro. A acumulação industrial brasileira é

⁶ Tavares (1998) mostra que convencionou-se chamá-lo de período da “Industrialização Restringida”, pois nele se combinou um processo de expansão industrial comandando o movimento de acumulação de capital, porém contando com forças produtivas e suportes internos insuficientes para implantação da grande indústria. A hipótese central de Tavares é que não são os fluxos externos de capital que determinam a dinâmica da acumulação, mas os próprios potenciais internos, que se articulam com estes últimos e são por eles modificados.

⁷ Ver Cardoso de Mello (1982).

submetida, desde seu início, ao desenvolvimento da produção e do capital mercantil exportador. Se estabelece, desta forma, uma interdependência entre o café e a indústria. O período pós crise de 1930 marca o começo da ruptura nesta interdependência, e a partir dele, até o começo da década de 1950, é o que podemos chamar então de “período de substituição de importações” (TAVARES, 1998).

Tavares (1998) apresenta algumas características deste ciclo de industrialização que inicia-se a partir da década de 1930, com o crescimento do setor de bens de consumo assalariado ditando a dinâmica de crescimento, e daí se estendendo para o setor de bens de produção. Esta dinâmica, pela primeira vez, reproduz conjuntamente a força de trabalho e parte do capital industrial, determinando o crescimento do proletariado urbano industrial e das margens brutas de lucro. O ano de 1959 marcará a ruptura decisiva com o capital cafeeiro, que, apesar de suas crises, o capital dos empresários nacionais continuará a se expandir, aumentando suas margens de lucro e consolidando seu caráter oligopólico. Neste sentido, a autora afirma que a constituição de forças produtivas especificamente capitalistas só ocorre a partir da década de 1950, com o apoio do Estado e de suas empresas.

Este novo ciclo de expansão, inaugurado com o Plano de Metas de 1956 do governo Juscelino Kubitschek, provoca finalmente transformações estruturais capazes de alterar a dinâmica industrial e lhe dar “auto-sustentação”. A marca e também o objetivo deste momento era a instalação de uma estrutura industrial moderna, com capacidade produtiva à frente de sua demanda, especialmente no setor de bens de produção e de bens de consumo duráveis. Para financiar os projetos do Plano contou-se com o conhecido tripé composto pelo capital estatal, o capital privado estrangeiro e, em menor percentual, o capital privado nacional. Não obstante, a consolidação da dinâmica industrial e de todo o “período desenvolvimentista” brasileiro abraçou uma complexa rede de relações políticas, de forma que o capital nacional encontrou para si lócus de valorização com margens de lucros significativas.

Fiori (1994), analisando os pactos políticos e os termos do financiamento da industrialização brasileira, coloca que, não seguindo a articulação financeira encontrada nos países centrais, o Brasil conforma uma correlação de poderes que resulta na

denominada “sagrada aliança”, como cunhado por Lessa e Dain (1982). Isto quer dizer que o capital internacional assumiu e manteve uma posição industrial hegemônica, mas o capital nacional conseguiu, em todo momento, manter massas de lucro que ultrapassaram sistematicamente as oportunidades de valorização de suas órbitas.

Lessa e Dain (1982), relacionando esta interação político-econômica com a questão urbana, apontam que a partir do momento em que o capital industrial passa a ser liderado pelas filiais estrangeiras, o capital nacional, por outro lado, procura orbitar em outras áreas de valorização, impedindo a monopolização e centralização do capital, e direcionando o capital nacional aos mais diversos padrões de valorização e obtenção de lucros, que contavam não apenas com permissividade, mas também com o estímulo da política econômica.

Aqui reside um ponto fundamental: a industrialização, impulsionada pela competição intercapitalista nos setores de ponta, exigiu do Estado uma regulação político-econômica que preparasse também uma agenda de valorização predominantemente especulativa de lucros para os capitais das órbitas não-industriais. Para a questão urbana, isto fica evidente com relação ao capital imobiliário. Este constituiu uma frente de valorização de lucros para os capitais nacionais, possuindo íntima relação com o Estado nas concessões de licenças, troca de regulamentações etc. As cidades latino-americanas passam então a ser lócus de operações de lucros hipertrofiados de capitais não industriais, constantemente sancionados pelo Estado.

Após um intervalo de desaceleração do crescimento do setor manufatureiro e de crise econômica entre 1961-1967, o país experimentou um novo ciclo de vigorosa expansão, caracterizado de “Milagre Econômico Brasileiro” (1967-1974). Segundo Serra (1982), esta recuperação, que correspondeu ao novo ciclo de expansão, possui as seguintes características principais: (i) liderança da indústria manufatureira, sendo os setores mais dinâmicos o de bens de consumo duráveis e o de bens de capital, com liderança de crescimento do primeiro até 1971; (ii) o rápido crescimento do ciclo associado a uma acentuada abertura estrutural para o exterior, que só foi viável devido a um rápido crescimento das exportações pela melhora nos termos de troca e o abundante fluxo de financiamento externo.

Serra (1982) indica ainda como um dos principais fatores de recuperação e estímulo ao milagre econômico o dinamismo da demanda de bens de consumo duráveis, que só foi viável mediante uma política governamental clara de promoção da concentração pessoal da renda, preservando o poder de compra das classes médias-altas, além das intermediações financeiras com políticas de crédito para tais classes.

O último momento de expansão industrial característico do período desenvolvimentista foi o liderado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), no Governo Geisel. O contexto no qual o governo Geisel adota o II PND como um amplo programa de investimentos com objetivo de transformar a estrutura produtiva e superar os desequilíbrios externos, entretanto, é o de crise da ordem internacional de Bretton Woods. Elementos da desagregação deste regime são essenciais para compreender a resposta brasileira de expansão da demanda por meio do endividamento externo.

O longo ciclo de prosperidade do capitalismo desde o pós-Segunda Guerra Mundial, puxado pelo crescimento industrial das economias centrais, começava a se esgotar a partir da década de 1970. Outro ponto de dinamismo do período, o comércio internacional, começava a desacelerar conforme turbulências abatiam também o sistema monetário internacional, com a suspensão da conversibilidade do dólar em ouro. Para os países subdesenvolvidos, dois eventos internacionais afetaram em particular suas economias: a elevação brusca do preço do petróleo e a elevação da taxa de juros internacional.

Enquanto um programa de investimento que visava a correção dos desequilíbrios na estrutura industrial e no setor externo, o II PND, segundo Carneiro (2002), possuía quatro eixos centrais: modificações na matriz industrial, ampliando a participação da indústria pesada; mudanças na organização industrial, aumentando a participação da empresa nacional privada; desconcentração regional da atividade produtiva e a melhoria na distribuição de renda. O crescimento da economia brasileira a

partir de meados da década de 1970 só pode ser compreendido a partir deste pacote de investimentos liderado pelo Estado por meio do II PND⁸.

Não obstante, existia uma contradição fundamental entre este plano de desenvolvimento nacional e a política de desenvolvimento urbano pensada durante o governo militar. Os propósitos iniciais da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), formulada em 1973, e o que ela de fato se torna aponta para tais divergências, mas essencialmente a contradição solidifica-se entre os objetivos propostos nessa política com a visão estratégica do território brasileiro que se consolida no II PND, isto é, a de estruturar uma sociedade industrial centrada no núcleo Centro-Sul do país (SOUZA, 2004).

Por um lado, a PNDU levava em conta a amplitude e configuração do processo de urbanização, caracterizadamente acelerado e marcado pelo processo de metropolização. Os mecanismos geradores dessa configuração incluíam as leis e as prioridades da localização dos investimentos no território, assim como a política industrial implementada, que acentuava os desequilíbrios regionais e a distribuição espacial da urbanização brasileira. Por outro, a PNDU e seu significado de incorporar a sociedade e o espaço em sua totalidade foram barrados pela visão setorial e pelos interesses particulares. Enquanto a política urbana alertava para a problemática do centro do sistema, o II PND se voltava para a proposta de grandes investimentos na região Sudeste. Com isto, pode-se constatar dois núcleos distintos com relação à qualidade dos processos de urbanização: um central, composto essencialmente por São Paulo e Rio de Janeiro, e um núcleo secundário e periférico, com presença marcante do Norte e Nordeste (SOUZA, 2004).

⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre o II PND, sua crítica e inconsistências, ver Lessa (1978); Serra (1982) e Tavares (1978). De uma maneira geral, Carneiro (2002) conclui que diversos desequilíbrios da estrutura produtiva brasileira não foram equacionados com a opção de 1974. Há uma desarticulação no padrão de crescimento e dos investimentos durante esse período, os ajustes ao comércio exterior são insuficientes, e somados à crescente dependência da energia importada e dos bens de capital, caracterizam a permanência da vulnerabilidade externa. Em outras palavras, o ajuste estrutural do II PND não foi capaz de configurar um novo padrão de crescimento assentado na indústria de bens de capital, assim como também não foi capaz de remover as vulnerabilidades externas.

Com efeito, quando estamos discutindo a problemática da urbanização e sua dinâmica espacial, é importante ter em mente que todo o processo de avanço industrial ocorreu no Brasil carregando dois elementos essenciais: a sua heterogeneidade estrutural e a concentração no Centro-Sul do país. A união desses traços, concorda Cano (2011), demonstra que não tivemos um processo de urbanização gestado no bojo das transformações históricas "clássicas". A industrialização, essa moderna atividade urbana, foi desde cedo obrigada a conviver com a agricultura atrasada, sem ser capaz de absorver na economia dos novos centros urbanos boa parte do excedente demográfico. O autor afirma que:

O avanço da industrialização, a partir da década de 60, ampliaria sobremodo seu poder modernizador sobre a agricultura. Contudo, esse poder foi parcial, tanto no sentido de que o progresso técnico atingiu majoritariamente alguns setores agrícolas e algumas regiões, como pelo fato de que o êxodo rural - tanto o gerado pelo progresso quanto o gerado pelo atraso - só foi em parte produtivamente absorvido pela economia urbana (CANO, 2011, p. 5)

Desta forma, prossegue Cano (2011), além de uma heterogeneidade estrutural, em termos intra e intersetoriais, e de nosso excedente demográfico, geramos também uma grande heterogeneidade regional urbana, devido aos diferentes ritmos e estruturas de nossas economias regionais. Se, especialmente a partir da década de 1970, mudanças na estrutura econômica e social levaram a maioria dos habitantes a viver nas cidades centrais do país, é porque o ritmo acelerado da urbanização e sua profunda compressão no tempo esteve relacionado com um processo histórico específico, marcado pelas características acima descritas (DAVIDOVICH, 1988).

Embora a industrialização e a consolidação do mercado interno tenham constituído um nexo integrador das cidades, os elementos da heterogeneidade estrutural e da concentração econômica continuaram presentes, marcas também de um processo histórico de formação social em que a condensação urbana privilegiou as principais cidades coloniais. A espacialidade polarizada da urbanização, ressalta Davidovich (1988), integrou-se aos imperativos "concentracionistas" de um modelo de desenvolvimento capitalista com ampla atuação do Estado, chamando atenção para a concentração espacial de recursos e investimentos públicos.

Mas a concentração industrial no Brasil, com destaque para São Paulo, é um fenômeno que já se inicia no começo do século XX. De acordo com Cano (2007), a indústria paulista dá seu “grande salto quantitativo” entre 1907 e 1919, prolongando seu ritmo de expansão também na década de 1920 e abrindo margem com relação ao resto do país. Neste cenário, não se pode excluir o fato de que a economia cafeeira de São Paulo, segundo o autor, foi a que apresentou maior dinamismo no contexto nacional. Preparando terreno em termos de infra-estrutura, transportes, comunicação e urbanização, o complexo cafeeiro gestou a formação e o desenvolvimento de um mercado de trabalho que beneficiariam a produção industrial paulista com poucos paralelos.

Por outro lado, é justamente durante o auge do período de industrialização que a trajetória da economia fluminense começa a demonstrar perdas em sua participação relativa na renda nacional, ainda que essa perda precise ser colocada em perspectiva. Com efeito, entre 1930-1980 todos os setores da economia fluminense apresentaram taxas de crescimento relativas inferiores aos do restante da economia nacional, em particular às de São Paulo. Não obstante isso não significou que a indústria fluminense estava em plena decadência, tendo ainda importância na produção nacional apesar do setor terciário tornar-se cada vez mais seu núcleo principal.

Tabela 1 - Concentração da produção industrial 1907-1939

Região	Concentração (%)		
	1907	1919	1939
São Paulo	15,9	31,5	45,4
Guanabara	30,2	20,8	17,0
Rio de Janeiro	7,6	7,4	5,0
Minas Gerais	4,4	5,6	6,5
Rio Grande do Sul	13,5	11,1	9,8
Demais	28,4	23,6	16,3

Brasil	100	100	100
--------	-----	-----	-----

Fonte: Cano (2007).

A São Paulo do apogeu do processo de urbanização e metropolização é a São Paulo que configura-se enquanto centro dinâmico industrial da economia nacional. Não obstante as expressivas taxas de crescimento da produção e da economia como um todo, a partir da década de 1970 a situação urbana se agrava, conforme o “milagre brasileiro” concretizava-se em meio à um governo autoritário e que relegava à segundo plano problemas sociais de ordem crucial, como a habitação da população de baixa renda.

O Rio de Janeiro⁹ também experimentava, por volta da década de 1970, um período de intensa e acelerada urbanização, passando, em diversos níveis, pelas mesmas dinâmicas conturbadas de São Paulo. Um dos motivos para isto está no fato de que o movimento de expansão industrial, guiado pelo centro dinâmico paulista, provocou diferentes efeitos regionais no país, incentivando consideráveis avanços industriais para cidades como o Rio de Janeiro e Belo Horizonte (CANO, 2011). No caso do Rio, Cano (2011) aponta que a urbanização foi ainda mais intensa, refletida no fluxo de migrantes nacionais que para lá se deslocaram, apesar do seu saldo líquido migratório (o fluxo acumulado) aumentar apenas em 20% entre 1970 e 1980.

Para isto, convergiram ainda fatores de natureza histórica. Não se pode ignorar o fato da cidade ter sido sede do governo desde meados do século XVIII, nem sua característica portuária, comercial e tributária durante o período de acumulação da economia cafeeira. Tais elementos trouxeram uma importante parcela do excedente para a cidade, que seria crucial, mais tarde, para a implantação do processo de industrialização.

Dessa ótica, o eixo dinâmico da economia brasileira, que se desloca para o Centro-Sul do país a partir do desenvolvimento da cafeicultura, impactará as relações

⁹ O Rio de Janeiro, no início da década de 1970, ainda era dividido entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro. Isto ocorreu após a transferência da capital federal para Brasília em 1960, quando o Rio foi transformado numa cidade-estado com o nome de Guanabara. Em 15 de março de 1975 ocorreu a fusão com o antigo estado do Rio de Janeiro e, em 23 de julho, foi promulgada a sua constituição.

urbanas tanto pelo seu auge quanto pelo seu declínio. Em seu auge, no Rio de Janeiro, o Vale do Paraíba irá se tornar o principal núcleo da produção de café, que somada à sua função de porto, tornará o estado em um centro de redistribuição da economia nacional. Por outro lado, a partir do final do século XIX, com o desgaste do Vale do Paraíba por questões como exaustão do solo, crise da escravidão e a tomada de liderança do Oeste paulista, o excedente de capital captado também pela órbita mercantil da cidade passará a procurar frentes de ampliação e formas de valorização cada vez mais urbanas (RIBEIRO, 1997).

Apesar disto, o avanço industrial da economia fluminense encontrou consideráveis dificuldades para acompanhar o ritmo de expansão da indústria paulista. Durante o período de industrialização brasileiro, concentrado no território paulista, a economia fluminense viu seu peso relativo cair na participação nacional. O que é mais característico deste momento, no entanto, é que mesmo quando se inicia um movimento de desconcentração produtiva, a partir dos anos 1970, ou seja, momento em que a periferia nacional ganha maior importância na produção - com destaque para o interior de São Paulo -, a economia fluminense continua sua trajetória de queda (SILVA, 2004).

De acordo com Silva (2004), a participação relativa do Rio de Janeiro na produção industrial brasileira declinou de 27,9% para 9,7% entre 1939 e 1980, indicando que os diversos projetos implantados em seu território ao longo destas décadas não foram capazes de alterar o “esvaziamento relativo” que a região desenvolvia. Apesar disto, no final da década de 1970, a atividade petrolífera ganhou maior importância na produção regional, se transformando no principal motor da indústria fluminense no fim do século XX.

Para Silva (2004), o traço marcante deste período no Rio de Janeiro é a acentuada metropolização da economia fluminense e, especialmente, sua concentração na capital estadual, marca da estrutura social-urbana. Por sua vez, analisando a formação urbana fluminense, Cano (2011) aponta que sua perda de posição econômica relativa se manifestou na reduzida capacidade de absorver os migrantes nacionais. Desta maneira, “sua síntese pode ser mais bem percebida através do confronto da região de maior nível de renda - a Zona Sul - e o restante do estado, onde a Baixada Fluminense

se destaca como uma região densamente urbanizada, padecendo de baixos níveis de renda” (CANO, 2011, p. 7).

Com efeito, uma faceta essencial deste período é o processo de metropolização característico de nossa acelerada urbanização a partir dos anos 1950. Este ponto é explorado por Schmidt (1983), com o estudo sobre o processo de metropolização no Brasil, em especial no período de 1950-1970. Schmidt (1983) define metropolização como a concentração da produção, do consumo e de pessoas em torno de alguns lugares no território nacional e procura entender a natureza e a direção que esse processo tomou no Brasil. O autor aponta que além de uma “urbanização global” do país, ocorre também uma rápida metropolização da população urbana, ilustrando a faceta do padrão concentrado do crescimento populacional e do trabalho no país.

O estudo, que foca nos agregados metropolitanos regionais e em suas modificações ao longo das duas décadas propostas, mostra como o desequilíbrio continuou sendo sua característica marcante. Por exemplo, em termos de população metropolitana, participação na população nacional e força de trabalho, percebeu-se a tendência à concentração nos agregados metropolitanos regionais do Sul e do Sudeste.

A Tabela 2 apresenta a população urbana dos dois maiores centros metropolitanos brasileiros do período, São Paulo e Rio de Janeiro, juntamente com o total da população urbana brasileira. Juntas, as populações urbanas das regiões metropolitanas chegam a quase metade do total brasileiro, com São Paulo possuindo mais da metade da população urbana do Rio de Janeiro já na década de 1980. Juntas, também expressam o verdadeiro fosso de diferença entre os índices de urbanização e a absorção da força de trabalho pelo setor industrial, sendo responsáveis por uma das mais importantes migrações da história brasileira.

Tabela 2 - População urbana brasileira e do eixo SP-RJ, 1950-1980

Década	Brasil	São Paulo	Rio de Janeiro*
1950	18.782.891	4.804.211	3.394.422

1960	32.004.817	8.149.979	5.300.629
1970	52.904.744	14.432.244	8.013.057
1980	82.013.375	22.494.328	10.546.547

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico, IBGE
 * Até 1970, os dados referentes à unidade da federação Rio de Janeiro incluem os da antiga Guanabara.

Não obstante, é importante observar que o estudo caminha em concordância com a ideia de que o processo de urbanização aqui experimentado está mais próximo de um modelo centro-periferia do que de um modelo de primazia, como ocorreu em outras economias latino-americanas. Criou-se aqui um sistema com considerável número de cidades, em vez de sustentar-se em um centro urbano proeminente.

À medida que a urbanização avança, na década de 1970, a situação das maiores cidades brasileiras passa a ser caracterizada como uma verdadeira “crise urbana”, em boa parte associada com as medidas do governo autoritário frente à expansão industrial. Cano (2011) recorda que o autoritarismo, durante o “milagre brasileiro”, relegou a segundo plano os problemas sociais. Um exemplo disto está no fato de apenas cerca de 10% dos recursos do sistema federal de habitação terem se dirigido para financiar a habitação de baixa renda. Como consequência desta postura de descaso para questões como a poluição, o transporte coletivo, a educação e a saúde pública, o período configura um momento de grave deterioração do padrão de vida urbana (CANO, 2011)¹⁰.

Estas foram as marcas de um processo de transformação estrutural que influenciou os rumos da pesquisa urbana em ambos os eixos central e periférico do capitalismo. Em todos os momentos, e em especial no contexto da industrialização periférica, a desigualdade e a exclusão dos benefícios do progresso de parcela considerável da população nas grandes cidades trouxe à tona importantes desafios para

¹⁰ Cano (2011) aponta que o governo Geisel tentou corrigir parte dessa desatenção social. Com efeito, foram grandes os investimentos em saneamento público e em transportes e pôde-se recuperar parte do terreno perdido. Contudo, o agravamento dos problemas urbanos foi inexorável.

o pensamento crítico. A próxima seção traz as contribuições “clássicas” da sociologia urbana marxista, que influenciará em boa medida a produção teórica brasileira. Clássicas, aqui, entendidas, por trazerem “um novo ponto de vista da teoria urbana”, tornando-se referência para as subseqüentes gerações de pesquisa (SOUZA, 2005). Em um sentido mais amplo, como no conceito de “clássico” levantado por Calvino, também o seriam por serem dignas de revisitação mesmo anos após sua publicação, suscitando conceitos e debates pois não terminaram “de dizer aquilo que tinha para dizer”, isto é, ainda contribuem para o debate contemporâneo. Não são, entretanto, menos passíveis de crítica e atualizações, como veremos adiante.

1.2 - Algumas contribuições clássicas do pensamento urbano: a sociologia urbana marxista

A conjuntura e os eventos que nos cercam são pontos de partida essenciais para compreendermos a maneira como construímos a explicação da realidade. No entanto, ideias também provocam ideias, seja para acordá-las ou para criticá-las. O objetivo principal deste tópico é apresentar alguns dos conceitos e contribuições de autores considerados “clássicos” do pensamento urbano que, em sua vertente internacional, influenciaram a formação da interpretação crítica dos processos de urbanização em São Paulo e no Rio de Janeiro. São autores que refletiram a realidade latino-americana a partir da dinâmica desigual da urbanização que aqui se configurou.

É certo que existem outras valiosas contribuições para o pensamento crítico urbano, que ultrapassam em muito a capacidade de análise aqui proposta. Aqui iremos nos deter aos autores que reconhecemos como ponto de partida nevrálgico para a produção brasileira que se desenvolve em São Paulo e no Rio de Janeiro. Neste sentido, as contribuições da sociologia urbana são fundamentais. Se até então os geógrafos haviam tratado as cidades enquanto espaços dotados de uma organização interna e de funções específicas, a partir da sociologia urbana a cidade passa a ser estudada como o espaço privilegiado da pobreza e da exclusão (VALLADARES, 1989). No contexto latino-americano, e especificamente o brasileiro, esses conceitos serão essenciais para retratar nossa realidade.

1.2.1 - Aníbal Quijano: Dependência e Marginalidade na América Latina

Aníbal Quijano foi um sociólogo peruano nascido em 1928, que se tornou diretor do Centro de Investigações Sociais de Lima. Seus trabalhos, que mais tarde ficariam reconhecidos pela temática da colonialidade do poder na América Latina, envolvem uma profunda discussão acerca da questão urbana e da marginalidade na região por volta do final da década de 1960 e começo dos anos 1970. Vejamos, primeiramente, suas colocações em “*Dependência, mudança social e urbanização na América Latina*”, de 1968.

Na interpretação de Quijano, a urbanização e a marginalização registradas na América Latina são expressões de uma industrialização dependente do ponto de vista do conteúdo da sociedade. A urbanização latino-americana é, portanto, um processo que só pode ser validamente explicado como parte da problemática mais ampla da sociologia da dependência, pois nenhum processo conjunto de mudança na região, nem nenhuma de suas dimensões significativas, estão à margem dessa situação histórica (QUIJANO, 1968)¹¹.

O autor apresenta a relação entre o processo de dependência e urbanização na América Latina desde o sistema colonial até as novas relações de dependência no século XX. Para este, o conceito de dependência histórica deveria ser elaborado a partir de duas dimensões principais: (i) a do caráter subordinado que nossas sociedades ocupam nas relações com os interesses metropolitanos e (ii) a do caráter subordinado que a estrutura de poder interna das nossas sociedades adota, dos seus interesses dominantes e como estes se articulam entre si e com os interesses metropolitanos (QUIJANO, 1968)¹². Com efeito, o aspecto dependente da urbanização se concretiza tanto em torno do perfil da rede urbana quanto no conteúdo da sociedade¹³. Dada tal

¹¹ “Esse sistema de relações de dependência em interação com as singularidades da matriz histórico-social de cada uma de nossas sociedades nacionais, constitui um dos núcleos de fatores determinantes das tendências básicas da sua existência e mudança”. QUIJANO, op.cit, p. 12-13.

¹² “[...] as relações de subordinação econômica que as nossas sociedades mantêm com os interesses metropolitanos não se assentam somente no poder destes para impô-las, mas sobretudo no caráter dependente da própria estrutura de poder reinante em nossas sociedades. Ou, noutros termos, [...] na sua capacidade para servir a continuidade desse sistema”. Ibid., p.16.

¹³ O autor explicará a alteração de tais perfis entre o período colonial e o período pós-colonial, destacando que as áreas latino-americanas incorporadas de maneira mais direta ao novo sistema hegemônico inglês serão aquelas da faixa atlântica em geral, onde o processo de urbanização será ainda mais concentrado.

estrutura histórica, quando os países da região encontram relativa abertura para realizar o processo de industrialização substitutiva, após a crise de 1930, vemos o processo de expansão e modificação dos setores urbanos de maneira mais intensa em países como Brasil, México, Argentina e Chile. Grosso modo, engendra-se um processo de concentração regional da urbanização que está intimamente ligado com as relações de dependência¹⁴.

O processo de urbanização da economia, liderado sobretudo pela expansão da produção industrial, tem como resultado alterações nas relações urbano-rurais, e sua generalização em todos os países latino-americanos corresponde a generalização da urbanização ecológico-demográfica na região e a própria urbanização da sociedade. Estes movimentos ocorrem com desníveis entre os países, podendo-se verificar a concentração das atividades urbanas em certas regiões, o fenômeno da primazia urbana e o desenvolvimento de certo “colonialismo interno”¹⁵.

Quijano ressalta, ainda na questão da industrialização dependente, os traços da dependência cultural dos núcleos urbanos em relação aos países centrais, que não apenas produz modificações na economia urbana, concentrada em algumas áreas, mas também determina uma “*modernização*”¹⁶ da economia, da sociedade e da própria cultura

Quanto a este último aspecto, aponta que “[...] uns países em vez de outros, e umas zonas dentro de cada país, tiverem as condições para desenvolver-se ou não, em geral, no processo de urbanização em particular. Não foi por acaso que nos países da faixa atlântica sul-americana a urbanização se concentrará primordialmente em portos (Buenos Aires e Rio de Janeiro), que em geral ainda cumpriam funções político-administrativas na colônia, ou nas cidades capitais bem conectadas com a rota atlântica (Santiago)”. Ibid., p. 28.

¹⁴ “[...] as áreas mais afetadas pela articulação direta no novo quadro da dependência [...] tendem a desenvolver-se num ritmo acelerado, geralmente maior que os que tiveram as regiões anteriormente desenvolvidas nos outros países.[...] Desse modo, o crescimento relativo da população urbana dentro de cada país tende a concentrar-se numas poucas áreas e cidades que são, exatamente, as mesmas zonas e cidades onde se concentra o crescimento relativo da economia urbana e, num nível menor, desenvolve-se nas zonas e localidades conectadas com as anteriores mais direta e eficazmente”. Ibid., p. 46.

¹⁵ “[...] o processo de interiorização do mercado interno no país [...] e da correspondente ampliação da participação do país na produção industrial metropolitana, provoca modificações no perfil da rede urbana [...] Esse processo implica, ao mesmo tempo, no estabelecimento de uma dupla dependência. De um lado, a expansão da dependência global do país [...] do outro lado, as novas localidades urbanas [...] uma vez que não têm produção industrial própria, dependem da que existe e se expande nas cidades industriais. Alterando-se as relações econômicas urbano-rurais em favor do urbano [...] o campo passa a ser dependente da cidade. O colonialismo interno expande-se e faz-se mais profundo”. Ibid., p.48.

¹⁶ Ver Furtado, C. “O mito do desenvolvimento econômico”, 1974, grifo nosso.

urbana. Isto implica a emergência de um novo perfil e de um novo sistema urbano que dissemina determinado caráter do ponto de vista sociocultural.

A cidade enquanto espaço de reprodução dos padrões externos é clara, neste momento, nas proposições de Quijano. O autor coloca que um dos fenômenos mais importantes e perceptíveis na modificação das relações econômicas de dependência (agora industriais), e que se reflete na mudança dos setores urbanos da economia, é a expansão e penetração crescente de padrões de vida em geral, de procedência sobretudo norte-americana. Não obstante, a disseminação destes padrões não ocorre somente pela tendência à imitação das sociedades avançadas, mas “é, em muito, resultado da imposição, feita de dentro, através de mecanismo econômicos servidos ao mesmo tempo pelos atuais meios de comunicação”¹⁷ (QUIJANO, 1968, p. 54).

De um modo geral, ao tratar dos principais fatores que alimentam todo o processo de expansão e acentuação das relações de dependência, Quijano expõe que as características centrais desta dinâmica nas sociedades urbanas latino-americanas são representadas essencialmente pelo desenvolvimento urbano em favor de uns poucos e em detrimento da grande maioria da população, ou seja, na acentuação do subdesenvolvimento. Neste ponto, o autor parte para relacionar os conceitos que marcaram o tom de seu pensamento: a urbanização e a marginalização.

Sob o motor da industrialização dependente, o conteúdo da sociedade urbana que se desenvolve possui como marca principal o caráter altamente restritivo do mercado urbano de trabalho. Se, por um lado, a população das cidades industriais aumenta conforme estas passam a atrair cada vez mais um contingente humano, por outro, tais locais, pela dinâmica histórica da industrialização, contam com estruturas de mercado de trabalho incompatíveis com a plena absorção e incorporação das grandes massas

¹⁷ [...] quanto mais amplo e efetivo for o sistema de comunicação que se desenvolve pela introdução de meios técnicos a seu serviço cada vez mais poderosos, tanto maior é, no conjunto da população, a difusão das novas modalidades e dos novos elementos que tomam parte na expansão e mudança dos setores urbanos da sociedade. Mas esse processo não teria sido possível na América Latina se, ao mesmo tempo, não se desenvolvesse - num nível mínimo suficiente - a produção industrial urbana, se não se ampliasse a participação na produção industrial metropolitana, de onde vêm todos os meios de comunicação. ” QUIJANO, op. cit., p. 49.

populacionais e migratórias. Desta forma, a industrialização dependente é excludente e “a sua lógica contém a inevitabilidade da *marginalização* de setores crescentes da população urbana” (QUIJANO, 1968, p. 49).

Não é apenas a nova dinâmica industrial que não encontra lugar para tais pessoas, mas também a progressiva queda de certos ramos da atividade produtiva frente a outros de maior tecnologia e de maior rentabilidade para grupos estrangeiros. Neste sentido, Quijano aponta que os fatores que conduzem, de modo inevitável, à marginalização da população urbana, não são somente as tendências redutoras do mercado de trabalho nas novas empresas industriais, mas também a relativa marginalização de certos ramos da produção dentro do novo esquema de industrialização dependente. Inclui, ainda, o atraso das áreas rurais e a forma como a *marginalização rural* acaba se transformando na *marginalização definitiva*¹⁸.

A falta de capacidade da sociedade urbana em expansão de absorver dentro dos seus novos padrões a população crescente também não está relacionada apenas com a falta de crescimento industrial¹⁹. Nos países de industrialização mais avançada da América Latina isto se reflete de maneira clara. Para o autor:

[...] o fato de estar ocorrendo também de maneira evidente, um fenômeno equivalente de marginalização das populações migrantes e das camadas populares das que nascem nas cidades, em países onde o desenvolvimento industrial é relativamente avançado como o Brasil, Argentina, México e Chile, *mostra que o problema não se localiza tanto no tamanho pequeno do crescimento industrial quanto em seu caráter dependente*²⁰, com todas as implicações deste fato anteriormente apontadas. (QUIJANO, 1968, p. 50)

¹⁸ ¹⁸ “[...] grande parte da população das zonas rurais e das próprias localidades semi-urbanas encravadas nas áreas rurais é lançada para fora das estruturas ocupacionais e de relações econômicas, que tendem a deteriorar-se mais rapidamente e a acentuar a sua situação de crise já bastante grande no tempo. [...] a marginalização da população rural encontra uma saída na migração para as cidades e áreas onde a economia urbana está em expansão e, nessas áreas, só pode encontrar as condições restritivas de mercado de trabalho e do mercado em geral e é, de novo marginalizada e, desta vez, definitivamente”. Ibid., p. 52.

¹⁹ Usando o conceito de “*superurbanização*”, Quijano aponta que a expansão econômica urbana, marcada pela industrialização, ocorreu muitas vezes conjuntamente com altas taxas de crescimento demográfico nacional, especialmente nas zonas rurais, “como resultado das taxas decrescentes de mortalidade, enquanto as de natalidade e fecundidade se mantêm altas, ou tendem a crescer, em certos casos”. Ibid., p. 51.

²⁰ Grifo nosso.

Desnívelamento das taxas de crescimento demográfico e das taxas de crescimento econômico urbanas, somadas aos padrões de consumo institucionalizados nas sociedades dependentes congregam os elementos que fomentam a formação de um novo pólo e de uma nova classificação social para uma gama de pessoas que não se inserem na dinâmica da economia urbana avançada. O autor coloca, em um parágrafo sintetizador, que a marginalização econômico-social de crescentes setores da população tanto urbana quanto rural, dentro desse “*dualismo*”:

É o resultado inevitável das características dependentes do processo de expansão da economia urbana e das suas consequências no campo [...] e o processo de crise da economia rural joga para fora das estruturas anteriores contingentes humanos cada vez maiores, impulsiona-os para a migração e busca de fontes de ingresso precárias [...] vai se constituindo todo um estrato novo dentro da sociedade, formado por todos aqueles que não encontram, nem podem encontrar, a não ser efemeramente, um lugar estável e definido dentro da nova estrutura de atividade econômica e de participação no mercado de bens e serviços da sociedade, que tende a fazer-se dominante (QUIJANO, 1968, p.56).

Em síntese, a interpretação de Quijano do quadro da urbanização dependente é formado pela concatenação dos elementos e processos apresentados, que se resumem em três categorias principais:

Tabela 3 - Quadro da urbanização dependente segundo os conceitos de Quijano (1968)

Relações Ecológico-Demográficas	Relações Econômicas	Relações culturais
Colonialismo e dependência interna crescentes	Marginalização econômico-social.	Cultura urbana dependente
Migração para as cidades	Expansão da economia urbana	Padrões de consumo
<i>Superurbanização</i>	Processo de crise da economia rural	Modelos culturais metropolitanos

Modificação nas relações urbano-rurais ²¹	Industrialização dependente Caráter restritivo do mercado de trabalho	Meios de comunicação de massas <i>Cultura da pobreza</i>
--	--	---

Fonte: Elaboração própria a partir de Quijano (1968).

A caracterização do fenômeno da marginalização na economia urbana é ainda mais explorada no texto do autor presente na coletânea reunida por Manuel Castells de 1973, *“Imperialismo y urbanización en América Latina”*. Arantes (2009) coloca que os ensaios do livro organizado por Castells procuravam respostas alternativas para explicar o rápido crescimento urbano latino-americano, ou o chamado *inchaço urbano*, e que a primeira destas respostas colocada por Quijano e também por Castells foi a fundamentada no conceito de “marginalidade”.

Os “marginais” são, portanto, uma estratificação social nova que, se por um lado, sempre estiveram presentes nas sociedades latino-americanas — em condições isoladas e em pequenos grupos, sem constituir exatamente um extrato social — com a transformação industrial e da divisão interna do trabalho, passam a comprometer conjuntos cada vez maiores da população, que deixam de ser isoladas e dispersas.

A visão marginalista da questão urbana termina por caracterizar uma interpretação *dualista* do fenômeno, na medida em que os marginais, ausentes dos níveis mais produtivos da economia e sem função central no sistema econômico, se caracterizam enquanto um “polo marginal” da economia global e de suas relações. Com efeito, Quijano (1973) coloca que se pode distinguir dois pólos neste sistema: um núcleo central hegemônico e um polo marginal interdependente. Existe uma relação orgânica entre estes, que se expressa pela união de um sistema de relações econômicas dual, caracterizado pela exploração de um lado e pela ajuda social do outro (QUIJANO, 1973).

Para o autor, dois mecanismos fundamentais permeiam o processo de marginalização: (i) a perda de significância de certo número de papéis econômicos com

²¹ Para uma explicação mais detalhada do autor a respeito das transformações na relação urbano-rural, ver Quijano, A. *“Urbanización y tendencias de cambio en la sociedad rural latinoamericana”*, 1968.

relação a baixa produtividade do trabalho, como também o desaparecimento dos meios de produção necessários, ou de um mercado para vender os produtos; (ii) e a falta de condições para ingressar no mercado de trabalho dentro dos marcos das relações hegemônicas de produção. É importante ressaltar que estes mecanismos se combinam organicamente e se reforçam mutuamente, girando as engrenagens de uma industrialização que não se realizou independentemente. Os salários e ingressos desse novo estrato são, portanto, também marginais e possuem em comum a instabilidade, a irregularidade e a debilidade em comparação com o respectivo mercado de trabalho “não marginal” (QUIJANO, 1973).

Ao nível intraurbano, Quijano coloca que os marginais tendem a se agrupar em zonas que, com relação aos esquemas dominantes nas cidades latino-americanas, são ecologicamente marginalizados. Isto implica que a existência social dos marginalizados está profundamente marcada pelas configurações e pelas zonas de residência. Nas cidades latino-americanas, prossegue o autor, a estratificação das zonas de localização marginais se realiza em função da qualidade das casas e dos serviços oferecidos no local, podendo-se pensar que “*a la estratificación residencial corresponde una forma cualquiera de estratificación social*” (QUIJANO, 1973, p.152).

Inclusos ainda neste debate estão os elementos que constituiriam, neste polo marginal, uma “*cultura da pobreza*”, com possível ausência de uma identidade cultural, ou seja, relações sociais fragmentadas e desestruturadas, e um empobrecimento quantitativo e qualitativo da cultura. A pobreza explicaria estes dois fenômenos, pois seria a condição que definiria a situação social dos marginalizados e sua significância histórica. Segregados dos papéis socioeconômicos determinantes, sua situação social acabaria por ancorar essa “*cultura da pobreza*”, que a privação econômica só faria exacerbar e refinar. Para o autor, “*se explicaria así su falta relativa de identidad social, una percepción de la existencia en forma de rechazo, el sentimiento de no estar ligado a ninguna matriz de relaciones sociales, de no tener base ni sostén ni, por consiguiente, ninguna esperanza*” (QUIJANO, 1973, p.163).

1.2.2 – Marginalidade e a reprodução da força de trabalho: a questão urbana em Manuel Castells

Os trabalhos do estruturalismo e da sociologia urbana marxista francesa influenciaram em boa medida o pensamento urbano brasileiro por volta da década de 1970. Neste sentido, o nome de Manuel Castells se destaca. Com obras como “*A questão urbana*” de 1972, e sua contribuição na coletânea que também organiza, “*Imperialismo y urbanización en America Latina*” (1973), o sociólogo espanhol, professor da Escola de Altos Estudos da Universidade de Paris e do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento Urbano e Regional, o CIDU, em Santiago, aborda, em especial, o elemento da reprodução social da força de trabalho nos espaços urbanos.

Em “*A questão urbana*”, publicado primeiramente em francês, Castells (1972) aponta a dependência como um fenômeno histórico, uma forma particular de relação entre formações sociais, isto é, de relações de dominação entre classes e blocos de classes. A urbanização nos países subdesenvolvidos, nesse sentido, não se configura como uma repetição daquela que ocorreu nos países industrializados, mas deve ser entendida como o próprio estudo do subdesenvolvimento. Subdesenvolvimento esse que não deve ser analisado como uma etapa do próprio processo geral de desenvolvimento, mas sim como a diferente forma e estrutura que o modo de produção capitalista assume em “países explorados, dominados e com economia deformada” (CASTELLS, 1972, p. 54)²².

O sentido da questão urbana nas sociedades marcadas pela dependência²³ começa com a não identificação de três elementos principais que foram característicos

²² “*La urbanización en los países “subdesarrollados”, debe ser estudiada en relación con la investigación del “subdesarrollo” mismo. Pues, es sobradamente conocido que el “subdesarrollo”, que así denominado parece aludir a niveles de crecimiento, no es sino una de las caras de una misma estructura de la cual también forma parte el desarrollo. Es decir, que no se trata de secuencias diferentes de desarrollo, sino de la expansión de una misma estructura básica, el modo de producción capitalista, en la que distintas formaciones sociales cumplen funciones diferentes y poseen características peculiares correspondientes a estas funciones y a su forma de articulación*” (CASTELLS, 1972, p. 54). No Brasil, Furtado já propunha que a compreensão do subdesenvolvimento não deveria ser realizada como uma etapa do desenvolvimento, mas como um processo ou um conjunto de forças em interação e capazes de reproduzir-se no tempo, inerente ao sistema capitalista. Para mais, ver Furtado, *op.cit.*

²³ “*Una sociedad es dependiente cuando la configuración de su estructura social, en el nivel económico, político e ideológico, refleja relaciones asimétricas con respecto a otra formación social que se encuentra en relación a la primera en situación de poder. Por situación de poder entendemos que la estructuración*

da urbanização nas sociedades dominantes: (i) as formas espaciais; (ii) o processo de reprodução da força de trabalho e (iii) a sua articulação com a ideologia do urbano, isto é, a ideologia produzida e difundida pelo grande capital multinacional. Estes elementos, no contexto das formações dependentes, assumem características como as aglomerações espaciais ditadas pela “urbanização selvagem”; as cidades como expressões espaciais da concentração dos meios de produção e a não existência das condições de reprodução da força de trabalho para uma importante massa de trabalhadores. Em termos gerais, a problemática urbana, para o autor, conotava no modo de produção capitalista os processos e as unidades de reprodução socializada da força de trabalho.

O processo de urbanização, nesse contexto, representa a ligação no espaço da dinâmica social esboçada, e o “crescimento das cidades nos países dependentes responde, em seus ritmos e em suas formas, a articulação concreta das relações de dependência” (CASTELLS, 1972, p. 55). Desigual como o é, o desenvolvimento capitalista, a partir do ponto de vista dos processos de reprodução coletiva da força de trabalho, acaba por bloquear a existência desta reprodução para uma parcela importante da população. O desenvolvimento de certo consumo de luxo para uma estrita minoria e uma escassa intervenção do Estado na reprodução da força de trabalho em termos econômicos, são também características desse desenvolvimento desigual. Existe, por sua vez, uma decisiva intervenção em termos de produção de bens de consumo coletivo para esta população (CASTELLS, 1972).

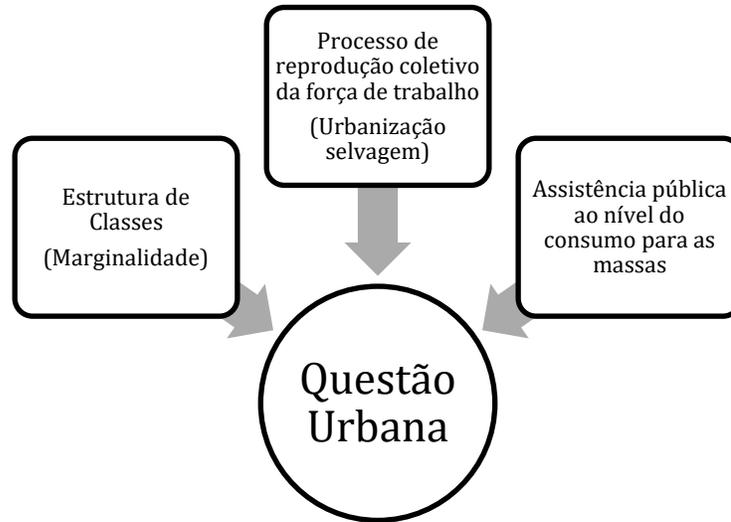
Com efeito, a questão urbana nas sociedades dependentes que Castells descreve contém, de uma só vez, três grandes fenômenos. O primeiro deles, e de grande importância em sua visão, refere-se à especificidade na estrutura de classes que se deriva do próprio desenvolvimento desigual do capitalismo dentro destes marcos históricos. É com respeito a esta especificidade que Castells irá trabalhar a problemática da “marginalidade”²⁴, juntamente com os fenômenos da urbanização selvagem, isto é, a

de las relaciones de clase en la sociedad dependiente refleje la forma de supremacía social adoptada por la clase en el poder en la sociedad dominante” Castells, op. cit, p. 55.

²⁴ Não há fusão real destas três dimensões (estrutura de classe, formas espaciais ligadas aos meios coletivos de consumo, processo político) na realidade. Sua fusão numa só problemática é característica da

não existência, a seu ver, das condições de reprodução de uma parte da força de trabalho, e da assistência pública via consumo coletivo como uma estratégia populista de mobilização social.

Figura 1 - Fenômenos da questão urbana nas sociedades dependentes para Castells (1972)



Fonte: Elaboração própria a partir de Castells (1972)

Com isto, será no nível das práticas sociais e políticas que Castells encontrará determinada unidade para tais problemas sublinhados, apontando como fundamentais na questão urbana das sociedades dependentes a consideração do Estado e suas relações com as massas em termos de interação e das formas de existência do dualismo estrutural. (CASTELLS, 1972). Evidencia, no entanto, que a análise das formas específicas de organização do espaço nas sociedades dependentes não deve ser o ponto inicial de análise, mas sim sua fase final, após a reconstituição dos elementos e das relações que configuram tais distintas formações espaciais. Em outros termos, a cidade é vista pela ótica dos processos de reprodução da força de trabalho, seu consumo e

ideologia da marginalidade: “uma parte da população (os pobres) está à margem da cidade (sociedade) e é assistida pelo Estado” (CASTELLS, 1972, p. 22)

problemáticas adjacentes, e não como um ente específico, produtor e reproduzidor das relações inseridas no quadro analítico geral do subdesenvolvimento²⁵.

Em “*Imperialismo y urbanización en América Latina*” (1973), Castells organiza e aprofunda ainda mais os elementos constitutivos da problemática urbana nas formações dependentes, contando com contribuições de autores brasileiros como Paul Singer e Milton Santos, além de um texto seu introdutório intitulado “*La urbanización dependiente en América Latina*”. Neste, o sociólogo irá articular a hipótese central de sua leitura do espaço latino-americano, qual seja, o de considerar este espaço como uma articulação das forças espaciais derivadas dos diferentes tipos de dominação que marcaram a história da região.

Neste caminho, destaca três traços fundamentais. O primeiro deles está relacionado com o crescimento demográfico e a explosão urbana na região, ou seja, a aceleração crescente da urbanização que termina por gerar aglomerações gigantescas em um período curto de tempo. Esta população superabundante não resultaria do dinamismo econômico da cidade em si, mas sim da propagação, nas cidades, do êxodo rural e dos fenômenos migratórios dos contextos latino-americanos. Mas a marca deste crescimento é também o vertiginoso aumento do setor terciário, não aquele desenvolvido e articulado que já se encontrava nos países centrais, mas sim o que se desenvolve nos “rincões das ruas latino-americanas”²⁶.

O segundo traço fundamental da urbanização dependente é a constituição de grandes concentrações de população sem o desenvolvimento equivalente de uma capacidade produtiva, isto é, a não assimilação dos migrantes no sistema econômico das

²⁵ “[...] o que deve ficar claro é que uma análise das formas específicas de organização de espaço nas sociedades dependentes não pode ser o ponto inicial de análise (em forma tipológica), mas sua fase final, mediante a reconstituição das relações sociais que organizam e dão o conteúdo histórico preciso às distintas formas espaciais”. (CASTELLS, 1972, p. 20).

²⁶ “*Los sectores terciarios latinoamericanos y los norteamericanos no se parecen en nada. Em el primer caso se trata, para um gran parte, de pequeno comercio y de vendedores ambulantes, de empleadas de servicio, de trabajos no especializados y transitórios, o sea de desocupación disfrazada. El ejemplo más dramático podría ser la división del trabajo entre los habitantes de la “favelas” y “barriadas” que buscan em los depósitos de basuras siguiendo cierta especialización en la colecta de ciertos objetos y materiales*” (MORSE, 1964 *apud* CASTELLS, 1973, p. 12).

idades (CASTELLS, 1973)²⁷. O autor destaca que este processo não se configura apenas no conjunto total do país, mas também no interior das cidades. Estas concentram o crescimento demográfico também de suas regiões vizinhas através da atração do excedente da população rural.

O terceiro traço a assinalar seria a formação de um tecido urbano truncado e desarticulado, cuja característica fundamental é a preponderância desproporcional de grandes aglomerações e em particular o crescimento urbano em uma única grande região metropolitana, que costuma concentrar os rumos econômicos e políticos do país. Dentro desta lógica, solidificam-se distâncias econômicas, sociais e culturais entre as cidades e o campo, que entra em um verdadeiro processo de desintegração. Desenvolve-se ainda uma forte diferenciação intraurbana entre as antigas e as novas populações residentes, que tomam sua identidade a partir dos termos da “marginalidade urbana” (CASTELLS, 1973).

Tal marginalidade, dirá Castells (1973), é primeiramente ecológica, pois se reflete ao mesmo tempo na segregação residencial do espaço urbano e na incapacidade do sistema habitacional de tomar conta das necessidades sociais, uma vez que tal demanda não é motivada pelo lucro. O desenvolvimento da segregação intraurbana e a constituição de vastas zonas ecológicas chamadas “marginais” em um processo de “urbanização selvagem” representa um eixo característico da urbanização dependente (CASTELLS, 1973). Eles estão expressos no aumento considerável da população que habitava em favelas no Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 1960, chegando a quase 40% da população total da cidade, assim como também no aumento da população vivendo em habitações “marginais” e em zonas periféricas de cidades como Bogotá e Lima.

²⁷ É no contexto do novo modelo de acumulação capitalista industrial que a questão urbana ganha evidência, e isto também fica claro em relação à ideologia da marginalidade com a qual Castells e Quijano discutem. Este novo momento é caracterizado pelo desenvolvimento dos mercados internos e pelo crescimento do setor industrial, com ainda débil absorção da mão de obra, e um novo papel do Estado com capacidade para assegurar o crescimento econômico. Ao nível dos grupos sociais, um novo antagonismo se coloca entre as massas integradas ao setor moderno e à dinâmica geral do capitalismo, e um setor chamado “marginal”, composto por massas cada vez mais afetadas pela decomposição interna da sociedade nacional.

Não apenas essa visão “marginalista” do problema urbano de Castells já é criticada dentro da própria edição de *“Imperialismo y urbanización en America Latina”*, por Paul Singer, como também podemos encontrar uma postura crítica dos parâmetros conceituais da cidade de Castells em Topalov (1988) e, mais recentemente, em Arantes (2009). Para Topalov (1988), apesar da pesquisa urbana marxista francesa, da qual Castells fez parte, ter sido responsável por inserir a cidade dentro da dinâmica global da acumulação capitalista, a compreendendo enquanto um produto social e não um dado da natureza, algumas lacunas ainda ficaram em aberto. Uma delas seria a falta de trabalhos relacionando o papel da indústria e dos serviços na urbanização, com poucos estudos relacionando as mudanças na divisão do trabalho e as formas de urbanização.

Segundo Topalov (1988), Castells ainda define a cidade primariamente enquanto espaço do consumo coletivo e da reprodução da força do trabalho, versando principalmente com a questão dos equipamentos e serviços urbanos. Para o autor, essa decisão teórica, por um lado, legitimava a sociologia urbana francesa ao parar para refletir a emergência de novos movimentos e estruturas sociais nos contextos urbanos, colocando no centro da análise as formas de conflitualidade social que não nasciam de uma base de classe única. Por outro, era necessário redescobrir a cidade também enquanto espaço da produção industrial e da expansão da valorização do capital.

Ao retomar a história do pensamento urbano marxista da década de 1970, Arantes (2009) também critica a visão de cidade apenas como espaço de consumo e a ideologia da marginalidade encontrada em Castells. O autor concorda com Topalov ao afirmar que não se pode estudar os usos que se faz da cidade sem estudar também a sua produção, o que em sua visão limitaria a questão urbana apenas ao produto material de uma determinada formação social. Segundo o autor, não são temas para Castells a “propriedade e a renda da terra, a produção do espaço construído, os promotores imobiliários e todo o circuito de acumulação de capital que se dá no urbano” (ARANTES, 2009, p. 109).

De filiação estruturalista e com a preocupação epistemológica de delimitar os marcos do “problema urbano”, Castells irá, portanto, apresentar a cidade enquanto um

espaço de consumo coletivo, do uso e da vida cotidiana²⁸. O urbano poderia ser compreendido como predominantemente o local de reprodução social da força de trabalho e objeto dos serviços públicos como habitação, transportes, saneamento básico etc. Não se coloca a cidade, desta forma, como um processo e produto próprio da dinâmica de acumulação do capital (ARANTES, 2009)²⁹.

Por fim, é válido ressaltar que, partindo desta visão de cidade encontrada em Castells, chamada de “simplificação do problema urbano” por Arantes (2009), as saídas para tais problemas se encontrariam igualmente facilitadas e se dariam por meio da eleição de novos sujeitos sociais, os “movimentos sociais urbanos”. Castells colabora então para difundir a ideia de que estes atores são agentes fundamentais de transformação social, muito embora não se encaixem exatamente nos quadros de classes sociais do marxismo e, também por isto, o uso da categoria do “polo marginal”.

1.2.3 - Henri Lefebvre e o direito à cidade

A reflexão francesa da cidade e de seus dilemas possui também como um dos nomes de grande influência, desta vez pela vertente da filosofia da urbanização, Henri Lefebvre. Lefebvre foi um filósofo e sociólogo marxista francês que cunhou o termo “direito à cidade” em 1968, momento de grande manifestação política e social na França. Alguns anos depois Lefebvre escreveu “*A Revolução Urbana*”, que previa o fenômeno da urbanização como central para a sobrevivência do capitalismo e, portanto, destinada a tornar-se o foco decisivo das lutas políticas de classes.

²⁸ “Diferentemente do consumo individual de mercadorias, o consumo coletivo se realiza econômica e socialmente não por meio do mercado, mas do Estado e de suas políticas públicas. Isso porque o consumo coletivo não tem como ser suprido exclusivamente pelo mercado e exige uma intervenção estruturalmente necessária do Estado. Este se encarrega da “produção dos meios essenciais de reprodução da força de trabalho: saúde, educação, habitação, equipamentos coletivos etc.” e, desse modo, “se converte em verdadeiro planejador do processo geral de consumo: isto está na base da chamada política urbana” (ARANTES, 2009, p. 108)

²⁹ A crítica também é direcionada a certo modelo metodológico empreendido por Castells para dissecar a cidade, que em alguns momentos envolveu fórmulas e modelos matemáticos para tentar capturar de maneira empírica o problema das cidades. Para Arantes (2009), isto ocorre porque esta ideologia urbana no capitalismo é entendida imediatamente como manifestação do Estado planejador. [...] Por isso, a cidade pode ser decomposta de forma dura e analítica em fórmulas econômicas e tabelas que avaliam seu desempenho funcional como mera unidade de reprodução da força de trabalho” (ARANTES, 2009, p. 109).

O ponto de partida em “*O direito à cidade*” distingue a industrialização como uma característica da sociedade moderna, apontando, no entanto, que as cidades já possuem uma poderosa realidade antes mesmo do nascimento do capitalismo concorrencial e da burguesia industrial. O autor mostra que em épocas anteriores à industrialização, cidades orientais, arcaicas ou medievais, já se constituíam como centros de riqueza, de vida social e política. A cidade é, desta forma, uma obra e esta característica difere da direção do dinheiro, das trocas e dos produtos. Em outras palavras, Lefebvre (1968) quer dizer que a cidade enquanto obra deveria ser analisada por seu valor de uso, e não de troca, como um produto³⁰.

Esta é uma tese importante no trabalho do filósofo francês, pois guiará a maneira como ele compreende a captura dos espaços urbanos pela lógica capitalista do lucro baseada no valor de troca, retirando assim o direito à cidade e à vida urbana em seu sentido amplo para uma parcela da população. Ao mesmo tempo, é a cidade quem tende a constituir, para o autor, um sistema fechado e um caráter orgânico de comunidade e pertencimento, e os violentos contrastes entre riqueza e pobreza que nela se desenrolam, ou seja, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos, não impedem o apego à cidade pois partem dele. Para Lefebvre (1968), no contexto urbano, as lutas de facções e classes apenas reforçam o sentimento de pertencimento.

Lefebvre (1968) escreve em um momento em que se aprofunda o processo denominado de “implosão-explosão” da cidade, com o fenômeno urbano se estendendo sobre grande parte do território dos países industriais. Este território, por sua vez, está encerrado num tecido urbano cada vez mais estruturado, ainda que com diferenciações locais. Neste tecido, dirá o autor, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas e as pessoas passam a ser deslocadas para periferias cada vez mais distante. Enquanto suporte do modo de viver da sociedade urbana, não desaparecem os núcleos e centros urbanos, mas se transformam em centros do consumo e são também consumidos.

³⁰ “A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, a subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (LEFEBVRE, 1968, p. 14)

O que encontramos no capítulo central do livro é um ensaio livre e uma reflexão teórica a respeito das necessidades sociais inerentes à sociedade urbana, bem como as estruturas das cidades (econômicas, políticas, culturais, etc.). Essas necessidades, que são múltiplas e possuem fundamento antropológico, vão desde a necessidade de segurança, de certeza e da organização do trabalho, até necessidades não capturadas muitas vezes pelos urbanistas como a da atividade criadora e de atividades lúdicas etc. O autor argumenta que as necessidades urbanas específicas seriam necessidades que não são, muitas das vezes, encapsuladas pela dimensão do valor de troca e do lucro. Entre elas, e no contexto dos efeitos sociais por que passava, o autor afirma que devido à pressão das massas, surgem direitos concretos que vem a complementar os direitos abstratos do cidadão, e o direito à cidade passa a se afirmar como um apelo e uma exigência de quem *realmente* precisa dela.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. [...] só a classe operária pode se tornar o agente, o portador, ou o suporte social dessa realização. Aqui ainda, como há um século, ela nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela. Como há um século atrás, ainda que em novas condições, ela reúne os interesses de todas a sociedade, e inicialmente de todos aqueles que *habitam*. Os moradores do Olimpo e a nova aristocracia burguesa não habitam mais. Andam de palácio em palácio, ou de castelo em castelo [...] estão em toda parte e em parte alguma. [...] será necessário mostrar aqui a miséria irrisória e sem de trágico do habitante, dos suburbanos, das pessoas que moram nos guetos residenciais, nos centros em decomposição das cidades velhas e nas proliferações perdidas longe dos centros dessas cidades? Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte (LEFEBVRE, 1968, p. 117-118)

A retomada do direito à cidade por parte da classe trabalhadora, para Lefebvre, significa então a recuperação da classe enquanto produtora e usuária do espaço urbano e de seu valor de uso. Estudando as transformações no conceito de direito à cidade, Camargo (2016) aponta que o ensaio do direito à cidade presente em Lefebvre argumentou que o urbanismo moderno, implementado pelo Estado e pelo capital, era uma estratégia que, mediante a produção e racionalização do espaço, mercantilizava a vida urbana. Desta maneira, o urbanismo moderno teria gerado ainda maior segregação espacial, o predomínio do valor de troca dos espaços urbanos e a impossibilidade de

participação dos trabalhadores nas decisões da cidade, confinados como ficam em uma vida de consumo urbano, cotidianidade e exclusão espacial.

Em seu capítulo sumário de “O direito à cidade”, Lefebvre reúne as teses sobre as quais constrói seus argumentos sobre a cidade, o urbano e o urbanismo. Elas envolvem a questão da moradia e da habitação paralelo a organização industrial como grupos de problemas que foram e são desafiados pelo crescimento econômico e industrial, apontando como a experiência prática mostra que pode haver crescimento sem desenvolvimento social e sem a concepção de vida e plena realização da sociedade urbana. Para Lefebvre (1968), o duplo movimento de industrialização e urbanização perde o seu sentido se o objetivo final for o próprio crescimento industrial, e não a sociedade urbana, isto é, se se subordina a vida urbana ao crescimento industrial.

Por outro lado, a realização desta sociedade urbana exige determinada planificação e planejamento orientados para as necessidades da sociedade. No âmbito da feroz urbanização que a industrialização ajuda a desencadear, é a classe operária quem sofre as maiores consequências e passa a ser marcada pela segregação e pela miséria do seu *habitat*. Com relação a isto, Lefebvre coloca que:

Ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por essa explosão. Tal é a forma atual da situação negativa do proletariado. A antiga miséria proletária se atenua e tende a desaparecer nos grandes países industriais. Uma nova miséria se estende, que toca principalmente o proletariado sem poupar outras camadas e classes sociais: a miséria do habitat, a miséria do habitante submetido a uma cotidianeidade organizada (na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido) (LEFEBVRE, 1968, p. 142)

Nesta sociedade, e em difíceis condições, alguns direitos conseguem abrir caminho, ainda que mal reconhecidos e em processo de formação. A tese de Lefebvre é de que o direito a cidade é um destes direitos em formação. Trata-se do direito à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, porém não ditados pelos valores de troca. A proclamação e realização da vida urbana como reino do uso, dos ritmos de vida e de emprego do tempo que permitem o uso pleno e inteiro dos momentos e dos locais, exige algumas contrapartidas. Estas contrapartidas envolvem o domínio do econômico e, conseqüentemente, para Lefebvre, se inscrevem nas perspectivas da revolução sob hegemonia da classe operária (LEFEBVRE, 1968).

Segundo o autor, para essa classe já rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados do seu próprio trabalho, esse direito possui um significado ainda maior. Assim como a reforma agrária, a reforma urbana no século XX possuiria um caráter revolucionário, pois dava lugar a uma estratégia que se opunha à estratégia da classe dominante³¹.

Analisando a contribuição de Lefebvre, Funari (2017) mostra como para o filósofo francês, o espaço urbano cumpre, dentro da lógica do lucro, papéis na concentração da riqueza, reforçando a cisão central entre possuidores e despossuídos. Nessa dialética, “ao assimilar a forma de mercadoria [...] as estruturas urbanas passam a operar dentro dos parâmetros socialmente destrutivos da economia de mercado [...] A cidade é de quem pode pagar por ela”³². Em síntese, Lefebvre lança mão de conceitos marxistas para criticar o sequestro da cidade por uma visão mercantil, baseada no lucro e na troca, e que nada faz a não ser aprofundar os conflitos sociais e a desigualdade. Termina por permitir a apropriação da cidade e impedir a vida e a realização da sociedade urbana.

As contribuições que se desenvolvem a partir dos anos 1970 entre autores internacionais não se encerram aqui. Inspirados na crítica marxista, outros autores seminais também trabalharam a reprodução social do espaço e do ambiente construído, pela ênfase do Estado e do capital, através das vertentes da sociologia urbana e da economia política. Vão, assim, desde David Harvey (1973) na análise das relações e das lutas entre as frações do capital e do trabalho nas formas espaciais, até o resgate crítico de Alain Lipietz (1977) das teorias convencionais, apontando as regiões como formações sociais específicas e Jean Lojkine (1977) com a discussão do Estado e seu papel na questão urbana (BRANDÃO, 2007).

³¹ Ver “A Revolução Urbana”, Lefebvre, 1970.

³² FUNARI, *op.cit*, s.p.

Capítulo 2. O pensamento urbano paulista: uma teoria crítica da cidade no capitalismo brasileiro

A proposta deste capítulo é esboçar algumas das contribuições do pensamento urbano paulista a partir do final da década de 1960 e dos anos 1970. A trajetória que cursamos até aqui procurou demonstrar o contexto histórico de transformação pelo qual passava o capitalismo, não apenas na periferia do sistema, mas também nos países centrais. Nesses últimos, uma produção seminal para o pensamento urbano vinha se desenvolvendo a partir de marcos e conceitos marxistas, especialmente na França. Um traçado dos trabalhos de alguns pensadores desta linha foi elaborado no capítulo anterior.

O Brasil notava, a partir da segunda metade do século XX, o destrinchar de uma urbanização gestada nas próprias contradições de seu capitalismo truncado³³, e que, por isso mesmo, refletiu uma série de especificidades completamente distintas daquelas observados nos países centrais. São tais especificidades, articuladas como o são com a reprodução do capital industrial, que contribuem para a formação de uma agenda de pesquisa voltada a compreender os problemas urbanos brasileiros a partir da expansão capitalista. No microscópio dessa pesquisa, São Paulo representava a epítome dos reveses de uma urbanização explosiva e periférica.

Arantes (2009) divide em dois grupos principais os autores que na década de 1970, afinados ao pensamento marxista, se propuseram a estudar as dinâmicas do subdesenvolvimento no contexto paulista e seu “padrão periférico de crescimento”. Esses dois grupos giravam em torno do CEBRAP, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, e da FAU-USP, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e “procuraram avaliar como o subdesenvolvimento gerava uma condição peculiar de reprodução da força de trabalho, em oposição àquela que ocorria nos Estados de bem-estar social”³⁴. Repercutindo as definições fundamentais de “periferia”, “espoliação urbana” e “autoconstrução” da moradia³⁵, a pesquisa paulista aclimata os

³³ Ver Oliveira, 1972.

³⁴ Arantes, op.cit, p. 104.

³⁵ Ibid., p. 104.

conceitos da sociologia francesa da qual foi influenciada à situação específica da maior metrópole do país.

Não obstante a influência de Castells, o processo de urbanização apreendido por esse grupo de autores envolveu uma postura crítica à teoria da marginalidade. Para Arantes (2009), as primeiras pistas de uma teoria crítica do urbano realizada por estes intelectuais surge no momento em que a cidade deixa de ser apenas um suporte dos processos sociais e econômicos, para então ser compreendida como parte fundamental da reprodução do capital, sendo discutidos conceitos como renda da terra, “capital da construção” etc.

Dos dois grupos já mencionados, trataremos aqui das contribuições de alguns daqueles que demarcaram o espaço da pesquisa urbana brasileira refletindo a dinâmica da urbanização a partir de São Paulo³⁶. Serão eles o economista Paul Singer, com a “*Economia Política da Urbanização*” (1973), a coletânea de textos organizados pela professora e urbanista Ermínia Maricato em “*A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*” (1979), o conceito de “*Espoliação urbana*” empreendido no livro de mesmo nome de Lúcio Kowarick (1979), além de Francisco de Oliveira em “*O Estado e o urbano no Brasil*” (1982).

2.1. Paul Singer e a Economia Política da Urbanização

Paul Singer foi um economista brasileiro de origem austríaca que atuou como pesquisador no CEBRAP e como professor da Pontifícia Universidade Católica de São

³⁶ Aqui faz-se necessário uma nota metodológica. Os autores e textos selecionados para este capítulo foram e não foram, ao mesmo tempo, selecionados de maneira arbitrária. Não foram no sentido de configurarem obras seminais de referência em outras publicações sobre o tema e em instituições de pesquisa e ensino da urbanização brasileira. Também não o foram na medida que, em nossa busca por referências que refletissem um pensamento paulista minimamente homogêneo (apesar do caleidoscópio de temáticas abordadas), atentamos para os trabalhos que se relacionavam dentre a miríade de produções e suas possibilidades. Dessa forma, as conexões de Paul Singer e Lúcio Kowarick com a produção já observada de Castells, assim como a relação bibliográfica deste primeiro com Francisco de Oliveira e Ermínia Maricato, balizaram a escolha de tais autores como forma de afunilar a procura por um “pensamento urbano paulista”. Além disso, tratamos de contribuições feitas em sua grande maioria para e a partir de São Paulo, decisão essa que se tornará mais desafiadora para os propósitos do próximo capítulo. Por outro lado, tratou-se de uma seleção arbitrária pois a escolha de tais autores deixou de fora, inevitavelmente, uma série de outros trabalhos que, por motivos de escopo e tempo, não poderiam ser incluídos aqui e agora. As repetidas citações dos autores escolhidos em outras produções como referência teórica terminaram por selar a decisão metodológica aqui abraçada.

Paulo. Um dos líderes do movimento grevista dos trabalhadores industriais de São Paulo, em 1953, Singer teve experiência operária e militante no Partido Socialista Brasileiro (PSB) antes mesmo de seus estudos em Economia na USP, engajando-se também na formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Sua tese de doutorado já tratava do interesse do economista pela pesquisa urbana. Publicada em 1969 como “Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana”, a tese precederia a noção das transformações estruturais que as cidades brasileiras estavam passando e o papel central do Estado no combate à concentração e a desigualdade regionais. Após a aposentadoria compulsória na USP durante o regime militar, uniu-se a outros professores e intelectuais na formação do CEBRAP. Na década de 1970, quando desenvolve sua obra “Economia Política da Urbanização”, o economista procura “elaborar um enfoque teórico distinto do habitual, que considerava que grande parte da chamada “marginalidade” das cidades se originava de migrações rurais-urbanas excessiva”³⁷.

Como visto no capítulo anterior, Singer já criticava a visão marginalista presente na coletânea de Castells, “*Imperialismo y urbanización en America Latina*”, colocando em questão a premissa de oposição entre um polo marginal e um setor moderno. Afirmava que a expansão e “acumulação capitalista se processava justamente mediante a exploração extensiva de trabalhadores pouco qualificados”³⁸. Neste sentido, o que seria aparentemente marginal, é, na verdade, inclusivo, pois constitui parte fundamental do mecanismo de acumulação capitalista, como também afirmará o sociólogo Francisco de Oliveira em sua “Crítica à razão dualista”³⁹.

Em “*Economia Política da Urbanização*” (1973), a questão urbana e da dependência são vistas a partir da perspectiva das classes sociais. Para Singer (1973), as relações entre as classes constituem o processo fundamental que molda a evolução da sociedade. Via de regra, sendo a cidade a sede do poder, torna-se, portanto, “sede

³⁷ Bibliografia intelectual da página oficial do autor: <http://paulsinger.com.br/biografia/>, acesso em 03 de outubro de 2019.

³⁸ Arantes, op.cit, p.111.

³⁹ Nestes temos que o sociólogo Francisco de Oliveira também criticará a suposta “urbanização caótica” e desorganizada, apontando a funcionalidade para o esquema de acumulação do processo de exploração e rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho nos centros urbanos. O caos seria, desta maneira, funcional ao sistema. Para mais, ver também Oliveira (1978).

da classe dominante”⁴⁰. “A origem da cidade se confunde com a origem da sociedade de classes, que, apesar disto, a precede historicamente”⁴¹. O economista aponta que a questão da urbanização deve ser entendida como um amplo processo de mudança estrutural que se assenta na transformação mais profunda da estrutura de classes e dos modos de produção. É preciso procurar o papel que as classes sociais desempenham na urbanização para que esta não seja tomada como um fenômeno autônomo, perdendo, assim, seu significado.

É interessante observar que o entendimento da cidade enquanto o campo do isolamento e do enclausuramento de um determinado grupo social já se encontra em sua análise histórica e é central, a seu ver, para entender a “racionalidade da segregação urbana”. Singer (1973) aponta que a criação da cidade requeria uma acumulação prévia, denotando a existência de uma parte da população não produtora. A transição para a cidade comercial do fim da Idade Média, a partir de uma cidade-estado, já expressava, portanto, relações de dominação. Na história das relações entre campo e cidade, a divisão do trabalho ocorre depois que a cidade já existe, pois se desenvolve como resultado de constituição de uma classe que, de alguma forma, conseguiu se ver livre das “obrigações de produção direta”.

São nestes termos que a origem das cidades se confunde com a origem da sociedade de classes, e que leva o autor a afirmar que a diferenciação social precedeu, necessariamente, a diferenciação ecológica, colocando em movimento um fluxo permanente de excedente do campo para a cidade. “É só a partir desta resolução, que pressupõe, repita-se, dominação, é que se pode especular sobre a “racionalidade” ou a “funcionalidade” da segregação urbana”. (SINGER, 1973, p. 14).

Quando a divisão do trabalho entre cidade e campo se estabelece de maneira definitiva, a cidade deixa de ser apenas a sede da classe dominante, para se inserir no próprio “circuito metabólico homem-natureza”⁴². Dando aqui um salto, a partir da industrialização, as relações produto cidade e produto do campo ficam ainda mais

⁴⁰ Singer, op.cit, p. 12.

⁴¹ Ibid, p. 13.

⁴² Ibid, p. 20.

complexas, com este último cada vez mais especializado e industrializado. A cidade passa a ser não apenas o lugar que concentra o excedente alimentar, mas todo o excedente agrícola. A divisão do trabalho entre campo e cidade sofre, deste modo, uma transformação tão ampla que se pode até colocar em questão a validade de sua distinção (SINGER, 1973).

O princípio da análise da economia política da urbanização de Singer coloca, portanto, que a problemática urbana só pode ser analisada como parte de um processo mais amplo de mudança estrutural, que afeta tanto a cidade quanto o campo. Para entender a industrialização e a urbanização enquanto fenômenos pelos quais a sociedade passa, o autor afirma que é preciso procurar o papel que as classes sociais desempenham nela, pois caso contrário ela é entendida como um processo autônomo, perdendo o seu significado essencial.

No capítulo “Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina”, Singer (1973) desenvolve seus argumentos críticos com relação às proposições de Castells e Quijano da marginalidade nas economias latino-americanas. A questão da marginalidade, nesses autores, está relacionada com o desenvolvimento industrial em economias dependentes e com o desnível entre o fraco desempenho das forças produtivas frente a aceleração da concentração espacial da população nas cidades, gerando um Setor Terciário inchado e com elevado desemprego disfarçado, e a formação de um setor marginal com parcela significativa da população. Esta decomposição interna da sociedade nacional estaria em contraposição ao setor moderno integrado sob o controle dos novos monopólios.

Analisando o desenvolvimento do capitalismo monopolista na América Latina, Singer (1973) afirma que apesar da dinâmica “normal” de qualquer economia capitalista produzir a decadência de certos ramos e a expansão de outros, os ramos em decadência não chegam a formar um setor em si da economia, nem coincidem com o conjunto das atividades que não estão no setor monopolístico. Em sua visão, não se justifica supor que o conjunto de atividades que não integram o setor monopolístico apresentem características de marginalização por considerar que, entre um núcleo hegemônico e um setor marginal interpõem-se todo um conjunto de atividades, que por não estarem

monopolisticamente organizadas e nem por estarem perdendo significância, não se encaixam em ambos os pólos (SINGER, 1973).

Quanto ao argumento de Castells em relação ao “inchaço” do setor terciário, Singer aponta que este fenômeno não se dá apenas na América Latina, mas em quase todos os países, e deve-se ao aumento mais rápido da produtividade no setor industrial do que na maioria dos serviços. O desenvolvimento insuficiente das forças produtivas, dado o caráter capitalista das economias latino-americanas, deveria ser atribuído a uma “insuficiente acumulação de capital⁴³, isto é, a uma limitação representada pela existência de amplos setores de produção tecnologicamente atrasados e a exportação de capital pelos monopólios internacionais, que se apropriam de boa parte do excedente (SINGER, 1973).

Procurando fugir do conceito de marginalidade para entender a realidade da urbanização no Brasil, Singer então parte para a reflexão marxista da urbanização como um processo de “mobilização insuficiente do exército industrial de reserva”⁴⁴, ou seja, tratando da grande massa rural, confinada na economia de subsistência, que passa a constituir para a economia capitalista industrial um verdadeiro reservatório de mão de obra. Neste ponto, Arantes (2009) lhe critica, afirmando que Singer expõe, ao fim, argumentos similares ao de Castells, pois a urbanização é descrita de tal maneira a retomar o conceito marxista para evitar a noção dualista de “marginalizados”, o que não o impede de apresentá-la novamente como processo reflexo da industrialização, sem dinâmica própria. Mais contundente ainda, aponta que a análise da economia urbana de Paul Singer é a da economia sem o urbano. “Prevalecem categorias analíticas da economia política que seguem desligadas da conformação espacial em sentido forte, apresentada sempre como reflexa” (ARANTES, 2009, p. 112).

É válido também fazer menção ao texto de Singer presente na coletânea organizada pela professora Ermínia Maricato, de 1979, no qual tratou o uso do solo

⁴³ A problemática urbana em áreas como a da Grande São Paulo insere-se, a partir destes marcos analíticos, como resultado da concentração espacial de atividades e não necessariamente da população, isto é, grosso modo, “o que de fato acontece é que a acumulação de capital se dá de forma concentrada no espaço, o que atrai grandes fluxos migratórios” (SINGER, 1973, p. 131).

⁴⁴ *Ibid.*, p. 132

urbano em uma economia capitalista. De maneira geral, o economista coloca que a cidade capitalista, dado seu funcionamento e em especial nas sociedades subdesenvolvidas, “não tem lugar para os pobres”⁴⁵.

A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram (SINGER, 1979, p. 33).

Singer (1979) descreve como a valorização do uso do solo na economia capitalista é regulada pelo mercado e como a questão dos serviços urbanos acabam privilegiando determinadas localizações que favorecem as camadas mais altas da população. Isto porque, em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva a escassez dos serviços urbanos a um nível crítico, o que provoca a valorização das poucas áreas que são bem servidas. Neste mecanismo, o funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada, capazes de pagar a mais pelo direito de morar. A população mais pobre, por sua vez, fica relegada às zonas com o pior serviço e, conseqüentemente, mais baratas.

O Estado possui um importante papel neste esquema, como responsável pela provisão de boa parte dos serviços urbanos. A questão, entretanto, é que as transformações no preço do solo acarretadas pela ação do Estado, ao dotar uma zona qualquer da cidade com serviços públicos, são aproveitadas por especuladores que possuem a oportunidade de antecipar os lugares em que as diversas redes de serviços urbanos serão expandidas. A elevação dos preços dos imóveis resultante, afirma Singer (1973), pode deslocar os moradores mais antigos e pobres de modo que o novo serviço vai servir mais aos novos moradores do que os que supostamente deveriam ser beneficiar⁴⁶.

⁴⁵ Singer, 1979, p. 33.

⁴⁶ O trabalho de Singer neste texto de 1979 ainda incorpora uma análise a respeito do valor da propriedade imobiliária, da determinação da renda da terra urbana e da estruturação do uso do solo urbano, que se

2.2. Uma teoria crítica do urbano em “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”

Os textos reunidos em torno do livro organizado pela professora Ermínia Maricato, da FAU-USP, representam passos pioneiros em direção à uma visão mais crítica da cidade e do espaço urbano. Apesar de certa afinidade com autores do CEBRAP, que inclusive colaboram com a construção do livro, como Francisco de Oliveira e o próprio Paul Singer, a proposta reunida em “*A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*” não apenas insere o espaço urbano enquanto um local de expansão e valorização do capital, como também renova os temas para a pesquisa urbana das próximas décadas.

Maricato se formou em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP, onde também se especializou no campo do planejamento urbano. Defensora da Reforma Urbana, Maricato teve participação ativa na política e nos movimentos de luta pela moradia, participando inclusive da criação do Partido dos Trabalhadores. Chegou a ser secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano no governo de Luiza Erundina pelo PT em São Paulo, entre 1989 e 1992, e secretária executiva do Ministério das Cidades durante o primeiro governo Lula, chegando também ao cargo de ministra.

Francisco de Oliveira coloca, no prefácio, que a novidade dos temas tratados pelos autores do livro está em fazer o esforço de pensar um campo teórico “especificamente urbano”⁴⁷, a partir do urbano “concreto”⁴⁸ mesmo. São, assim, tentativas de entender o que é específico do urbano na produção capitalista brasileira os estudos da renda fundiária na economia urbana, da autoconstrução e da habitação popular, seguindo o sentido de determinar como o espaço socialmente produzido se põe

analisados detalhadamente fugiriam do escopo deste trabalho. Numa síntese, Arantes apresenta que “segundo Singer, o que define a quantidade de renda extraída de cada pedaço de terra numa cidade é a disputa por sua localização (em função dos serviços, das infraestruturas e da qualidade de determinados bairros) e o direito que é reservado à propriedade privada de cobrar pelo acesso à sua utilização. As estratégias de empresas e habitantes para extrair renda, acesso e localização são similares, mas de naturezas distintas, explica. No caso das empresas, trata-se de uma renda derivada do lucro, tendo em vista ganhos de localização. No caso dos habitantes, a renda depende das necessidades (reais e da fantasia) de cada um e da própria promoção imobiliária” (ARANTES, 2009, p. 123).

⁴⁷ Oliveira *apud*. Maricato, 1979, p. 13.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 14.

a serviço da acumulação de capital (OLIVEIRA, 1979).

Apresentaremos aqui as contribuições do livro que seguem os estudos da autoconstrução e da habitação popular como elementos centrais para entender as condições urbanas da expansão capitalista e o papel a que são sujeitadas as massas da população trabalhadora mais pobre nestes espaços urbanos. Estes constituem-se elementos centrais não apenas porque refletem as condições da classe trabalhadora, mas também porque desnudam o concreto da urbanização: a cidade não se configura apenas como *lócus*, mas também como forma da expansão capitalista, sendo os diversos níveis de desigualdade forçada e deliberada no meio urbano mecanismos subservientes ao capital e seu desenvolvimento.

No texto da professora Maricato, “*Autoconstrução, a arquitetura possível*”, o conceito da autoconstrução é apresentado tanto como um reflexo da falta de investimento do Estado⁴⁹ na reprodução da força de trabalho quanto das condições salariais, progressivamente desvalorizadas, que não conseguem cobrir os custos da habitação urbana. Baseando sua análise nos dados relativos à região da Grande São Paulo, Maricato (1979) expõe, assim como os autores do CEBRAP, que as ideias de “marginalidade, espontaneidade, descontrole e desorganização”⁵⁰ que acompanharam as abordagens das periferias nas metrópoles dos países dependentes não se sustentam. A autoconstrução, em si, é um termo utilizado para designar “um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho” (MARICATO, 1979, p. 71).

É principalmente através da autoconstrução⁵¹, coloca a autora, que a maioria

⁴⁹ “A importância quantitativa (e qualitativa) da autoconstrução junto ao proletariado das grandes cidades dos países capitalistas dependentes mostra que os programas e políticas oficiais estatais de habitação são muito menos importantes na produção da habitação popular do que querem fazer crer os relatórios técnicos oficiais” (MARICATO, 1979, p. 72-73).

⁵⁰ *Ibid.*, p. 93.

⁵¹ Importante mencionar que a autora cita, em nota, que a questão da autoconstrução “não se refere somente à casa própria, pois se assim fosse estaríamos excluindo as numerosas áreas de favela que abrigam trabalhadores que constroem suas casas sem ter a posse do terreno, correndo risco de despejo a qualquer momento. A cidade do Rio de Janeiro é pródiga em casos de *desfavelamento* nos núcleos situados nos morros da zona sul, áreas crescentemente valorizadas com a expansão e concentração urbanas” (MARICATO, *op cit*, p.74).

da população trabalhadora resolve o problema da habitação. No coração do problema, que aparentemente poderia significar apenas a transposição de um “costume de subsistência”⁵² típico do migrante rural para os centros urbanos, está a verdadeira falta de capacidade de assentamento residencial, mesmo dentro de uma economia urbana industrial movida a salários. Em outros termos:

Se ela mantém algumas práticas de subsistência, construindo as casas, abrindo poços para se abastecer de água, abrindo fossas para o esgoto, é porque não lhe resta outra alternativa, já que ela não tem condições de comprar esses produtos ou pagar por esses serviços, seja pelo baixo poder aquisitivo dos salários, seja porque as políticas oficiais estatais tratam a infraestrutura e equipamento urbano, coletivos ou não, como mercadorias a exemplo dos setores privados, ou quando não, e mais frequentemente, combinadas a eles (MARICATO, 1979, p.74)

A habitação, elemento central para a vida e reprodução no meio urbano, apesar de constituir um produto de consumo individual, está intimamente relacionada com questões de saúde, saneamento básico, cultura e transportes, que, por sua vez, estão relacionados também com a política salarial. Por outro lado, a autoconstrução se espalha para diversos outros fins além do consumo individual da habitação, como a construção de igrejas, escolas primárias, creches etc. Desta maneira, a prática se estende para a “produção do espaço urbano”⁵³, e o assentamento residencial da população, fundamental para a manutenção da oferta de mão-de-obra barata, se faz “às custas de seu próprio esforço”⁵⁴.

⁵² Ibid., p. 74.

⁵³ Ibid., p. 79.

⁵⁴ Ibid., p. 79.

Figura 2 – Autoconstrução em São Paulo na década de 1970



Fonte: Revista A Construção São Paulo, n. 1494, set. de 1976.

O conceito de autoconstrução é tratado por Maricato, referenciando Francisco de Oliveira, como um dos exemplos de “integração dos setores atrasados no processo de acumulação do capital”⁵⁵ com eixo na grande indústria, contestando assim as teorias dualistas da marginalidade. Com efeito, o argumento parte do princípio de que a acumulação de capital seria na verdade beneficiada pela “*dilapidação*”⁵⁶ que se verifica na reprodução da força de trabalho⁵⁷. A leitura da relação do “arcaico com o novo”⁵⁸ se transfere também para a reflexão do ambiente das áreas metropolitanas, onde casas proletárias inacabadas e sem infraestrutura contam, no seu interior, com geladeira, televisor, rádio etc.

A temática do Estado e seu papel da reprodução da força de trabalho, dada a influência do estruturalismo francês, compõe também uma parte importante do texto. O

⁵⁵ *Ibid.*, p. 76.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 77, grifo nosso.

⁵⁷ “A expansão do capitalismo se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução de relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo” (OLIVEIRA, 1972 *apud*. MARICATO, 1979).

⁵⁸ *Ibid.*, p. 77.

Estado termina por confirmar a lógica da acumulação capitalista⁵⁹, ignorando a reprodução da força de trabalho e investindo em setores econômicos mais dinâmicos. Como investidor, esse caráter se confirma e fica claro através da atuação do Banco Nacional da Habitação, o BNH. Tanto o texto da professora Maricato quanto o de Gabriel Bolaffi, também presente na coletânea, apontam a crítica de que o BNH afastou a aplicação de recursos financeiros na habitação popular para investi-los em habitações de alto e médio custo, buscando assim um mercado com maior poder aquisitivo. Neste esquema, a política de controle salarial e de concentração de renda foram essenciais, sendo orientadas pelo Estado para viabilizar a política do BNH através da criação de demanda (MARICATO, 1979).

Somadas à redução do poder aquisitivo do salário do trabalhador, as orientações do Estado de exigir retornos pelos investimentos urbanos acabaram por excluir a maior parte da população do campo de abrangência dos melhoramentos urbanos. Os moradores que não podiam arcar com as prestações acabavam expulsos para áreas menos urbanizadas, levando a autora a refletir sobre o conceito de “periferia urbana”⁶⁰. Esta seria um dos resultados da política de investimentos urbanos, podendo ser caracterizada como o espaço da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, longe dos centros de comércio ou negócios, sem equipamento ou infraestrutura urbanos. Segundo a urbanista:

Essa proletarização do espaço, essa ocupação pobre, extensiva e horizontalizada que ganhou apelidos de “inchamento”, “cinturão de pobreza”, “espaço marginal”, etc. se acentua com o que podemos chamar de segunda etapa da industrialização do país (meados da década de 1950), que é marcado por uma ofensiva do grande capital internacional, após a Segunda Guerra Mundial. [...] A formação da periferia urbana antecede o advento da nova fase de industrialização no país, porém com esta seu crescimento, sua reprodução se farão em escalas e velocidades nunca antes constatados (MARICATO, 1979, p. 83)

Em uma sociedade em que a habitação é tratada como mercadoria e propriedade privada, é justamente a população de baixa renda que apela para o processo de autoconstrução para a obtenção da casa própria. Pela ótica do modo de produção

⁵⁹ “Além de funcionar como instrumento do capital privado ele passa a funcionar também como um investidor capitalista, procurando reproduzir o capital” Ibid., p. 80.

⁶⁰ Ibid., p. 82.

desta casa, configura-se a arquitetura que é possível naquelas condições, sendo os materiais de construção os de menor custo e de manipulação simples, não abrindo muito espaço para a escolha. As condições da habitação resultantes dessa prática muitas das vezes incluem uma lista de mazelas, desde o “congestionamento habitacional, até problemas com insalubridade, iluminação e ventilação precárias”⁶¹ etc.

Um ponto fundamental do texto é a associação da prática da autoconstrução com a da especulação imobiliária⁶², dado que um dos fatores que incide sobre a determinação do produto da autoconstrução é a terra em forma de lotes. A autoconstrução, no texto de Maricato, é não só apresentada na fórmula da reprodução social da força de trabalho, como também é considerada como mercadoria planejada para extrair uma renda de aluguel, estreitamente ligada à especulação imobiliária e aos agentes que ganham com esse tipo de expansão urbana. Desta maneira, a autoconstrução é “*reinserida*”⁶³ no urbano e no mercado” (ARANTES, 2009, p.122).

Figura 3 – Autoconstrução em um loteamento no município de Osasco, Grande São Paulo, 1978.



Fonte: Ferracini *apud*. Maricato, 1979.

Em síntese, a autoconstrução é tratada como um importante elemento da

⁶¹ *Ibid.*, p. 91

⁶² Para a autora, tal especulação atenderia aos “anseios e necessidades que o trabalhador tem da casa própria, e do pedaço de terra, mesmo que situado distante das áreas urbanizadas, mesmo que situado em área de topografia bastante acidentada, mesmo que a dívida do terreno se arrasta por muitos anos e até mesmo em condições ilegais de posse e ocupação da terra”. *Ibid.*, p. 90.

⁶³ Grifo nosso.

urbanização periférica, pois nem o Estado investe significativamente na reprodução da força de trabalho, e nem os salários cobrem os custos da habitação. A cidade, dessa forma, ainda é representada a partir da noção de espaço da reprodução da força de trabalho. Sorvendo da sociologia francesa e dos próprios estudos do CEBRAP, o texto compreende a cidade como uma unidade de consumo coletivo, ou da sua “impossibilidade na periferia do capitalismo”⁶⁴.

Outro importante texto presente na coletânea é o dos autores Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, “*Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho*”. Neste o espaço urbano, em suas múltiplas dimensões, é relacionado com as dinâmicas sociais e econômicas preponderantes na ocupação e expansão da cidade, evidenciando os aspectos da habitação popular e a situação da moradia da classe trabalhadora. Para isto, o “loteamento periférico”⁶⁵ é apresentado como a forma predominante da habitação de baixa renda na Grande São Paulo, sendo entendido também como mecanismo de suma importância para a acumulação do capital e para a reprodução da força de trabalho naquela etapa do capitalismo no Brasil (BONDUKI E ROLNIK, 1979).

Após tratarem conceitos como o da autoconstrução, da especulação imobiliária e da mercantilização da casa própria, os autores chegam ao tema da segregação urbana. Em sua concepção, a “segregação do território urbano é que caracteriza a cidade capitalista”⁶⁶, sendo provocada essencialmente pela manutenção da propriedade privada do terreno urbano. A existência da renda da terra se manifesta como elemento essencial da forma de dominação de ocupação do espaço urbano. A partir deste conceito, isto é, de renda da terra, o texto desvia de caracterizar a periferia apenas a partir de uma visão geográfica, como espaços que estão distantes do centro metropolitano e na faixa externa da área urbanizada, ou apenas de uma visão sociológica, como o local onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições (BONDUKI E ROLNIK, 1979). Mantem-se, no entanto, com os conceitos de “*dilapidação*

⁶⁴ Arantes, op.cit, p. 122.

⁶⁵ Bonduki e Rolnik, *apud*. Maricato, 1979, p. 118.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 146.

da força de trabalho”⁶⁷ e “exército industrial de reserva”⁶⁸ para apontar a “*negligenciada* reprodução da força de trabalho”⁶⁹ no quadro do desenvolvimento urbano paulista e da própria economia brasileira.

Com efeito, definem periferia como as parcelas do território da cidade que possuem “baixa renda diferencial”⁷⁰, esta última sendo o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos com os diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno. Assim, apresentar baixa renda diferencial seria o que definiria a periferia, estando o terreno onde estiver no espaço urbano. Já neste texto, os autores argumentam que o perfil das periferias e da segregação são variados, não existindo, portanto, uma única periferia, mas sim várias, que não necessariamente se configuram em círculos concêntricos.

As particularidades do urbano periférico em São Paulo traduzem-se, desta forma, na complexa trama de relações do Estado com a reprodução da força de trabalho, com a reprodução do capital industrial, com as práticas pelas quais o proletariado encontra sua inserção na cidade, e, de forma geral, com as próprias relações sociais que configuram a acumulação capitalista no espaço.

2.3 - Lúcio Kowarick e a espoliação urbana

Reunir algumas das contribuições para o pensamento urbano a partir da experiência paulista não poderia deixar de mencionar o texto emblemático do cientista político Lúcio Kowarick, “*A espoliação urbana*”, de 1979. Graduado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1961), e doutor em Sociologia pela USP (1973), onde leciona desde 1970, Kowarick trabalhou como pesquisador do CEBRAP nos anos 1970, tendo sido professor e pesquisador visitante em diversas instituições internacionais, como a *École des Hautes Études en Science Sociales* (EHESS), em Paris, o *Institute of*

⁶⁷ Ibid., p. 148, grifo nosso.

⁶⁸ Ibid., p. 149.

⁶⁹ Ibid., p. 149, grifo nosso.

⁷⁰ Ibid., p. 148.

Development Studies da Universidade de Sussex, na Inglaterra e o *Centre for Brazilian Studies* da Universidade de Oxford⁷¹.

Em “A espoliação urbana”, o autor lança mão de conceitos marxistas para caracterizar os processos de espoliação na cidade e o problema habitacional brasileiro. Partindo da noção de que a produção capitalista se organiza não para prover os trabalhadores com os meios de vida necessários para sua subsistência, mas para realizar e se apropriar de determinado excedente, o autor aponta que o problema habitacional é mediado, com a classe trabalhadora urbana, através de uma espécie de “economia natural”⁷², voltada para a autoconstrução em favelas. Esse fenômeno deve ser entendido enquanto uma solução de subsistência para criar um elemento indispensável como meio de vida, que é a moradia, e que acaba por “rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho”⁷³, expresso em salários constantemente deprimidos.

Kowarick já havia contribuído para a reflexão da dinâmica desigual da urbanização brasileira no texto de 1975, “*São Paulo 1975: Crescimento e pobreza*”, onde aponta estes dois fenômenos como desiguais e combinados, ao contrário das deduções da teoria marginalista. A desigualdade urbana e social observada em São Paulo “é decorrente da distribuição desigual, entre as classes, das riquezas socialmente produzidas” (ARANTES, 2009, p. 115). A cidade é compreendida como uma unidade de reprodução da força de trabalho e como espaço de consumo, sendo apresentada a partir das categorias de “consumo individual; consumo coletivo de serviços mediante pagamento de tarifas e consumo de infraestruturas”⁷⁴. O foco cai novamente sobre a questão da habitação, e é assim que surge o problema da “periferia”, contemplada no texto de maneira descritiva, e não analítica. De maneira geral, em associação com demais pesquisadores do CEBRAP, Kowarick se preocupa neste texto em compreender a “cultura urbana de massas”⁷⁵ e suas consequências, utilizando para isto as categorias

⁷¹ Biografia retirada da página do autor na Editora 34: <http://www.editora34.com.br/areas.asp?autor=Kowarick,%20L%FAcio>, acesso em 06 de outubro, 2019.

⁷² Kowarick, 1979, p. 60.

⁷³ Ibid., p. 61, grifo nosso.

⁷⁴ Arantes, op.cit, p. 115.

⁷⁵ Aqui, como demonstra Arantes, os pesquisadores do CEBRAP, estariam interessados em compreender os impactos da cidade enquanto concentradora do “mercado de ilusões, das vitrines, da televisão e sua promessa de felicidade pela atmosfera de consumismo e da “pseudo-abundância” Ibid., p.107.

sociais de “morador” e “cidadão”⁷⁶; a influência da publicidade e do consumismo, e a importância e emergência dos movimentos sociais urbanos.

Com a publicação do texto de 1979, Kowarick formula a categoria propriamente urbana da “*espoliação*”. Criticando a visão marginalista, o autor aponta como são o par da exploração (refletida na existência de um vasto exército de reserva e na sua prática da autoconstrução) e da espoliação urbana que servem como alavancas do processo de acumulação capitalista. O problema habitacional deveria então ser equacionado levando em conta o processo de exploração e “*pauperização do trabalho*”⁷⁷, e o processo de espoliação urbana, isto é, “o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo” (KOWARICK, 1979). Segundo Arantes (2009), a espoliação urbana pretende qualificar, como conceito imanente do processo de urbanização em nosso país, a expulsão dos pobres para as periferias, decorrente da combinação de crescimento e pauperização.

A espoliação que ocorre na cidade é o fio condutor do conjunto de textos reunidos no livro de Kowarick, especialmente a partir do terceiro capítulo, em que discute o fenômeno da autoconstrução de moradias, também trabalhado, como vimos, pelos autores da FAU-USP. A espoliação, enquanto o ato de privar alguém de algo a que tem direito, quando colocada no contexto das lutas e dos processos sociais que se configuram na cidade, assume o caráter de retirada da própria cidadania⁷⁸ das camadas mais populares da sociedade. Assume, ainda, seu pleno sentido na retirada do acesso aos serviços de consumo coletivo, nas péssimas condições de moradia, nas horas diárias gastas no transporte público, na quase impossibilidade do exercício do lazer etc. (KOWARICK, 1979).

O papel do Estado é proeminente na questão, não visto pela falta de ação deste, mas por sua postura como viabilizador e financiador de determinado modelo de ordem social e de acumulação com características selvagens para a força de trabalho. Deste modo, com o avanço do processo de acumulação, o “Estado perde sua

⁷⁶ Ibid., p. 107.

⁷⁷ Kowarick, op.cit, p. 62.

⁷⁸ Conceito tratado aqui, pelo autor, como o “exercício de direitos tanto econômicos como políticos e civis”, contemplando também, e cada vez mais, os benefícios “*propriamente urbanos*”. Ibid., p. 71, grifo nosso.

ambiguidade e converte-se em pressuposto da realização do grande capital”⁷⁹, trabalhando assim para a crescente exclusão das massas trabalhadoras ao tratar questões habitacionais e de serviço coletivo segundo a lógica da rentabilidade. Kowarick retrata como o Banco Nacional da Habitação não apenas se tornou um poderoso instrumento de acumulação, drenando recursos para o setor da construção civil, como também se voltou para a construção de moradias destinadas às faixas mais elevadas de renda.

Kowarick chama atenção para papel do Estado na estruturação desigual desse processo de urbanização, especialmente a partir da velocidade com que este criou uma infraestrutura para a entrada de plantas industriais de grande porte e de multinacionais. Este ponto, somado à depressão salarial, são elementos fundamentais para compreender a “raiz do acirramento das contradições que se espelham da reprodução da força de trabalho”⁸⁰ na cidade. Em suas palavras:

O Estado, em plena época populista, já se orientava nesse sentido, sem, contudo, desprezar inteiramente certos investimentos básicos para a reprodução da força de trabalho, que a própria ambiguidade do pacto político do período tornava necessários. Contudo, com o avanço do processo de acumulação, o Estado perde sua ambiguidade: converte-se em pressuposto da realização do grande capital, fornecendo insumos básicos e tornando-se ele próprio um agente produtor, o que levou à crescente exclusão das massas trabalhadoras, agora também no que se refere aos serviços de consumo coletivo. (KOWARICK, 1979, p.69).

O quarto capítulo é então destinado a analisar a favela enquanto fórmula de sobrevivência da qual os trabalhadores de menores rendimentos lançam mão para subsistir na cidade. De forma crescente, a partir da nova dinâmica industrial pós-Segunda Guerra Mundial, a moradia desprovida de infraestrutura e construída de maneira parcelada pelo próprio proprietário vai se tornando o resultado de salários crescentemente deteriorados e uma das formas de engajamento da força de trabalho em um esquema de reprodução a baixos custos. Além desta compressão salarial, Kowarick (1979) afirma que no âmago do processo de favelização está também o aumento vertiginoso do preço da terra urbana, mesmo em áreas periféricas.

⁷⁹ Ibid., p. 69.

⁸⁰ Ibid., p. 66.

O crescimento das metrópoles a partir da dinâmica do lucro, isto é, baseado em constante valorização da terra urbana, tornou também cada vez mais difícil para as populações mais pobres a permanência perto de seus locais de emprego, mesmo em áreas de favela. Neste percurso, à semelhança da maioria dos trabalhadores, Kowarick (1979) afirma que ocorre uma tendência de “expulsão dos favelados para a periferia, agravando ainda mais o quadro de exclusão desse segmento da população”⁸¹. Não obstante, a crescente favelização que Kowarick observa no município de São Paulo ainda não era comparável aos níveis observados no Rio de Janeiro e em Salvador, na época. Sua compreensão passava, entretanto, essencialmente pela discussão dos resultados do acirramento da exploração do trabalho, que leva a um crescente grau de espoliação dos níveis de consumo do habitante urbano.

Desemprego, falta de registro em carteira, atividades por conta própria de características intermitentes e, sobretudo, baixos níveis salariais, são condições frequentes para todos aqueles que levam adiante o processo produtivo, mas que, pela sua magnitude, fazem dos favelados um grupo cujos níveis de vida encontram-se abaixo dos padrões de subsistência imperantes para o conjunto de classe trabalhadora de São Paulo. Pobres dentre os pobres, esse estrato da população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade (KOWARICK, 1979, p. 88)

A condição do favelado aparece também pela crítica aos estigmas e aos mitos que em torno dela se criam. Aqui, mais uma vez a oposição às ideias do marginalismo ficam evidentes quando o autor aponta como o morador favelado é atingido pela vulnerabilidade não apenas dos seus direitos civis, mas também de sua identidade, sendo confundidos como “*malandros*”⁸², “*maloqueiros*”⁸³ e verdadeiros “*atestados de má conduta*”⁸⁴.

Ao contrário do que muitos pensam, ela não concentra uma população com características *lumpen*⁸⁵. Lá existem mendigos, prostitutas ou delinquentes, mas como em qualquer outro bairro pobre da cidade, impera o trabalhador assalariado ou autônomo que leva adiante a engrenagem

⁸¹ Ibid., p. 89.

⁸² Ibid., p. 93

⁸³ Ibid., p. 93

⁸⁴ Ibid., p.93, grifo nosso.

⁸⁵ Vocábulo marxista que refere-se a situação dos indivíduos que nem mesmo na condição de proletariado encontrariam-se, não possuindo, portanto, consciência de classe. A partir da análise de Marx sobre as revoluções francesas em “O Dezoito Brumário”, tal conceito envolveria, entretanto, uma série de grupos, desde camponeses deslocados e proletários desempregados, até autônomos e ‘profissionais dúbios’. Para mais, ver Van der Linden (2016).

produtiva. [...] Sem sombra de dúvida, o padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação presente numa sociedade plena de contrastes acirrados (KOWARICK, 1979, p. 93).

A crítica à noção de “polo marginal” em seu pensamento não nasce com a “espoliação urbana”. Em “*Capitalismo e Marginalidade na América Latina*”, publicado em 1975, o autor coloca que a “*bipartição*”⁸⁶ do sistema econômico em marginal e “*evoluído*”⁸⁷ acaba por não esclarecer a “*trama estrutural que combina várias formas economicamente desiguais no que tange o grau de seu desenvolvimento*”⁸⁸. Lançando mão dos conceitos de “*arcaico*” e “*novo*”, Kowarick apontará que no capitalismo dependente, a permanência dessas primeiras formas não configura uma relação ou “*função secundária*”⁸⁹, mas circunscreve-se no próprio “*cálculo capitalista*”⁹⁰. Em outras palavras, a industrialização dependente não criaria um setor econômico marginalizado relativamente autossuficiente “*como a noção de polo sugere*”⁹¹, isto é, desconectado do processo geral de acumulação industrial nos espaços urbanos. Pelo contrário, o produto desse setor marginal é que proporcionaria uma “*infraestrutura de custos*”⁹² compensadora “*na medida em que leva a um barateamento do custo de reprodução da força de trabalho*”⁹³.

Em síntese, o urbano desigual apresentado por Kowarick é representado pelas constantes negações à reprodução da força de trabalho e ao acesso aos aparelhos de consumo coletivo nas periferias e nas favelas. Colocando a moradia no eixo central dos mecanismos de espoliação, aponta que como “*fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário*” (KOWARICK, 1979, p.88).

Para o autor, as problemáticas da desigualdade e da pobreza urbanas, incluindo os problemas habitacionais e o próprio processo de favelização nas cidades,

⁸⁶ Kowarick, 1975, p. 104.

⁸⁷ Ou “*núcleo hegemônico*”, *Ibid.*, p. 104, grifo nosso.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 104.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 104.

⁹⁰ Fernandes *apud*. Kowarick, *op.cit.*, p.104.

⁹¹ Kowarick, *op.cit.*, p. 104.

⁹² *Ibid.*, p. 105.

⁹³ *Ibid.*, p. 105.

devem ser compreendidas no âmbito das esferas socioeconômicas e políticas mais abrangentes, pois são estas que acabam por determinar a produção do espaço de uma cidade, e refletem sobre o meio físico a segregação que caracteriza a dinâmica desigual das classes sociais.

Neste sentido, a conquista da cidade e a luta contra a espoliação urbana passam necessariamente por questões de caráter político, e o autor enxerga nos movimentos populares urbanos um caminho de efetivação dos direitos de cidadania. Tanto o problema habitacional quanto os demais elementos básicos para a reprodução da força de trabalho, teriam encaminhamento na medida em que os movimentos populares urbanos pusessem em xeque os “domínios” da cidade exercidos pelo Estado e pelas elites.

2.4 - O Estado e o urbano de Francisco de Oliveira

Mais que um centro para a atividade intelectual, o CEBRAP constituiu-se como um verdadeiro espaço de diálogo e articulação política em pleno período da ditadura militar. Criado no final da década de 1960, o CEBRAP se tornou uma importante fonte de produção crítica ao desenvolvimentismo e à acumulação capitalista brasileira, com pesquisas envolvendo temas vinculados à teoria da dependência, o conflito de classes, ao papel do Estado na expansão do capitalismo brasileiro etc. (MENDES, 2015). Foi vinculado a ele e como parte desses diálogos que duas contribuições aqui selecionadas como fundamentais para a formação do pensamento urbano crítico brasileiro nasceram: “Crítica à razão dualista”, de 1972, e uma década mais tarde “O Estado e o urbano no Brasil”, em 1982, do sociólogo Francisco de Oliveira.

Formado em Ciências Sociais pela antiga Universidade do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco) na década de 1950 e doutor pela USP, Francisco de Oliveira pertenceu aos quadros técnicos do Banco do Nordeste e da SUDENE, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, junto com Celso Furtado entre os anos 1950-60. Engajou-se ainda na luta pela redemocratização e na criação do Partido dos Trabalhadores no final dos anos 1970.

O texto “A economia brasileira: crítica a razão dualista” foi escrito originalmente como um ensaio para o segundo número do periódico do CEBRAP, *Estudos CEBRAP*, em 1972. Neste, Oliveira (1972) propôs-se a realizar uma revisão da interpretação do desenvolvimento brasileiro para além do que ele chamou de “razão dualista”⁹⁴, associada à tradição do pensamento cepalino, retomando assim o processo de acumulação e desenvolvimento capitalista no Brasil pós-1930 enquanto o período em que se inicia a predominância da estrutura urbano-industrial no país.

Oliveira (1972) ressalta o papel do Estado e das novas legislações para a instauração deste novo modo de acumulação, servindo para criar as bases para que a acumulação capitalista pudesse se reproduzir⁹⁵. Dada uma combinação de diversos fatores, desde a não expropriação da terra e a oferta elástica de mão de obra, manteve-se um modelo em que o nível de vida do trabalhador rural era mantido baixíssimo, fornecendo um exército de reserva que forçava para baixo o preço do trabalho urbano, contribuindo desta forma para a concretização das bases da acumulação industrial capitalista. A produtividade industrial no Brasil cresceu nestes termos, o que deu margem para a forte concentração de renda durante o período.

A leitura marxista da “*Crítica à razão dualista*” apontava que os dois setores da economia brasileira, o agrícola e o industrial, apesar de estarem se distanciando em termos de produtividade, não assinalavam um modelo dualista na medida em que, “por detrás desta *aparente dualidade*, havia uma *integração dialética*”⁹⁶. A relação estrutural entre os dois setores estava na lógica da expansão capitalista brasileira. A tese central do autor é que a expansão capitalista brasileira gerou constante desigualdades mais porque se deu sob bases de acumulação razoavelmente pobres para sustentar tal expansão do que pela existência de setores atrasados e modernos. A especificidade se apresenta no momento em que, no Brasil, a expansão capitalista se dá introduzindo “relações *novas em arcaicas*”⁹⁷ e vice-versa. Nas condições descritas, “o sistema

⁹⁴ Oliveira, 1972, p. 32.

⁹⁵ Essencial, portanto, foi a regulação do Estado nas relações sociais de produção. “O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modelo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “*exército de reserva*”. Ibid., p. 38, grifo nosso.

⁹⁶ Ibid., p. 47, grifo nosso.

⁹⁷ Ibid., p. 60.

caminhou inexoravelmente para uma concentração de renda, da propriedade e do poder”⁹⁸.

A história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos como a expansão de uma economia capitalista que não reproduziu o modelo clássico dos países desenvolvidos. Do ponto de vista da articulação interna das forças sociais, não houve a completa substituição das classes rurais pelas burguesas-industriais, mas logrou-se um verdadeiro “pacto estrutural”⁹⁹, sem que ocorresse a ruptura total do sistema¹⁰⁰. É esse pacto estrutural que preservará os modos de acumulação distintos entre os setores da economia, que não serão antagônicos, como no pensamento cepalino. Daí uma das especificidades do modelo brasileiro: ele ocorre sem a destruição completa do modo antigo de acumulação. Tal modelo cria e reproduz em larga escala uma periferia onde predominam padrões “*não-capitalistas*”¹⁰¹ de relações de produção como forma de alimentação dos setores estratégicos, que são a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (OLIVEIRA, 1972).

A política econômica pós-1964 avançou de maneira ainda mais extrema na concentração da renda, com a repressão salarial viabilizando o aumento na “taxa de exploração da força de trabalho”¹⁰². Aumento que, por sua vez, afetou as relações salário-custo de reprodução da força de trabalho urbana, conceitos fundamentais para entender as contradições do urbano no capitalismo brasileiro industrial. Oliveira (1972) demonstrou como, à medida que avançava a urbanização, avançava também o processo de mercantilização e industrialização do próprio custo de reprodução da força de trabalho, isto é, as necessidades para subsistência na cidade se tornavam cada vez mais mercantilizadas e não cobertas tanto pelo salário real da economia, constantemente deprimido, quanto pelo aparelho estatal. Dessa maneira, conforme o custo de reprodução

⁹⁸ Ibid., p. 60.

⁹⁹ Ibid., p. 65.

¹⁰⁰ “Assim, dá-se uma primeira ‘especificidade particular’ do modelo brasileiro, pois, ao contrário do ‘clássico’, sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação”. Ibid., p. 65.

¹⁰¹ Ibid., p. 69, grifo nosso.

¹⁰² Ibid., p. 84.

da força de trabalho se “*desruralizava*”¹⁰³ e, por oposição, se industrializava, o desequilíbrio nas cidades se agravava.

Para Arantes (2009), o argumento mais original do sociólogo consistiu em apresentar a cidade como um exemplo da relação entre estes dois padrões, novo e primitivo, sendo ela própria uma “unidade dos contrários”¹⁰⁴. A falta de serviços urbanos ofertados pelo Estado na periferia do capitalismo acabaria por forçar o desenvolvimento de uma economia de subsistência que alavancava a acumulação capitalista. No cerne desta “economia de subsistência” estaria a questão da moradia, com a prática da autoconstrução em mutirão como o principal exemplo de serviço urbano que, segundo Oliveira (1972), colaboraria para a expansão capitalista moderna.

Indo contra a posição “marginalista” das perspectivas mais clássicas do urbano, o autor classifica a urbanização através dos termos da expansão capitalista no país e seus impactos na reprodução da força de trabalho. Segundos Arantes,

[Para Oliveira]¹⁰⁵Ocorre assim uma espécie de “urbanização da reprodução social”, no sentido de sua dependência crescente dos serviços urbanos — como afirma mais adiante: “à medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos”. Francisco de Oliveira apresenta, desse modo, uma explicação mais ampla e sistemática para descrever a economia subdesenvolvida e sua industrialização-urbanização. Evidencia como o que é aparentemente marginal colabora de fato para a acumulação moderna. Nesse sentido, trata-se de um avanço evidente em relação aos dualismos tanto da Cepal quanto dos “marginalistas”. (ARANTES, 2009, p. 113).

Dez anos mais tarde, Francisco de Oliveira aprofundaria a temática urbana em seu pensamento. Em “*O Estado e o urbano no Brasil*” (1982), o autor trata a questão do Estado e do urbano a partir da regulamentação das relações capital-trabalho e das implicações de uma nova estrutura de classes com o advento do modo de acumulação baseado na indústria e na penetração de empresas multinacionais. Para este, as relações entre o Estado e o urbano poderiam ser vistas sob diversos ângulos, desde o lado da divisão social do trabalho e o papel do Estado na criação e reprodução do que é o urbano

¹⁰³ Ibid., p. 85, grifo nosso.

¹⁰⁴ Arantes, op.cit, p. 112.

¹⁰⁵ Grifo nosso.

dentro do duplo “cidade-campo”¹⁰⁶; até seu impacto nas relações sociais de produção e no próprio espaço físico da cidade.

O autor retoma as origens coloniais de nossas cidades para encontrar o “sentido do urbano”¹⁰⁷ e das relações específicas entre o aparelho estatal e a expansão urbana no Brasil. Elas surgem, à primeira vista, já na presença marcante das sedes dos órgãos públicos oficiais nas cidades, mas serão também nestes espaços que se encontrarão os aparelhos que fazem a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias. O caráter de sede do capital comercial responde, nesse momento, pelo caráter que a urbanização toma no Brasil colônia¹⁰⁸.

Para Oliveira (1982), a partir da hegemonia do capital comercial no período colonial, um “duplo processo”¹⁰⁹, de “polarizações radicais”¹¹⁰ advindas de uma economia fundada na monocultura, abortou o nascimento de um processo de urbanização como no estilo europeu. Esse duplo processo produziu, por um lado, um vasto campo movido pelo complexo latifúndio-minifúndio, incapaz de gerar uma rede urbana de maior magnitude e, por outro lado, criou grandes cidades em termos relativos. Desde o princípio, esse “duplo caráter” gerou poucas, mas grandes cidades no Brasil¹¹¹.

Os diversos ciclos da economia brasileira (não vistos do ponto de vista dos ciclos de capital), o ciclo do açúcar e todos os outros, terminando no ciclo mais extenso, mais duradouro e mais marcante da recente história brasileira, que é o ciclo do café, permanecem criando ou recriando permanentemente um padrão de urbanização que consistia nessa extrema polarização: de um lado uma rede urbana bastante pobre e, de outro, uma rede urbana extremamente polarizada em grandes e poucas cidade, que eram exatamente as sedes do controle, seja burocrático, seja do capital comercial (OLIVEIRA, 1982, p. 39).

Com a modificação do padrão de acumulação no século XX, agora liderado pela indústria, as cidades se tornarão o centro do aparelho produtivo e irão, pela própria lógica do padrão anterior, constituir também um “caráter *autárquico*”¹¹². A industrialização

¹⁰⁶ Oliveira, 1982, p. 36.

¹⁰⁷ Arantes, op. cit, p. 118.

¹⁰⁸ Oliveira, op,cit, p. 37.

¹⁰⁹ Ibid., p. 39.

¹¹⁰ Ibid., p. 39.

¹¹¹ O autor reforça que “todo o século XIX assiste à permanência e a reprodução do padrão urbano existente, com uma rede urbana pobre e, de outro lado, poucas e grandes cidades polarizando essas funções de capital comercial e da intermediação entre a produção nacional e a sua realização nos mercados internacionais”. Ibid., p. 40.

¹¹² Ibid., p. 41, grifo nosso.

impôs um padrão de acumulação que potencializava a urbanização num ritmo superior a ela mesma, e isto ocorria porque justamente a divisão social do trabalho no período anterior foi tão pobre e rudimentar, que obrigou a industrialização a “se fazer imediatamente urbana e excepcionalmente urbana”¹¹³.

A relação do Estado com esse novo urbano industrial é ponto central da análise. O aspecto crucial ressaltado em seu texto foi a regulamentação das relações entre capital e trabalho. O Estado afirma, por um lado, a posição do novo agente social proeminente, isto é, o capitalista industrial, e por outro regulamenta e cria um mercado de trabalho tipicamente urbano. Para Oliveira (1982), essa regulação é a característica marcante da relação entre o Estado e o urbano no Brasil. Radicalizando o argumento, o sociólogo afirma que o urbano é uma “intervenção do Estado nas relações capital-trabalho, criando, com isso, pela primeira vez, um mercado de trabalho - ou um mercado de força de trabalho”¹¹⁴. (OLIVEIRA, 1982, p. 45).

Acrescentando, Arantes (2009) destaca o fato dessa regulamentação das relações capital-trabalho não ter sido acompanhada por um esforço de arcar com os custos de reprodução da força de trabalho, como nos moldes dos países de bem-estar social europeus, impulsionando desta forma a dinâmica das formas de economia de subsistência já mencionadas, como a autoconstrução.

O novo urbano é, assim, o mercado de trabalho, ou o “mercado de força de trabalho”. Mas é mais que isso, pois o Estado não apenas regula a relação salarial como assume parcelas do custo de reprodução da força de trabalho — grande parte em intervenções urbanas que representam um “salário indireto” (moradia, transporte, saneamento, lazer) — fenômeno que se deu sobretudo nos Estados de bem-estar social, dado o peso político da classe trabalhadora. No Brasil, foi diferente, pois, justamente o encarecimento da força de trabalho nos países centrais impulsionou um movimento do capital internacional pela industrialização com baixos salários na periferia, onde o Estado não assumiu a mesma parcela do custo de reprodução do trabalho, transferindo-a para formas de economia de subsistência [...] (ARANTES, 2009, p. 118).

¹¹³ “Quando a industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista no Brasil, ela tem que ser simultaneamente urbana, e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas. [...] a indústria no Brasil ou seria urbana, ou teria muito poucas chances de nascer”. Ibid., p. 42.

¹¹⁴ As imbricações do Estado com o urbano não se encerram com este aspecto. Coube também ao Estado a função essencial de realizar o processo de centralização de capital, impedido pelas estruturas da burguesia nacional e pela forma como o capital estrangeiro entra no país.

O ponto inovador no texto de 1982, para além da descrição do urbano a partir da reprodução da força de trabalho, é que este descreve o modo como as empresas estrangeiras, ao entrarem com filiais na relação de capitalismo associado¹¹⁵ que aqui se desenvolve, trazem consigo seu estilo de organização, repleto de um “novo setor” de trabalhadores. A consequência disto é o aumento do peso das classes médias na sociedade brasileira, devido a este tipo de organização econômica do capitalismo monopolista. Nessa nova estrutura de classes, “soma-se como componente mais baixo um enorme exército industrial de reserva”¹¹⁶ que, junto aos fatores já mencionados, contribui para a ampliação do setor terciário.

O estilo de organização das empresas dos países capitalistas centrais traz em si mesmo uma complexa divisão social do trabalho, onde se destaca a enorme gravitação do chamado trabalho improdutivo nessa divisão social do trabalho no interior de cada empresa. Portanto, isso se transpõe para o conjunto das empresas que aqui se instalaram. Em outras palavras, os famosos executivos, os gerentes, toda a classe de trabalho improdutivo, que faz as vezes do capitalista para gerir propriamente o trabalho produtivo, é um padrão que as empresas internacionais trazem e instalam dentro do Brasil imediatamente (OLIVEIRA, 1982, p.49).

A urbanização no Brasil a partir da industrialização, para Oliveira (1982), é o reflexo das classes médias e das suas demandas. Assiste-se a um Estado forte, voltado para atender as demandas desta classe e, em contraste, percebe-se o descaso numa escala absurda com as demandas das classes mais baixas. O Estado já não exerce mais função de arbitragem, mas, no capitalismo monopolista, assume uma relação de poder que, pela ótica do conflito social, para ser compreendida, deve-se conectar o Estado com a sociedade civil. Em outras palavras, “as cidades são por excelência a expressão urbana dessa nova estrutura de classe”¹¹⁷ e do seu conflito pelo aparelho estatal.

Para Arantes (2009), a visão de Oliveira acaba por resumir que o conflito urbano se dá privilegiadamente na disputa pela direção do aparelho do Estado, não avaliando necessariamente como é o urbano que nasce desse novo padrão de classes ou como se dá a produção da própria cidade. Segundo o arquiteto, se, por um lado, tais contribuições foram fundamentais para analisar as conexões do urbano com a

¹¹⁵ Ver Lessa e Dain (1982)

¹¹⁶ Oliveira, op.cit, p. 50.

¹¹⁷ Ibid., p. 50.

industrialização na periferia do capitalismo, por outro, a cidade fica retratada apenas como o “palco” da política e “suporte” da industrialização”¹¹⁸.

Quadro 1 - Conceitos e categorias do pensamento urbano paulista da década de “1970”

Autores	Paul Singer	Ermínia Maricato	Lúcio Kowarick	Francisco de Oliveira
Formação	Economista	Arquiteta e Urbanista	Cientista Político e Sociólogo	Sociólogo
Contexto	USP e CEBRAP	FAU-USP	USP e CEBRAP	CEBRAP
Obra	“Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana” (1969); “Economia Política da Urbanização” (1973); capítulo “Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina” (1973); capítulo “O uso do solo urbano na economia capitalista” (1979).	“A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial” (1979); “Autoconstrução, a arquitetura possível” (1979); “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho” de Raquel Rolnik e Nabil Bonduki (1979)	“São Paulo 1975: Crescimento e pobreza” (1975); “Capitalismo e Marginalidade na América Latina” (1975); “A espoliação urbana” (1979).	“A economia brasileira: crítica a razão dualista” (1972); “O Estado e o Urbano no Brasil” (1982).
Participação política e trabalhos de “base”	Militância no Partido Socialista Brasileiro (PSB) e participação na formação do Partido dos Trabalhadores (PT)	Militância pela Reforma Urbana, formação do PT, secretária de habitação e desenvolvimento urbano do governo Luiza Erundina em SP, secretária executiva do Ministério das Cidades no governo Lula.	Análise de favelas em São Paulo.	Luta pela redemocratização e criação do PT.
Conceitos chave	Urbanização e estrutura de classes; crítica ao marginalismo; mobilização do exército industrial	“Autoconstrução”; arquitetura do possível, relações arcaicas-novas; Estado e reprodução da força de trabalho.	Espoliação urbana; exclusão, autoconstrução e dependência; movimentos sociais	Autoconstrução, relações novas em arcaicas; Estado e regulação das relações capital x trabalho; classes média e espaço

¹¹⁸ Arantes, op.cit, p. 120.

de reserva; Estado e serviços públicos	urbanos; Estado, consumo coletivo e custo de reprodução da força de trabalho; segregação e marginalidade	urbano; capitalismo associado.
--	--	--------------------------------

Fonte: Elaboração própria.

Capítulo 3. Reflexões do urbano periférico a partir da experiência fluminense: a pesquisa do Rio de Janeiro no final do século XX

O Rio de Janeiro possuía uma posição de destaque na economia e na política nacional desde meados do século XVIII. Seu importante papel como região portuária durante o ciclo da mineração contribuiu para aumentar a concentração econômica na região, consolidando-se como a principal base de exportação da colônia. Não é trivial também considerar os impactos da transferência da corte portuguesa, no começo do século XIX, ao Rio de Janeiro, elevando a cidade ao *status* de capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815¹¹⁹, resultando em “importantes transformações de ordem social, urbana e econômica, derivadas dos diversos investimentos realizados em seu exíguo espaço físico” (SILVA, 2004, p. 7).

Com isto, não apenas intensificam-se as atividades comerciais e financeiras na nova capital, como também o enorme fluxo humano, contribuindo para o crescimento da cidade apesar da “desarticulação vivida pela economia mineira desde a falência da economia do ouro”¹²⁰. É com a economia do café, no entanto, maior ciclo de expansão anterior ao período da industrialização, que o Rio de Janeiro realmente se dinamiza, diretamente de sua sede. O capital mercantil não pode ser ignorado nesse processo. É a partir deste capital mercantil nacional que a produção cafeeira ainda escravista irá se propulsionar. O capital mercantil e financeiro incorporado na cidade do Rio de Janeiro, será, portanto, o suporte da economia fluminense nesse período¹²¹.

A consolidação da cultura do café, no final do século XVIII até meados do século XIX, firma a cidade como o centro principal de uma paisagem urbana cada vez mais dominante no país. A expansão do café se dá, no entanto, até o fim da década de 1870, quando a produção paulista supera a fluminense, e sua derrocada só não é

¹¹⁹ Tal processo é descrito pela historiadora Maria Odila Dias como a “interiorização da metrópole”, isto é, a estrutura administrativa e política da colônia se mantém com a transferência para o Rio de Janeiro, agora a partir da cidade. Para mais, ver Dias (2005).

¹²⁰ Ibid., p. 7.

¹²¹ “À cidade-capital imperial couberam as funções burocráticas de sede administrativa e de espaço abarcador da estrutura urbana de serviços, originada para dar suporte à comercialização e financiamento da atividade agro-mercantil” Ibid., p. 9.

percebida de maneira mais dramática “porque ao longo do século havia se constituído, em solo carioca, a mais moderna economia urbana do país”¹²². Com efeito, Cano (2002, p. 53) aponta que “a urbanização do Rio de Janeiro, a estrutura da comercialização do café, o fato de ser a sede do governo central e de que seu porto era o principal do país evitaram que a derrocada econômica da região fosse ainda maior”¹²³.

Em suma, o fato de ser “hospedeira do governo central”¹²⁴ e o pioneirismo na produção e oferta do café possibilitaram “à cidade do Rio de Janeiro urbanizar-se mais cedo”¹²⁵, em um movimento de crescimento urbano que se manteria mesmo após o auge da economia do café na região, porém não sem suas vicissitudes. Ribeiro (1997) mostra que no período entre 1870 e 1890 “ocorreu uma extraordinária expansão da população na cidade”¹²⁶, sem, contudo, uma expansão domiciliar e predial de mesma magnitude, provocando uma verdadeira “deterioração das condições habitacionais”¹²⁷. O aumento da densidade domiciliar, do número de cortiços e das construções em freguesias periféricas ao centro histórico e do número de logradouros em geral remetem, nesse período, aos sintomas de um problema habitacional que tenderia a piorar com a “*mercantilização da moradia e do solo*”¹²⁸.

Não é nosso objetivo, aqui, apresentar a história da urbanização fluminense desde seus primórdios ou as consecutivas transformações estruturais que levaram sua economia de uma posição pioneira no âmbito nacional à perda de liderança para São Paulo¹²⁹. Intentamos, no entanto, demonstrar a importância e a dimensão que a urbanização da cidade possuía antes mesmo do período que nos delimitamos neste trabalho, isto é, o de aceleração da urbanização e metropolização diante do desenvolvimento industrial brasileiro.

¹²² Ibid., p. 14.

¹²³ Soma-se ainda o fato do Rio de Janeiro ser uma zona tributária das demais regiões cafeeiras, “o que implicava a apropriação pelos agentes econômicos daquele espaço urbano de grande parte dos lucros, dos salários e dos impostos gerados pelas cafeeiras regionais”. Cano, op.cit, p. 54.

¹²⁴ Ibid., p. 54.

¹²⁵ Ibid., p. 54.

¹²⁶ Ribeiro, op.cit, p. 169.

¹²⁷ Ibid., p. 169.

¹²⁸ Ibid., p. 166, grifo nosso.

¹²⁹ Para uma bibliografia a este respeito, ver Cano (2002, 2007), Silva (2004), Lessa (2000), Abreu (1987).

Tabela 4 – Evolução do número de logradouros no Rio de Janeiro

Ano	Número
1870	503
1890	1981
1906	1943
1917	2407
1920	3534
1933	5171

Fonte: Ribeiro (1997).

Estes últimos processos fizeram explodir rupturas e desarmonias que já estavam sendo gestadas décadas antes. Entre 1930 e 1950, o aumento do fluxo migratório, contribuindo para o crescimento demográfico do Rio de Janeiro, esteve associado diretamente com o crescimento industrial na cidade. Segundo Silva (2004), a indústria fluminense teve um papel de vanguarda na produção industrial nacional nas primeiras décadas do século XX, “especialmente em setores ligados à atividade têxtil, metalurgia, alimentação e química”¹³⁰. Tal vanguarda, contudo, não durou por muito tempo. Na década de 1920, a própria indústria local já perdia espaço para a concorrente paulista, operando com custos cada vez mais altos. Em outros termos, “na medida que avançava o processo de integração do mercado nacional, a indústria fluminense é substituída pela paulista até no próprio mercado local”¹³¹.

Isto não quer dizer, como também argumentamos no primeiro capítulo deste trabalho¹³², que a indústria fluminense tenha perdido importância na economia nacional. Era, ainda, a segunda maior produção industrial do país, e seus impactos na transformação do cenário urbano fluminense não foram menos relevantes. Já a partir da década de 1940, proliferaram-se as favelas no Rio de Janeiro, assim como aumenta a densidade habitacional nos subúrbios e na região da Baixada Fluminense (ABREU,

¹³⁰ Silva, *op.cit.*, p. 21.

¹³¹ Melo e Considera, *apud.* Silva, 2004, p. 25.

¹³² Ver Capítulo 1, subtópico 1.1.2 “O contexto da economia brasileira...”

1987). Entre as décadas de 1950 e 1960, período de maciça entrada de capitais estrangeiros no país, embora São Paulo já ultrapassasse o Rio de Janeiro como *locus* de tais investimentos, esta “última continuou a exercer forte papel de atração sobre a força de trabalho, resultando daí um crescimento populacional ainda maior do que aquele verificado na década anterior”¹³³.

Tabela 5 – Local de residência da população migrante com menos de 1 ano de residência na Área Metropolitana do Rio de Janeiro, 1960.

Local de Residência	Total (%)
Núcleo	22
Centro + Área periférica	
Central + São Cristóvão+	
Santa Teresa	5
Zona Sul	13
Zona Norte	4
Periferia Imediata	18
Zona Suburbana I +	
Ilhas + Jacarepaguá	13
Niterói	5
Periferia Intermediária	60
Zona suburbana II +	
Zona Rural	6
Duque de Caxias	13
Nilópolis	5
Nova Iguaçu	18
São João de Meriti	10
São Gonçalo	8
Total	100

Fonte: Abreu (1987).

Desta maneira, a região metropolitana do Rio de Janeiro assiste, no período entre 1930-1960, o desenrolar de uma série de transformações em sua “estratificação

¹³³ Ibid., p. 115.

social” e “estrutura espacial” resultantes dos contraditórios moldes de assentamento da acumulação capitalista em uma cidade periférica que, por isso, nada tem de “anormal”¹³⁴. No capítulo anterior vimos como tais transformações, exacerbadas pela posição central do urbano paulista, repercutiram em um conjunto de interpretações e formulações teóricas dos fenômenos observados ao qual denominamos “pensamento urbano paulista”. Apreendemos, a partir de algumas contribuições centrais, como o urbano periférico brasileiro, através da experiência paulista, foi tratado pela ótica das relações do Estado com a regulação social da produção, do consumo coletivo e da ausência de condições para a reprodução da força de trabalho na cidade.

O objetivo deste capítulo consiste em reunir, para o caso fluminense, um grupo de contribuições que, refletindo a realidade do Rio de Janeiro neste período, conjugaram um “pensamento urbano fluminense”. A partir deste respondemos em que medida ele se difere do pensamento paulista, revelando assim suas especificidades e possível homogeneidade em termos conceituais e institucionais.

Para isto o capítulo subdivide-se em mais três seções. Na primeira apresentaremos os trabalhos que refletiram a relação das favelas com a cidade, como Perlman (1977), Machado da Silva (1967) e Leeds e Leeds (1970), quebrando para isto diversos estigmas cimentados até então na discussão sociológica do fenômeno. Na segunda seção demonstramos como a produção da moradia, suas relações com o Estado e o papel dos movimentos sociais urbanos na busca pela cidadania ganharam destaque na reflexão fluminense, com os trabalhos de Valladares (1978), Santos (1978; 1981) liderando a discussão. A terceira seção, por sua vez, traz a história de resistência teórica e política do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, o IPPUR, na época de sua criação, na década de 1970, ainda como Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PUR-UFRJ)¹³⁵.

¹³⁴ Ibid., p. 147.

¹³⁵ A escolha metodológica deste capítulo difere-se, em certa maneira, daquela feita no capítulo anterior para o pensamento urbano paulista. Aqui abordaremos, a partir das diferentes temáticas, a contribuição dos autores selecionados nos diferentes quadros teóricos que se moldaram no período proposto. Isto porque, como veremos, ainda não se forma, neste momento, uma coesão institucional, como nos moldes do pensamento paulista (que girava em torno do CEBRAP e da FAU-USP), sendo a contribuição dos pensadores fluminenses, ainda que coerente em base crítica, advinda de diversas origens institucionais,

3.1. Pensando a favela e seus mitos: marginalidade e pobreza no Rio de Janeiro.

O crescimento populacional das favelas é uma característica marcante do período 1950-1970 no Rio de Janeiro. No final da década de 1960, cerca de um terço da população (algo em torno de um milhão de pessoas) já vivia no que somavam quase 300 favelas, superando qualquer outra cidade do país (PERLMAN, 1977). Nestes termos, uma parte considerável da pesquisa urbana no Rio de Janeiro se voltava para a realidade dos favelados, sua condição social, econômica e política dentro da cidade, e a forma como estes se “*integravam*” nas estruturas do tecido urbano. O quadro intelectual sobre as classes populares e a moradia nas favelas, no início da década de 1960, explorava até então as origens rurais dessa população e seus problemas de integração social, caminhando em meados da década de 1960 e início da década de 1970 para as distorções da marginalidade no mercado de trabalho, para a ausência do Estado e dos serviços urbanos e para o poder de transformação dos movimentos sociais urbanos em busca de cidadania (CONCEIÇÃO, 2017).

Foram de extrema relevância, no entanto, os trabalhos que procuraram ressignificar a ideologia da marginalidade, até então dominante para retratar esse contingente populacional como “pobres coitados”¹³⁶ inseridos em certa “cultura da pobreza”¹³⁷. Desta maneira, ganham destaque os estudos antropológicos e etnográficos dispostos a “desencantar”¹³⁸ a ilusão da marginalidade.

3.1.1. O “mito da marginalidade” de Janice Perlman

Neste caminho, talvez a produção mais conhecida seja a da antropóloga e cientista política norte-americana Janice Perlman, que em 1977 lançou o estudo “O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro” como resultado de sua pesquisa antropológica realizada entre 1968 e 1969. Embora não fosse carioca, Perlman foi responsável por consagrar um estudo crítico sobre a cidade do Rio de Janeiro em meio

inclusive estrangeiras. Não obstante, mais uma vez selecionamos aqueles que se destacaram tanto em relações interpessoais como em referências e citações bibliográficas.

¹³⁶ Perlman, op.cit, p. 44.

¹³⁷ Ibid., p. 28.

¹³⁸ Cardoso, *apud*. Perlman, 1977, p. 13.

à proliferação de ideias marginalistas, revelando, assim, a complexa realidade da população favelada “debaixo da miséria aparente”¹³⁹. Tal empreitada, que aqui revela-se sintomática para os nossos propósitos, contou com a “orientação teórica”¹⁴⁰ que a autora recebeu do CEBRAP, citando em sua introdução a contribuição de Fernando Henrique Cardoso, autor do prefácio.

Perlman começa a trabalhar seriamente com a questão das favelas a partir de 1968, quando recebe o apoio institucional do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, o IBAM, sediado no Rio de Janeiro. Tendo recentemente aberto um Centro de Pesquisas Urbanas, o instituto necessitava “de um consultor na área de prioridades de pesquisa, bem como uma pessoa para treinar sua equipe em metodologia de pesquisa”¹⁴¹. A situação política naquele momento dificultou o prosseguimento de sua investigação, tornando a permanência da autora no país inviável. Perlman retorna ao Rio de Janeiro somente em 1973 a fim de “atualizar sua pesquisa e acompanhar a vida daqueles favelados que tinham sido removidos de seus lares e realojados com conjuntos residenciais”¹⁴².

Como parte de sua tese de doutorado, a autora conduziu trabalhos em três tipos de favelas na região metropolitana do Grande Rio, entendendo que “a única maneira válida de jamais chegar a compreender a realidade dos favelados seria viver no meio deles e participar de suas vidas diárias”¹⁴³. Foram estas: “i) uma favela num morro de uma área residencial e comercial de classe alta; ii) outra favela na periferia da cidade, em zona industrial e iii) num subúrbio, um conjunto de bairros numa cidade-dormitório, ou satélite” (PERLMAN, 1977, p. 21). A finalidade do trabalho foi tratar dos “estereótipos populares e eruditos do pobre urbano”¹⁴⁴, confrontando os mesmos com a realidade presente nas favelas do Rio de Janeiro. Tais estereótipos teriam a capacidade de moldar as políticas públicas que afetavam a vida desse setor da população, naquele momento em constante crescimento. Com efeito, no período da pesquisa, a taxa de crescimento

¹³⁹ Ibid., p. 27.

¹⁴⁰ Ibid., p. 22.

¹⁴¹ Ibid., p. 20.

¹⁴² Ibid., p. 22.

¹⁴³ Ibid., p. 18-19.

¹⁴⁴ Ibid., p. 285.

da população urbana do “Rio crescia à 2,7% ao ano, enquanto suas favelas e subúrbios cresciam em um ritmo de 7,5% ao ano”¹⁴⁵.

Tabela 3 - População residente em favelas surgidas entre 1948 e 1960 na cidade do Rio de Janeiro, por distrito censitário

Distritos Censitário	Nº de novas favelas	População favelada (%)
Centro	0	0
Rio Comprido	2	1
São Cristóvão	4	5
Santa Teresa	1	1
Zona sul	15	6
Copacabana	1	1
Gávea	13	5
Glória	1	0
Zona Norte	6	9
Tijuca	2	3
Andaraí	4	6
Zona Suburbana I	38	62
Engenho Novo	2	3
Penha	25	52
Madureira	8	6
Méier	2	1
Zona Suburbana II	5	12
Anchieta	2	9
Realengo	3	3
Ilhas	4	4

Fonte: Abreu (1987)

Para a autora, o que denomina de “mitos da marginalidade” são elementos tão incrustados no imaginário social que chegam a constituir uma ideologia para justificar as políticas das classes dominantes com relação à vida dos migrantes e dos favelados. A crença geral, na trama de interpretações da favela e dos favelados, era a de que a rápida urbanização e a intensa migração das zonas rurais teria provocado a invasão na cidade de uma massa de “solitários e sem raízes, despreparados e incapazes de se adaptar

¹⁴⁵ Citando Morse, a autora aponta que, em geral, “se as taxas de crescimento urbano são duas ou três vezes maior que as rurais, devemos lembrar que as taxas de crescimento “marginal” nas cidades podem ser duas ou três vezes maiores que a taxa urbana em geral”. Morse *apud*. Perlman, *op.cit*, p. 40.

perfeitamente à vida urbana”. De maneira análoga, as favelas, enquanto domicílio dessa população, são caracterizadas como “imundas e insalubres”, sintomáticas de todo tipo de “desorganização social”¹⁴⁶.

O primeiro registro de uma favela na cidade do Rio de Janeiro foi o Morro da Providência, que já era reconhecido como Morro da Favela desde 1897, quando foi organizada por veteranos e militares de baixa hierarquia retornados da guerra de Canudos (PERLMAN, 1977; ABREU, 1987). A partir da década de 1960, acelera o crescimento da população favelada, com cerca de um milhão de favelados morando no Rio entre 1968-1969. A gênese do estudo sobre a favela não data deste período, embora seja neste momento que desponta uma nova literatura “baseada em um conhecimento menos de impressão e mais de fundamento” (VALLADRES, 2000, p. 25). Justamente dessas “supostas impressões”, isto é, das diversas maneiras em que foi caracterizada a favela, como “aglomerações patológicas, comunidades em busca de superação ou calamidades inevitáveis”¹⁴⁷, que trata a desmistificação proposta por Perlman.

O fenômeno de maneira alguma circunscrevia-se à realidade urbana brasileira, se espraiando por todo o Terceiro Mundo¹⁴⁸. As favelas se diferem de qualquer outra comunidade pobre por possuírem o elemento da “ocupação ilegal da terra”¹⁴⁹ e apresentarem uma miríade de configurações. Poucas eram, e continuam sendo, as evidências de que seriam um fenômeno temporário, seja no Rio de Janeiro, seja na América Latina como um todo, e os planos para “solucionar” este problema, estavam, de maneira geral, associados à toda esta gama de preconceitos. Em entrevista para o Jornal do Brasil em 1968, um grupo de sociólogos, incluindo Luiz Antônio Machado da Silva, alertavam quanto a isto:

A sociedade considera a favela como um antro de criminalidade, onde imperam a irresponsabilidade e o desrespeito a todas as leis, sendo, por isto, incapaz de promover sua integração na área urbana. A partir destes conceitos - totalmente falsos, pois as estatísticas demonstram que os crimes são cometidos dentro e fora

¹⁴⁶ Ibid., p.28, citações anteriores idem.

¹⁴⁷ Perlman, op.cit, p. 42.

¹⁴⁸ “*bandas de miséria*, na Argentina, *gececondu* na Turquia, *bidonvilles* na Argélia, *barriadas / favela* na América Latina” etc. Ibid., p. 39,41.

¹⁴⁹ Ibid., p. 40.

das favelas, por favelados e não favelados - é que se elaboram os planos para “solucionar” o problema das favelas (JORNAL DO BRASIL, 1968, p. 14).

O paradigma da marginalidade foi explorado e criticado em diversos níveis na obra de Perlman para retratar o urbano e seu contexto social no Rio de Janeiro. Primeiro, porque supunha que a pobreza era “uma consequência de características individuais do pobre”, ou seja, não considerava uma série de instituições, mecanismos e condições da própria sociedade para o processo de “favelização”. Segundo, porque o paradigma da marginalidade era baseado em um modelo “equilibrado ou integrado de sociedade”, e a característica dos marginais seria justamente “se encontrarem permanentemente fora da sociedade”, isto é, fora deste equilíbrio. A questão, todavia, era que nesse sistema, que justamente beneficiava alguns graças a “exploração explícita ou implícita de outros”¹⁵⁰, os *marginais* eram integrados como parte vital do mesmo, demonstrando que integração nem sempre implicava reciprocidade.

A ideia de que os setores populares da sociedade seriam “dependentes, isolados e impotentes”¹⁵¹, precisando, portanto, serem integrados na estrutura social, não levava em conta o quanto estes já estavam “efetivamente integrados”¹⁵². A marginalização, enquanto consequência histórica do processo de subdesenvolvimento e de industrialização dependente, não seria o reflexo de um setor marginal na economia, totalmente desarticulado do processo de acumulação de capital. Pelo contrário. Seguindo as interpretações críticas ao dualismo¹⁵³, Perlman argumenta que o setor *marginal* contribui para o processo de acumulação através da constante “redução dos custos de reprodução da força de trabalho”¹⁵⁴. Além disto, critica também a dualização que é feita entre as próprias categorias de exército industrial de reserva, ou “reserva do setor hegemônico”, e “grupo marginal” dentro dos parâmetros de coexistência de modos de produção monopolista e competitivo, demonstrando que ambas as categorias “são faces do mesmo processo”¹⁵⁵.

¹⁵⁰ Ibid., p. 288, citações anteriores idem.

¹⁵¹ Ibid., p. 292.

¹⁵² Ibid., p. 292.

¹⁵³ Ver o tópico 2.4 sobre Francisco de Oliveira, capítulo 2.

¹⁵⁴ Ibid., p. 301.

¹⁵⁵ Ibid., p. 302, citações anteriores idem.

Quanto às favelas e a população favelada, estes contribuem de diversas maneiras para a reprodução do capital. Segundo Perlman:

Economicamente, os favelados aceitam salários muito baixos por longas horas de trabalho, frequentemente naquelas ocupações que ninguém mais deseja. O trabalho barato que eles executam [...] serve para *baixar os custos de reprodução*¹⁵⁶ de todos os setores econômicos, direta ou indiretamente. [...] Além disso, funcionem ou não como força reserva no sentido clássico, sua mera presença e volume exercem pressão nas classes trabalhadoras e servem para reduzir seu poder de barganha econômico e político. (PERLMAN, op. cit, p.303).

Desta maneira, a afirmativa de que os favelados “pouco contribuem” ou que “constituem um dreno na economia urbana”¹⁵⁷ não se sustentaria. A partir da amostra da pesquisa, apenas um décimo da população favelada trabalhava na própria comunidade, com todo o restante trabalhando na “economia metropolitana externa”¹⁵⁸, desde a construção dos arranha-céus do Rio de Janeiro, como também sua manutenção e limpeza.

Mais que desconstruir a falácia do “favelado como um *marginal* econômico”¹⁵⁹, o trabalho de Perlman apontou a maneira como os mitos da marginalidade se sobrepõem sobre a população favelada também na esfera social, cultural e política¹⁶⁰. Os inúmeros pressupostos de desorganização interna, isolamento externo, cultura da pobreza, parasitismo econômico e apatia política, nessa empreitada, caíram por terra. Sua contribuição, ao refletir a realidade das favelas cariocas, expôs a desigualdade no jogo das forças sociais, ao mesmo tempo em que descreveu todo um “sistema concreto de circunstâncias que continuam a existir independentes de qualquer teoria mitológica, e que coloca a maioria dos moradores de aglomerados subnormais numa situação de séria desvantagem na tentativa de satisfazer seus objetivos e aspirações” (PERLMAN, 1977, p. 294).

¹⁵⁶ Grifo nosso.

¹⁵⁷ Ibid., p. 191.

¹⁵⁸ Ibid., p. 191.

¹⁵⁹ Ibid., p. 200.

¹⁶⁰ “Eu sustento que os moradores da favela não são econômica nem politicamente marginais, mas são explorados e reprimidos; que não são social e culturalmente marginais, mas estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado”. Ibid., p. 235.

Se, por um lado, o trabalho de Perlman desenvolve a “exploração e a repressão social” a partir da “categoria social própria do favelado”¹⁶¹, por outro, padece em formal e teoricamente desenrolar os tecidos de caracterização do processo de acumulação capitalista no espaço urbano. A semelhança das interpretações paulistas, reflete a dinâmica desigual da urbanização periférica a partir dos conceitos de custo de reprodução da força de trabalho e da exclusão e impossibilidade à vida na cidade. Segue então, a cidade como receptáculo das dinâmicas sociais e da pobreza urbana, sem, contudo, serem explorados à fundo os temas da renda da terra, do capital imobiliário, ou até mesmo do papel do Estado, tratado aqui pela perspectiva das políticas públicas de intervenção no espaço da favela.

3.1.2. “A política na favela” de Luiz Antônio Machado da Silva

Em 1967, o sociólogo e antropólogo carioca Luiz Antônio Machado da Silva publicou “*A política na favela*”, um dos textos seminais para esta que é uma das formas de “configuração da vida urbana mais marcantes do cenário brasileiro”¹⁶², em especial, do Rio de Janeiro, isto é, a favela. Graduado em sociologia e política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Luiz Antônio fez mestrado em antropologia social pelo Museu Nacional da UFRJ e doutorado em sociologia pela *Rutgers University*, nos EUA, em 1979. Foi funcionário da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, a Codesco, durante o governo Negrão de Lima (1965-1970). De sua estadia na Companhia, que na época desenvolvia um programa de urbanização de favelas, nasce o artigo “A política na favela”, originalmente publicado pelos Cadernos Brasileiros. Além disto, conheceu e teve a influência do próprio sociólogo norte-americano Anthony Leeds, com quem diz ter “aprendido a fazer pesquisa” e “conhecido muitas outras favelas”¹⁶³.

O ponto de partida do autor será a crítica a noção de que as favelas, nos discursos políticos e ideológicos, são tratadas a partir de seus problemas de integração à “comunidade nacional”, inseridas como estão na “marginalidade sociopolítica e

¹⁶¹ Cardoso *apud*. Perlman, *op.cit*, p. 14.

¹⁶² MISSE *et al.* (2011). *Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais: entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 4, n. 4, pp. 663-698.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 671, citação anterior *idem*.

econômica” (MACHADO DA SILVA, 2011 [1967], p. 699)¹⁶⁴. Se, por um lado, o sociólogo carioca aponta a veracidade da classificação da favela como em “algum sentido marginal”, uma vez que é desprovida cronicamente e a despeito do resto da cidade, de acessos a serviços urbanos, por outro, prontamente elege os perigos da abordagem marginalista na descrição da realidade da favela.

Primeiramente, porque estas abordagens tenderiam a interpretar as favelas como “autônomas, com uma vida própria e mais ou menos independentes”, desarticulando-as do processo social geral e do “sistema global” da economia. Essa verdadeira marginalização teórica, portanto, ignoraria ou reduziria a importância das “íntimas articulações entre a favela e o sistema global”. Em outras palavras, ignoraria a forma pela qual os mecanismos e as condições estruturais da sociedade configuram e articulam a existência da favela, muito mais que suas próprias engrenagens internas, não sendo, desta forma, de maneira alguma uma “comunidade isolada”¹⁶⁵ do resto social. Em segundo lugar, a caracterização da favela como uma “comunidade marginal” carregaria em si toda sorte de julgamentos de valor, responsáveis, em grande medida, por fornecer as bases teóricas e ideológicas para as intervenções e imposições dispostas a “solucionar [este] problema social”¹⁶⁶

Para Machado da Silva (1967), a complexidade social da favela, refletida na especificidade de suas formas de organização, também seria fator essencial a ser levado em conta antes de classificar o favelado “como um grupo particular dentro de uma camada social, como parte do *lumpenproletariat*”¹⁶⁷. A insuficiência destas interpretações, para o sociólogo, estaria em realizar a existência de um tipo único de favelado. De “complexidade impressionante” e com “nítida diferenciação social”¹⁶⁸, as favelas abrigariam também, além do que se chamaria de “*subproletariado*”, toda uma

¹⁶⁴ MACHADO DA SILVA, L.A. (2011). *A política na favela*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol. 4, n.4 - pp. 699-716. Edição especial da revista DILEMAS, com a republicação do artigo originalmente publicado pela *Cadernos Brasileiros*, Ano IX, no 41, 1967, pp. 35-47.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p.699, citações anteriores *idem*.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p.699.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p 700.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 701, citação anterior *idem*.

gama de posições socioeconômicas como “operários qualificados, funcionários públicos, bancários, comerciários, além de um bom número de proprietários”¹⁶⁹.

Neste caminho, mais do que explorar as formas pelas quais a favela poderia “se integrar” na estrutura urbana de maneira geral, o texto de Machado da Silva seguirá uma interpretação a partir do conteúdo político da favela, apresentando esta como “uma forma de organização tipicamente capitalista”¹⁷⁰, com alternativas para acúmulo de capital baseados em seus próprios recursos internos. Justamente a apropriação destes recursos, gerando clara estratificação social, resultaria em uma categoria social elaborada pelo sociólogo, da “*burguesia favelada*”¹⁷¹. Nas palavras do autor:

Esses recursos internos são a base sobre a qual se cristaliza, a partir de sua exploração econômica, uma diferenciação social bastante definida, com uma *burguesia favelada* monopolizando o acesso, o controle e a manipulação dos recursos econômicos, além das decisões e dos contatos políticos (MACHADO DA SILVA, op.cit, p. 702).

Por um lado, de acordo com o sociólogo, será esta burguesia favelada, também considerada como “os favelados do estrato superior”, que desenvolverá algum tipo, ainda que restrito, de atividade política, relegando aos estratos mais baixos a categoria de “massas de manobra”, sem qualquer tipo de “consciência política”, “de classe”, ou mesmo dos “problemas internos de suas próprias favelas”¹⁷². A categoria da burguesia favelada serviria, em primeira análise, para demonstrar a diferenciação e a hierarquização que se configurava no interior das favelas cariocas, a despeito dos discursos homogeneizantes sobre estas, e, em última, para apontar as disputas e conexões políticas, tanto internas quanto externas à própria favela.

A hierarquização na favela, em outro sentido, ao mesmo tempo em que realiza a conexão entre o aparelho estatal, na forma dos contatos “políticos supralocais”¹⁷³,

¹⁶⁹ Ibid., p. 700, citação anterior idem, grifo nosso.

¹⁷⁰ Ibid., p. 701.

¹⁷¹ Ibid., p. 702.

¹⁷² Ibid., p. 702-703, citações anteriores idem.

¹⁷³ De acordo com o sociólogo “entende-se por “supralocal”, neste artigo, todas as atividades, situações, objetivos, interesses etc. que excedam os limites da favela, sejam de âmbito nacional, regional ou da cidade como um todo. Assim, por exemplo, “político de nível supralocal” é aquele cujos compromissos e interesses não se restringem às favelas e aos favelados. São, portanto, o deputado estadual, o postulante a um mandato federal, um governador etc.” Ibid., p. 704.

estabelece também “relações de dominação-subordinação”¹⁷⁴. A burguesia favelada de que trata Machado da Silva adotaria então “atitudes e um estilo de comportamento bastante próximos da pequena burguesia ‘comum’, não favelada”¹⁷⁵, e suas formas de dominação, de maneira a sustentar os contornos da organização social, baseiam-se em boa medida nos próprios recursos internos da favela, mas também de fatores externos, como a “exploração econômica das redes de água e luz e do comércio interno”¹⁷⁶.

Desta maneira,

Os dois fatores acima considerados – certas semelhanças de estilos de comportamento e atitudes entre a burguesia favelada e a pequena-burguesia não favelada, e a necessidade de preservar uma organização que proteja a viabilidade da exploração econômica dos recursos internos – indicam que a camada dominante da favela está inevitavelmente comprometida com o *status quo*, tanto internamente quanto do ponto de vista das próprias relações com a sociedade global [...] Assim, os próprios planos globais de urbanização reafirmam comprometimento do grupo dominante com o *status quo*, pois tudo indica que não passam de procedimentos altamente refinados cuja finalidade é manter a organização da favela e/ou sua disponibilidade de recursos e o prestígio político dos moradores envolvidos. (MACHADO DA SILVA, op.cit, p. 708-709).

A relação entre Estado e organização política e social na favela também é tratada no texto, em sua busca por pautar o aparelho estatal com as camadas populares de maneira a questionar as perspectivas dominantes. Essa relação é exposta, no texto, na forma pela qual o Estado procura controlar e limitar as atividades de “natureza administrativa e pretendendo torná-las meros colaboradores executivos dos planos e projetos traçados pelos órgãos oficiais”¹⁷⁷, e isto inclui as associações de moradores. Não apenas suas relações de controle são evidenciadas, mas também a dificuldade na provisão dos serviços urbanos, nos perímetros da favela, abriria um vácuo de possibilidade para a própria manutenção das formas de dominação que se ali se estruturariam.

Ao longo de sua carreira, o “sociopólogo”¹⁷⁸ voltará sua pesquisa para os conceitos de “sociabilidade violenta”, pautada cada vez mais pela “quebra da ordem

¹⁷⁴ Ibid., p. 704.

¹⁷⁵ Ibid., p. 707.

¹⁷⁶ Ibid., p. 708.

¹⁷⁷ Ibid., p. 709.

¹⁷⁸ Alusão à dupla identidade nas ciências sociais, sociólogo e antropólogo, que o próprio autor gosta de se definir (MISSE et al. 2011).

social” resultante da escalada da violência e dos conflitos na estrutura das favelas. Para o autor, “esse conflito a partir da violência não se compreende com os mesmos antagonismos de antes (o do conflito de classes ou o da sociedade *versus* Estado), [...] alterando profundamente a vida dos moradores das favelas” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 382).

3.1.3. A experiência urbana por Anthony e Elizabeth Leeds.

Tanto Janice Perlman como Luiz Antônio Machado da Silva foram, em boa medida, influenciados pelo trabalho do antropólogo norte-americano Anthony Leeds. Com graduação e pós-graduação pela universidade de Colúmbia, Anthony participou como consultor internacional do *Peace Corps Volunteers*¹⁷⁹ e foi professor da Universidade do Texas. No Brasil, Leeds foi responsável pela criação do primeiro curso de Antropologia Urbana dado no Museu Nacional, em 1969 (VELHO, 2011). Foi pesquisador dos ciclos econômicos no Brasil e da produção de cacau na Bahia, da qual resultou sua tese de doutorado, “antes de mergulhar no mundo das favelas do Rio de Janeiro e de outras cidades” (VALLADRES, LACERDA E GIRÃO, 2018, p. 1028).

Central em sua agenda de pesquisa será a “crítica a concepções correntes nas décadas de 1950 e 1960 sobre urbanismo e urbanização”, pondo que essa “não causava necessariamente a marginalidade”¹⁸⁰. Seus estudos a respeito das favelas brasileiras, com destaque para o Rio de Janeiro, não só avançam e refinam os “argumentos sobre a organização social do Brasil”¹⁸¹ como também reafirmam tais localidades como “mais do que [a *residência*] dos pobres urbanos – chave explicativa que dominava, nos anos 1950 e 1960, os ainda incipientes estudos sociológicos sobre favelas”¹⁸², isto é, as identifica como “estruturas dinâmicas de circulação de pessoas e

¹⁷⁹ “Agência governamental norte-americana criada durante o governo de John Kennedy com o objetivo de melhorar a imagem dos EUA, os Peace Corps utilizavam a ação de voluntários, em geral jovens universitários, em programas assistenciais na América Latina nos campos da educação, saúde e extensão rural. Para o Brasil, vieram voluntários de 1961 a 1981 e, entre eles, Elizabeth Leeds que, além de atuar em programa de saúde em favelas cariocas, realizou pesquisas sobre essas localidades, incluindo a que resultou em sua tese de doutoramento” (LIMA E VIANA, 2018, p. 794.).

¹⁸⁰ Valladares, Lacerda e Girão, op.cit, p. 1030, citação anterior idem.

¹⁸¹ Lima e Viana, op.cit, p. 773.

¹⁸² Ibid., p. 773, grifo nosso.

capitais, expressando as estratégias de negociação e poder dos trabalhadores urbanos para lidar com as contradições de uma sociedade que vivia um acelerado processo de urbanização”¹⁸³.

Enquanto chefe do Programa de Desenvolvimento Urbano do Departamento de Relações Sociais da União Pan-americana, logo no início da década de 1960, Leeds escreveu o artigo “Carreiras brasileiras e estrutura social: um estudo de caso e um modelo” (1962), onde “afirma a importância do modelo que desenvolvera para explicar a estrutura de oportunidades sociais na transição de sociedades rurais para sociedades urbanas”, referindo-se, nesse caminho, “a dois tipos ideais de sociedades organizadas em Estado” e que “denominou sociedade estático-agrária e sociedade expansivo-industrial”¹⁸⁴. É a partir de 1965, no entanto, que Anthony Leeds, com a colaboração de sua companheira, a cientista política Elizabeth Leeds, iniciará seu estudo sobre favelas, partindo da crítica ao “mito da ruralidade” e da perigosa tendência que concebia em “generalizarem aspectos da urbanização capitalista para o estudo dos fenômenos urbanos em diferentes contextos histórico-culturais”¹⁸⁵.

Relembrando sua contribuição para o campo das ciências sociais brasileira, Valladares, Lacerda e Girão (2018), apontam como o antropólogo norte-mericano:

[...] perguntou-se sobre as origens dos *squatter settlements*, fenômeno urbano por ele observado em diversos países da América Latina, embora com nomes diferentes em cada país – tugúrios, *barriadas*, *calejones*, favelas etc. –, insistindo que seu único traço comum era a origem: não ser proprietário (*illegal tenure*). Para Leeds, a posse, o uso ou a apropriação ilegal era o ponto comum aos vários assentamentos não controlados. Por fim, enfatizou a grande heterogeneidade no universo das favelas, mostrando, por exemplo, que os *settlements* variam de acordo com sua formação, causas e natureza (cada um tem uma história), tamanho, recursos disponíveis, estrutura física e social. Variam também quanto à população que abrigam. (VALLADARES, LACERDA E GIRÃO, 2018, p. 1031).

Um dos trabalhos constitutivo de tais argumentos foi o artigo “*O Brasil e o mito da ruralidade: experiência urbana, trabalho e valores nas áreas invadidas do Rio de Janeiro e de Lima*”, publicado originalmente em *City and Country in the Third World*, em 1970. Como já mencionado, as décadas de 1950 e 1960 carregavam em seu corpo

¹⁸³ Ibid., p. 773.

¹⁸⁴ Ibid., p. 799, citações anteriores idem.

¹⁸⁵ Ibid., p. 783.

teórico e ideológico a noção de que a migração para os grandes centros urbanos, associada a explosão urbana do contexto da acumulação industrial, sustentava em si processos de favelização nos quais seus moradores possuiriam “organização social e valores altamente rurais”, estando, portanto, “desajeitados” e “não familiarizados” com os “modos de vida da cidade” (LEEDS E LEEDS, 1978, [1970], p. 86.). O trabalho lança-se, a partir daí, ao objetivo de demonstrar o “caráter essencialmente urbano da experiência e dos valores dos moradores das favelas”¹⁸⁶, empregando bases etnográficas para a rejeição da “cultura da pobreza”.

As causas da marginalidade, em oposição à certa “verdadeira marginalidade”¹⁸⁷, estariam conectadas, para as explicações em voga na época¹⁸⁸, a ruralidade e a não-familiaridade dos migrantes com os modos de vida urbano. Avessos a tais mecanismos explicativos, simplórios em seu ver para retratar a suposta *não-integração* das classes mais baixas e da população favelada no contexto urbano geral, Leeds e Leeds (1970) demonstraram como as favelas eram “atravessadas por todas as formas de organização comuns à sociedade inclusiva”¹⁸⁹, afirmando que “se a sociedade matriz, inclusiva, é urbana, então, também a favela é urbana e, em muitos aspectos importantes, continua a ela”¹⁹⁰.

É preciso examinar a situação estrutural, além do que os autores apontam como todo um “sistema de valores” para analisar as favelas e sua experiência urbana. Desta forma, a partir da pesquisa de campo, refletiram como a vida dos moradores das favelas era orientada por um “conjunto de valores essencialmente urbanos, tais como a oportunidade de ganhar dinheiro; o mercado de trabalho; a participação política e social em organizações de naturezas diversas”¹⁹¹ etc. Nasce a cidade, mais uma vez, a partir da perspectiva dos valores urbanos para os moradores da favela, como espaço da reprodução social do trabalho e de consumo coletivo. Nas palavras dos autores,

¹⁸⁶ Leeds e Leeds, op.cit. p.89.

¹⁸⁷ Por “verdadeira marginalidade”, os autores se referem às “situações em que as pessoas não operam efetivamente nem na economia legal nem na extralegal (criminosa) da cidade, mas são empurradas para fora de todas elas”. Ibid., p. 105.

¹⁸⁸ Leeds e Leeds, op.cit, apontam Oscar Lewis (1966) como exemplo desta literatura.

¹⁸⁹ Ibid., p. 118.

¹⁹⁰ Ibid., p. 119.

¹⁹¹ Lima e Viana, op.cit., p. 787.

A cidade é valorizada porque ela oferece uma ampla gama de possibilidades de mobilidade econômica ascensional. Os valores centrais são os de melhores padrões de vida, regularidade de suprimento alimentício e médico, capacidade de usufruir dos serviços recreativos, e assim por diante. (LEEDS E LEEDS, op.cit, p. 123).

Nesse sistema de “valorização” do “*ethos* urbano”¹⁹², a cidade é estimada “como o local do trabalho *par excellence*”¹⁹³. Para os autores, o mercado de trabalho metropolitano se transveste, com toda a dinâmica da migração, como o mercado de trabalho nacional, e assim, a cidade penetra em áreas externas não urbanas para além de seu escopo. Por esta explicação, “quanto maiores as cidades, maior será a penetração externa em áreas não urbanas”¹⁹⁴, assim como a densidade e o tamanho das cidades serão tão maiores quanto for o nível de especialização nas operações tecnológicas, sociais e econômicas, revelando determinada “perspectiva evolutiva geral para qual tendem os antropólogos”¹⁹⁵ no texto.

O sistema total de especializações da sociedade, que por certo possui suas características e aparatos físicos, como edifícios, sistemas de transportes e “elementos visualmente marcantes”¹⁹⁶, é o que caracteriza a cidade em si para os autores, marca da própria *complexificação* da sociedade como um todo. Conforme a urbanização avança, avançam os laços e os pontos de interação mais densos da natureza da especialização, agora cada vez mais centrada nas cidades. O argumento dos autores é desenvolvido, nesse sentido, para criticar a ideia de uma divisão entre sociedades rurais e sociedades urbanas, setores integrados e setores não-integrados, entendendo que, na gama de especializações do sistema social, a cada passo que este se torna mais urbano, também os outros se tornam.

Em suas palavras,

A maioria das decisões políticas e as instituições de coordenação mais importantes da agricultura estão concentradas nas cidades; tais instituições são urbanas (assumindo momentaneamente que a dicotomia ruralç-urbano tenha algum valor) e de forma alguma instituições propriamente rurais. Segue-se que os traços essenciais – os controles, as decisões, as políticas básicas, as instituições

¹⁹² Ibid., p. 788, citação anterior idem.

¹⁹³ Leeds e Leeds, op.cit, p. 123.

¹⁹⁴ Ibid., p. 131.

¹⁹⁵ Ibid., p. 131.

¹⁹⁶ Ibid., p. 134.

monetárias centrais, o sistema de créditos e mercados para a produção agrícola – devem ser buscados nas cidades [...] (LEEDS E LEEDS, op.cit, p. 135).

Concebe-se a cidade não somente pelo seu aparato físico, mas por sua função central no sistema total de especializações da sociedade, sua função política e decisória, seu *lócus* do mercado metropolitano de trabalho, não apenas local mas nacional, sua base para a reprodução, interação e consumo das famílias etc. O estudo das favelas do Rio de Janeiro coloca-se, assim, não pela falta de integração destas com o restante da cidade, “mas pelo seu lugar como espaço de disputas políticas e de conflitos pelo direito à cidade, um espaço urbano cotidianamente transformado por seus moradores em interação com as instituições internas e externas à localidade”¹⁹⁷.

Figura 4 - Morro União, ao fundo o bairro de Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro, 1969



Fonte: Foto de Anthony Leeds, *in.*: Valladares, Lacerda e Girão (2018).

A bibliografia com relação à favela se desenvolve, desta maneira, pela crítica ao conceito da integração e do marginalismo. Mais evidente em alguns autores, menos

¹⁹⁷ Lima e Viana, op.cit, p. 791.

em outros, a marca da teoria da marginalidade vai, entretanto, aparecer em quase toda a produção das ciências sociais sobre a habitação no início da década de 1970 (VALLADARES, 1983, p.25). Os trabalhos pioneiros de Machado da Silva (1967), Leeds e Leeds (1970), Parisse (1969), Boschi e Goldschmidt (1970) e Santos (1978) são também mencionados por Valladares como centrais na pesquisa sobre favelas no Rio de Janeiro.

3.2. Moradia, “*auto-urbanização*” e os Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro.

A partir da década de 1970, somaram-se aos estudos das classes populares e das favelas, que até então, como apresentamos, se propunham a “desmistificar” a lógica da marginalidade, as incursões que se voltaram para a questão da moradia, da habitação e das condições destas no espaço urbano fluminense. Isto porque, até aquele momento, apesar da miríade de produções feita sobre a favela (não apenas no Rio de Janeiro, mas também em outras capitais), relacionando problemáticas como a participação política, a ideologia dentro e fora das favelas e do mercado de trabalho, pouco destas produções abordavam a “temática sob o ângulo especificamente habitacional” (VALLADARES, 1983, p. 27).

3.2.1. Lícia do Prado Valladares e o “*círculo vicioso*” das remoções

O nome de peso da socióloga Lícia do Prado Valladares foi essencial para reunir estes dois caminhos, isto é, a questão da favela e da moradia, no Rio de Janeiro. O texto “*Passe-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*”, de 1978, baseado na tese de doutorado da autora de 1974, além de refletir o problema essencial da moradia das classes populares no Rio de Janeiro, toca na estrutura dos processos de remoção das favelas e no “*círculo vicioso*”¹⁹⁸ que nelas desenvolve-se. A repressão à habitação nas favelas, enquanto elemento central do

¹⁹⁸ Valladares, 1978, p. 17, grifo nosso.

trabalho, é lembrada como uma realidade histórica na cidade e como marca de uma verdadeira “urbanização removedora”¹⁹⁹.

Baiana, formada em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ, e doutora em Sociologia pela Universidade de Toulouse, Valladares iniciou seu interesse pelos estudos urbanos já no Rio de Janeiro, quando “da janela da sala de aula na PUC, o Parque Proletário da Gávea saltava aos seus olhos [...] despertando nela o desejo de fazer pesquisa com a população da favela” (CUNHA et al., 2018, p. 289). Após o doutorado na França, o retorno ao Brasil traduziu-se em um trabalho de campo na Cidade de Deus, “pesquisando como se deu o processo de remoção dos moradores para aquele conjunto habitacional”²⁰⁰, que então resulta em sua tese de doutorado e posterior livro “*Passe-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*”.

É importante destacar, primeiramente, a influência da “Escola de Chicago” na produção da autora. Após o trabalho de campo na Cidade de Deus, Valladares foi para a *University College London* (UCL), onde pesquisou juntamente com a antropóloga Ruth Glass no *Center for Urban Studies* da UCL e “teve contato com a bibliografia da chamada Escola de Chicago”²⁰¹. Esse contato marcou seu interesse pelas pesquisas de campo, um traço metodológico dos pensadores desta escola que procurava reunir orientações qualitativas e quantitativas, com abordagens técnicas e investigativas em sociologia urbana que iam desde a utilização de documentos pessoais, até trabalhos sistemáticos de campo com caráter etnográfico (TEODÓSIO, 2003). Um dos grandes nomes desta escola, o sociólogo Robert E. Park, décadas mais tarde, se tornará alvo dos estudos de Valladares, conforme se expande seu “interesse pelos diálogos estabelecidos entre as academias brasileiras e francesas com a Escola de Chicago”²⁰².

¹⁹⁹ Ibid., p. 10.

²⁰⁰ Cunha et al, op.cit, p. 291.

²⁰¹ Ibid., p. 292.

²⁰² Cunha et al, op.cit, p. 294.

Figura 5 – Parque Proletário da Gávea ao lado da PUC, Zona Sul do Rio de Janeiro, 1974



Fonte: O Globo, Núcleo de Memória da PUC-Rio.

A prática da análise de campo, daí derivada, se intersecciona com seu trabalho central em *Passa-se uma casa*.

Com o passar do tempo e sua inserção na vida cotidiana local, Licia se interessou pela estrutura da favela. Dedicada e atenta a tudo que acontecia com seus interlocutores durante o trabalho de campo, Licia centrou sua atenção também no processo de remoção de famílias que viu acontecer na favela. Era a época da construção do Túnel Dois Irmãos. A partir desse interesse despertado, Licia acabou acompanhando de perto esse processo, analisando as práticas informais que antecedem a remoção, descritas posteriormente em sua tese de doutoramento, que resultou no paradigmático livro *Passa-se uma casa*. (CUNHA et al, 2018, p., 304).

O conjunto de remoções que a cidade do Rio de Janeiro observava a partir da década de 1970 fazia parte, em um quadro geral, do próprio “processo de renovação urbana da metrópole” e do “quadro geral de transformações por que passava a sociedade brasileira” (VALLADARES, 1978, p.14). Implicava, ainda, na “inserção dos antigos favelados no Sistema Financeiro da Habitação”, o SFH, em operações que envolviam a

ação política e a injeção de “recursos no setor da construção civil, contribuindo para a transformação da paisagem e da estrutura urbana da cidade”²⁰³.

O estudo de Valladares (1978) se referiu à um período em que o Rio de Janeiro “assistiu à maior operação *antifavela* que a cidade jamais conheceu”²⁰⁴, durante a atuação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), entre 1968-1973. As entidades envolvidas na operação iam desde o BNH, como financiador, até a COHAB-GB²⁰⁵ como “construtora e comercializadora das unidades habitacionais”. De maneira geral, Valladares demonstra como os planos governamentais e as diversas operações de remoção acabaram realimentando “o crescimento do próprio elemento que pretendia eliminar: a favela”²⁰⁶. A força da repressão contra a moradia da população mais pobre, contudo, não nasce nas décadas de 1960-70. A cidade já vinha sendo palco histórico desse tipo de ação desde as décadas de 1930-40, com projetos de eliminação e higienização de favelas propostos pelos prefeitos Henrique Dodsworth (1941-1943), Antônio Prado Júnior, com o Plano Agache²⁰⁷, até a Reforma Urbana do prefeito Pereira Passos no início do século²⁰⁸. A década de 1960 inaugura, contudo, “uma nova forma de tratamento das favelas”, com programas de remoção cujo “objetivo era eliminar as favelas e transferir a suas populações para outros locais”²⁰⁹.

A operação da CHISAM inicia-se, de fato, durante o Governo Negrão de Lima, cuja campanha política havia se apoiado na promessa de urbanização das favelas. Não se pode esquecer que este período marca o momento de profundas “transformações da estrutura política brasileira ocorridas a partir de 1964”, com o “enfraquecimento do papel

²⁰³ Valladares, op.cit, p.14, citação anterior idem.

²⁰⁴ Ibid., p. 18, grifo nosso.

²⁰⁵ “Companhia de Habitação Popular do antigo Estado da Guanabara. Em 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara com o do Rio de Janeiro, o órgão passou a se chamar CEHAB-RJ” Ibid., p.13.

²⁰⁶ Ibid., p. 18, citação anterior idem.

²⁰⁷ O Plano Agache, elaborado pelo francês Alfred Agache, “constituiu o primeiro documento oficial a tratar explicitamente dessa nova forma de habitação popular [as favelas], que então se proliferava na cidade. Vistas como um problema social e estético, para as favelas o plano apresenta[va] apenas uma solução: a sua *erradicação*” (ABREU, op. cit, p. 87, grifo nosso.).

²⁰⁸ Para mais sobre a reforma Passos, assim como a evolução dos demais planos urbanísticos da cidade do Rio de Janeiro, ver Abreu (1987).

²⁰⁹ Valladares, op.cit, p. 24, citação anterior idem.

político-eleitoral das favelas”²¹⁰, somado a forte repressão sofrida pela Federação das Associações de Favela do Estado da Guanabara, A FAFEG, organismo que mobilizava a resistência à remoção das favelas. Como resultado, “outras forças e interesses entraram em campo, cobiçando os espaços que se liberariam com sua remoção”²¹¹.

O jogo entre tais interesses caracteriza a dinâmica essencial que relaciona, para a socióloga, as operações de remoção das favelas aos diversos processos de especulação e valorização imobiliária na cidade, sendo o terreno das favelas, especialmente aquelas da Zona Sul e do Centro²¹², a arena principal. Com efeito, o elemento comum de todas as favelas, isto é, a ocupação ilegal do solo, transgredindo assim a legislação referente à utilização do espaço, abria respaldo para a ação indiscriminada de “retomada” do que eram, até então, áreas com “posição marginal dentro da cidade”²¹³.

A análise da habitação na favela já nasce, no caso do Rio de Janeiro, dentro dos parâmetros conflitivos de disputa com “zonas de alta especulação imobiliária e urbanizadas” e com “populações de classes média e alta”. Tornam-se, desta maneira, em espaços de “desequilíbrio quanto ao uso do solo [...] cujo valor excede de muitíssimas vezes sua utilização”²¹⁴.

Áreas de ocupação ilegal, de crescimento espontâneo e carentes de uma infraestrutura básica logo, fora das normas de urbanização, as favelas sempre representaram um *entrave* diante dos programas de planejamento urbano projetados ou realizados. [...] De fato, a eliminação das favelas (e sobretudo as da Zona Sul) significaria a *liberação de terrenos*, propiciando o disciplinamento do uso do solo em muitas áreas da metrópole. Liberar os terrenos por elas ocupados significaria dispor de áreas em que se poderia construir, que se poderiam urbanizar ou *valorizar* para utilização futura”. (VALLADARES, 1978, p. 31-32, grifo nosso).

²¹⁰ Ibid., p. 28.

²¹¹ Ibid., p. 30.

²¹² Ribeiro (1997) aponta este período (que compreende especialmente os anos 1940 até os anos 1960) como de transformação e ruptura do padrão de moradia, com a Zona Sul ganhando cada vez mais destaque no âmbito da valorização da cidade. “[...] com efeito, se difunde o ‘arranha-céu’, novo tipo de habitação, do ponto de vista físico e simbólico. Trata-se da moradia que expressa a introdução do ‘estilo moderno de vida’, invenção que necessitou retirar do edifício de apartamentos conotações de habitação coletiva. A ‘zona sul’ como localidade que expressa espacialmente esta inovação será também inventada, deixando de ser um local de lazer da cidade, para tornar-se uma fundamental diferenciação social. Mais precisamente, trata-se da invenção de ‘Copacabana’” (RIBEIRO, op.cit., p. 250).

²¹³ Ibid., p. 31.

²¹⁴ Ibid., p. 31, citações anteriores idem.

Os interesses especulativos, nesse jogo, de maneira alguma atuaram sozinhos. Somam-se a esse processo de especulação imobiliária, que acompanha o crescimento da cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1960, os “interesses da Cidade” ou “interesses de utilidade pública”²¹⁵, cristalizados na opinião das elites dirigentes e das classes médias, narrados, por sua vez, sempre do ponto de vista da marginalização e da estigmatização na imprensa²¹⁶. Outro interesse, no entanto, interage de forma central em todo esse processo: o da construção civil. A eliminação das favelas, promovida através de suas remoções, representava um mercado de dimensões consideráveis para a construção civil, o que poderia oferecer um campo de ação seguro para este setor na Guanabara por algum tempo (VALLADARES, 1978).

A reativação da construção civil no Rio de Janeiro, que até o final da década de 1950 encontrava-se estagnada, esteve “claramente ligada à construção habitacional”²¹⁷, no bojo das transformações da década de 1960, quando o BNH passa a dispor dos recursos do FGTS. Se, por um lado, o setor foi dinamizado com os recursos destinados a construção de habitações populares, por outro, a qualidade da operação e da própria urbanização dela resultante revelaram limites precários.

A construção de habitações populares desempenhou, sem dúvida, um papel ponderável na dinamização das atividades da construção civil no Rio de Janeiro naquele período. Certamente, interessou mais de perto as empresas de médio porte, a quem compensava economicamente tal empreendimento, pelas características que apresentava. Tratava-se de construções em série, o que significava o barateamento do custo do metro quadrado construído. Tratando-se, por definição, de habitações de baixo custo, podiam-se empregar materiais de construção de qualidade inferior, o que compensaria ainda mais a iniciativa. É claro que tais características e condições sugerem uma limitação máxima das despesas por parte das firmas construtoras, resultando em habitações de má qualidade e com deficiências de construção [...] Alguns conjuntos passaram logo a refletir as precárias condições de construção, chegando a limites extremos [...] (VALLADARES, 1978, p. 35).

²¹⁵ Ibid., p. 32.

²¹⁶ “[...] parte-se de uma conceituação estigmatizada do favelado, qualificado como parasita do Estado, marginal, que precisa ser eliminado do espaço em que se encontra ne replantado em outras áreas distantes, não visíveis. Enfatiza-se a favela enquanto aglomerado que ‘atrapalha’ o dia-a-dia da classe média, cuja permanência é incompatível com o desenvolvimento imobiliário da Cidade e cujo espaço caberia ‘por direito’ aos estratos médios” Ibid., p.33.

²¹⁷ Ibid., p. 33.

O processo de remoções ou “*desfavelamento*”²¹⁸ descrito pela socióloga desenrola-se por três administrações estaduais, “culminando no período de existência da CHISAM (1968-1973), durante o Governo Negrão de Lima e parte do governo Chagas Freitas, quando se removeram 90.575 habitantes”²¹⁹. Não obstante o impacto do programa, que chegou a “erradicar um número considerável de favelas, inclusive algumas das mais importantes”, a favela continuou se afirmando como um elemento marcante do espaço urbano carioca.

O crescimento contínuo das favelas demonstrava que as operações de remoção articuladas pela CHISAM-BNH-COHAB obliteravam o que havia de crucial, segundo Valladares (1978), no processo que levava a população favelada a morar em favelas. Neste momento a autora aponta como a favela “não [era] simplesmente resultante de uma crise habitacional no contexto de um processo de urbanização acelerado”²²⁰. Apesar das concepções que tratavam a favela somente pela ótica do uso do solo, Valladares (1978) colocará a favela como resultante, sobretudo, “da *exploração da força de trabalho*”²²¹ em uma sociedade marcada pela estratificação de classes, pela determinação do uso do solo a partir do seu valor de troca, pelo controle do espaço urbano pelas classes dominantes e pela congruente geração de desigualdades endógena ao processo de acumulação de capital.

As intervenções tampouco se preocuparam, dirá a socióloga, com as “diversas variáveis que condicionam o crescimento das favelas”²²², como o fluxo migratório, a especulação imobiliária e a deterioração das condições materiais de vida das camadas menos favorecidas. Para seus moradores, a favela também não se resolvia apenas como uma questão habitacional. A localização próxima aos mercados de trabalho e a redução com os gastos de transporte (considerando especialmente as favelas da zona sul e do centro), constituíam verdadeiras “*soluções orçamentárias*” na “luta diária pela *sobrevivência na cidade*”²²³. O “feitiço” das remoções saiu, então, pela culatra, quando

²¹⁸ Ibid., p. 39, grifo nosso.

²¹⁹ Ibid., p. 39.

²²⁰ Ibid., p. 44, grifo nosso.

²²¹ Ibid., p. 44, grifo nosso.

²²² Ibid., p. 45.

²²³ Ibid., p. 45, grifo nosso, citação anterior idem.

se analisam os resultados práticos de um programa de erradicação que logrou seu efeito “diametralmente oposto”: propulsou ainda mais favelas através da alimentação de um “*círculo vicioso*”. Os conjuntos habitacionais, enquanto parte de um espaço urbano projetado para que as populações despejadas das antigas favelas se fixassem, acabaram se constituindo em “áreas de transito”²²⁴. Diversos moradores, incapazes de arcar com os custos e responsabilidades financeiras do novo modelo habitacional (oriundos de distorções no próprio Sistema Financeiro de Habitação), retornavam para as favelas, agora em condições ainda mais difíceis.

A remoção para conjuntos habitacionais representou, então, a introdução de despesas complementares muito significativas para o orçamento dos ex-favelados. Suas fontes de renda foram igualmente ameaçadas, pois a proximidades dos bairros mais abastados lhes proporcionava um leque de pequenos biscates. Nas favelas, as despesas com transporte eram menores, além de contarem também com a proximidade de serviços públicos gratuitos (hospitais, escolas, etc.). Em suma, a favela representava uma “solução orçamentária” viável, anulada pela remoção de seus habitantes. [...] Muitas famílias originárias de favelas viram, assim, diminuir sua renda mensal pela ação conjunta do afastamento dos mercados de trabalho, do aumento do custo de transporte e da habitação. (VALLADARES, 1978, p. 111)

O resultado, para a autora, parecia mostrar que no curto ou no longo prazo, a favela ainda apresentava, “em termos habitacionais, a possibilidade mais viável e econômica para as camadas de baixa renda da grande cidade”²²⁵. Desta forma, “fechava-se assim um círculo vicioso: da favela ao conjunto habitacional, e de volta à favela”²²⁶. Aqueles que não retornavam para as favelas, por outro lado, não deixavam de fechar esse círculo: “passavam a aumentar o cinturão periférico da metrópole”²²⁷, direcionando-se para lotes de terrenos com pouca infraestrutura ao redor e condições precárias de construção. Seguiriam, no entanto, assim como seguiram na condição da favela, um padrão de autoconstrução expresso pela socióloga com o conceito de “*auto-urbanização*”²²⁸.

O conceito da auto-urbanização remete ao processo de transformação qualitativa na qual as favelas sedimentaram-se e estruturaram-se internamente

²²⁴ Ibid., p. 84.

²²⁵ Ibid., p. 81.

²²⁶ Ibid., p. 17.

²²⁷ Ibid., p. 17.

²²⁸ Ibid., p. 7, grifo nosso.

sobretudo na década de 1970, no Rio de Janeiro. Remete à um fenômeno que, apesar de lento e descompassado, se mostrou efetivo: “ruas foram abertas e calçadas, construções em alvenaria de um, dois, três andares [*substituíram*] os barracos de madeira que antigamente eram o símbolo da favela”²²⁹, etc. A tendência a auto-urbanização insere-se, portanto, no contexto maior de permanência na favela, e, acima de tudo, no contexto de luta pela urbanização, pela posse da terra e pelo direito à cidade.

3.2.2. Carlos Nelson Ferreira dos Santos e os Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro

O sentido da moradia, bem como a reivindicação dos fenômenos urbanos e das práticas de produção e consumo do espaço da cidade pelas classes mais pobres também esteve no coração da produção do urbanista e antropólogo carioca Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Um dos principais pensadores do urbano fluminense, Carlos Nelson se formou em arquitetura e urbanismo pela FAU-UFRJ em 1966, com mestrado em antropologia social pelo Museu Nacional da UFRJ (tendo contato com Luiz Antônio da Silva Machado e Anthony Leeds) e doutorado pela FAU-USP em 1984. Crítico do pensamento urbanístico que encarava as massas mais pobres como “ônus” e problemas para a cidade, Carlos Nelson dará “centralidade à temática do cotidiano dos cidadãos”, às suas formas de ocupação do espaço, às relações de interdependência do bairro com o espaço que domina, sendo “preciso, segundo o arquiteto, considerar a cidade como forma expressiva em si mesma que informa e conforma a sociedade” (GONÇALVEZ E MACHADO-MARTINS, 2017, p. 27).

Para Gonçalves e Machado-Martins (2017), ao fugir do “urbanismo tecnocrático de cunho modernista”, o “*antropoteto*”²³⁰, como se autodenominava, procurava demonstrar como a “questão do morar e, em particular, a questão do morar para os pobres é, pois, o reflexo, em um nível e em uma determinada instância particularizada, de um processo histórico mais geral”²³¹. Nome importante para o estudo das favelas, Carlos Nelson procurou analisá-las “dentro do processo de metropolização”,

²²⁹ Ibid., p. 7, grifo nosso.

²³⁰ Referência a sua formação como Arquiteto e Urbanista e Antropólogo, Santos (1981, p. 13).

²³¹ Gonçalves e Machado-Martins, op.cit, p. 32.

colocando-as para além dos marcos de “sobrevivência na cidade”, mas como “alternativas importantes de acesso à moradia em áreas centrais”²³².

Carlos Nelson foi extremamente importante para o pensamento sobre as favelas cariocas, sendo até hoje um dos seus maiores teóricos. Para ele, o favelado não entende o morar na cidade como mero exercício de sobrevivência. Ele deseja “entrar na festa” e faz esforços para isso. Afirma que os favelados tiram todo o partido possível das situações que vivem e tentam reproduzir, à sua escala, os mecanismos do sistema urbano/capitalista ao qual estão submetidos. (GONÇALVES E MACHADO-MARTINS, 2017, p. 32).

Carlos Nelson chegou a ser chefe do Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, o IBAM, de 1975 até a sua morte, em 1988. Neste, escreve juntamente com Olga Bronstein o artigo “*Metaurbanização, o caso do Rio de Janeiro*” (1978), publicado pela Revista do IBAM, no qual levanta “questões sobre a coerência entre o modelo de desenvolvimento [*brasileiro*] adotado e sua projeção física nos espaços metropolitanos”²³³. Tomando o Rio de Janeiro como referência, os autores apontam uma tendência no modelo de metropolização das cidades brasileiras, isto é, uma “moda metropolitana”²³⁴, de “hierarquização do espaço metropolitano”²³⁵.

[...] metrópoles com um núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos, cada vez mais carentes de serviços e de infraestrutura, à medida que se afastam do núcleo, e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades as grandes massas da população de baixa renda (SANTOS E BRONSTEIN, 2017, [1978], p. 234).

A ordem espacial, em contextos capitalistas dependentes, é tomada como resultante das práticas e do conflito social entre as classes urbanas, mas também como alimentadora e “asseguradora”²³⁶ da concentração que dela resulta. Nas cidades brasileiras, “esse processo, associado a uma prática política concentradora e anti-distributiva, reflete-se na elitização dos espaços urbanos centrais e na consequente expulsão e “*periferização*” das classes de baixa renda”²³⁷. Periferização esta que não se resume à localização distante do núcleo, mas também a “não acessibilidade ao consumo

²³² Ibid., p. 32, citação anterior idem.

²³³ Santos e Bronstein, 2017, [1978], p. 233, grifo nosso.

²³⁴ Ibid., p. 233.

²³⁵ Ibid., p. 235.

²³⁶ Ibid., p. 235.

²³⁷ Ibid., p. 236, grifo nosso.

de bens e serviços” que são “apropriados e consumidos somente no núcleo urbano”²³⁸. O aparelho do Estado, unido ao capital privado, trata de colocar em movimento mecanismos que garantem “ao máximo a rentabilidade dos investimentos privados”, contribuindo assim para a conformação do solo metropolitano, seja de forma direta ou indireta, e para sua expansão circular ou concêntrica²³⁹.

Carlos Nelson e Olga Bronstein articulam os processos de metropolização diretamente com as relações de dependência. Na qualidade de representantes do capital internacional e como centros de consumo para diversas elites, servem aos “propósitos e as regras do jogo econômico ditadas internacionalmente”; internamente, contudo, traçam uma trama de “relações com suas respectivas regiões de influência territorial”, destacando-se como “cidades-região elas mesmas”²⁴⁰. Em outras palavras, os autores apontam que ao analisar os espaços intrametropolitanos, em especial o do Rio de Janeiro, “é preciso entender que as condições de dependência externa e regional aí estão reproduzidas em outra escala e de forma palpável e que são sempre as mesmas”²⁴¹.

Ao defenderem a análise das formas habituais e cotidianas de ocupação do espaço a partir do comportamento das populações, os autores criticam o que chamam de “visões maniqueístas” ou tradicionais de olhar o urbano, que acabam por supervalorizar “o papel de certos atores como o Poder Público (em particular o governo federal) e o grande capital organizado”, supondo que estes são os atores que assumem o “comando dos processos no interior das áreas metropolitanas”²⁴². Mesmo em suas versões crítica, tais discursos também acabariam por reduzir a dinâmica do urbano à “lógica de criação, produção ou reprodução de capital e de garantias de condições mínimas para a *reprodução da força de trabalho*”²⁴³. A premissa parte, portanto, da presença de maior complexidade nas relações entre os atores presentes no jogo que estrutura as interações metropolitanas.

²³⁸ Ibid., p. 236, citação anterior idem.

²³⁹ Para uma visão crítica da análise da estrutura metropolitana a partir do núcleo e círculos concêntricos, ver Villaça (1998), (2011).

²⁴⁰ Santos e Bronstein, 2017, [1978], p. 242, citações anteriores idem.

²⁴¹ Ibid., p. 244.

²⁴² Ibid., p. 245, citação anterior idem.

²⁴³ Ibid., p. 246, grifo nosso.

Os atores metropolitanos no Rio, entretanto, são apresentados a partir da dialética das ações formais com as informais, isto é, a partir das relações básicas de “morar, trabalhar, praticar o lazer, deslocar-se, estudar etc.” com o espaço, “locais e características de moradia, de trabalho, dos equipamentos urbanos e do sistema de transportes usados etc.”²⁴⁴ As maneiras de manipular o poder no espaço urbano inserem-se nesta dialética através da constante necessidades de ocupação e de controle. Os limites do formal e do informal são reflexos, portanto, da dinâmica dessas duas necessidades, e “o verdadeiro desenvolvimento urbano, não o pretendido e idealizado, mas o que está acontecendo mesmo no Rio, é ditado pelo acesso ao poder de desfrutar o espaço metropolitano e de tirar o melhor partido dele”²⁴⁵.

Por fim, o artigo trata da questão do uso do solo no parâmetro dos “jogos pelo poder que se disputam”²⁴⁶ no espaço metropolitano, resultando em um “tipo especial de urbanização, apropriado por um tipo particular de capitalismo”²⁴⁷. Nas discussões sobre a utilização desenfreada da terra e do espaço entre o núcleo e a periferia, os autores afirmam que parecem desconhecer “o fato de que as condições de parcelamento e a ocupação das periferias correspondem ao tipo de vida dos que moram nelas”²⁴⁸. Dentre as escolhas que se apresentam, seja de intervenções diretas para “disciplinamento do solo” ou do entendimento que as condições de ocupação na periferia do Rio vão de encontro às demandas existentes de um espaço que está “materializando um macrossistema e um modelo de desenvolvimento (urbano inclusive) que são dados a priori”²⁴⁹, demonstrava-se que o duplo de opostos formal e informal seguia constituindo a lógica de ocupação no Rio de Janeiro.

Se as dialéticas presentes no texto do formal com o informal, do núcleo com a periferia, e das diversas instancias de necessidades básicas para a vida com sua equivalente reprodução no espaço, são resultados da visão do autor do território urbano como contraditório e em constante tensão, em “*Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*”

²⁴⁴ Ibid., p. 247, citação anterior idem.

²⁴⁵ Ibid., p. 247.

²⁴⁶ Ver também Santos, C.N.F (1988). A cidade como jogo de cartas. Niterói: EDUFF.

²⁴⁷ Ibid., p. 248, citação anterior idem.

²⁴⁸ Ibid., p. 249.

²⁴⁹ Ibid., p. 251.

(1981), trabalho que resultou de sua dissertação, Carlos Nelson irá atentar para a capacidade das classes populares de refletirem “sobre si mesmos e sobre seu posicionamento no conjunto social a partir das *práticas urbanas quotidianas*, tais como o ocupar uma porção de território (bairro, rua ou casa), o transportar-se em busca de trabalho e serviços, o fazer uso de *equipamentos coletivos* e de infraestrutura urbanística” etc. (SANTOS, 1981, p. 11, grifo nosso).

Decidido a não resolver a cidade apenas como “expressão dos modos de produção capitalista”²⁵⁰, ou ainda, o urbano como reflexo de um sistema que se baseia no econômico, Carlos Nelson aponta para as “ordens culturais” e para os “modos de vida”²⁵¹ que justamente enfrentam a lógica e os efeitos do “urbano capitalista”²⁵². Insere, desta maneira, os movimentos sociais urbanos no contexto geral da problemática da luta de classes, os caracterizando como “movimentos de grupos ou setores da população urbana” que possuem a “sua base na cidade e que nascem de suas contradições específicas”²⁵³. Bebendo diretamente da influência teórica de Castells (guardando, contudo, seus pontos críticos), Carlos Nelson relacionará os movimentos urbanos com a “nova forma de conflito social diretamente ligada a organização coletiva do modo de vida”²⁵⁴.

A nova forma de conflito é o MSU [*movimentos sociais urbanos*], um sistema de práticas sociais contraditórias que viram pelo avesso a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana [...] Consideramos como movimentos reivindicatórios urbanos s ações coletivas da população enquanto usuária da cidade, isto é, de habitações e de serviços; ações destinadas a evitar a degradação das suas condições de vida, a obter a sua adequação a novas necessidades, ou a perseguir um maior nível de equipamento (SANTOS, 1981, p. 22-23, grifo nosso).

A partir de três experiências etnográficas específicas no Rio de Janeiro (Brás de Pina²⁵⁵, Morro Azul e Catumbi) que poderiam se enquadrar como “movimentos”, Carlos Nelson associa estes às “formas novas” de resposta à realidade do urbano:

²⁵⁰ Santos (1981), p. 16.

²⁵¹ Ibid., p. 16, citação anterior idem.

²⁵² Ibid., p. 21.

²⁵³ Ibid., p. 22.

²⁵⁴ Ibid., p. 22.

²⁵⁵ Carlos Nelson participou, no final da década de 1960, junto com um grupo de arquitetos que formavam o grupo QUADRA, do projeto de urbanização participativa da favela de Brás de Pina, no contexto da Codesco (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades).

O que está acontecendo em subúrbios, favelas e áreas periféricas nas cidades brasileiras é o processo arquitetônico e urbanístico mais interessante em todo o país: aí se desenvolvem respostas que são formas novas, nascidas do encontro da pobreza, subdesenvolvimento e cultura tradicional com a dominação de um mundo moderno, industrializado e tecnológico. As respostas teriam por papel servir de ponte entre as duas coisas. Por essa razão, é necessário começar a trabalhar sobre elas e tentar compreender as suas regras” (SILVA, 1981, p. 24).

Apreendendo o contexto metropolitano fluminense como dependente, “onde as articulações das diversas instâncias do capital, do Estado e das forças produtoras se apresentam polifacetadas e confusas”²⁵⁶, o autor revisará a contribuição de pensadores como Lojkin e Borja²⁵⁷, clássicos da crença de “que os MSUs [*seriam*] um caminho de mudança social a partir do fato urbano”²⁵⁸, para verificar se “em um meio como o nosso, são válidas as suposições de que a produção e o consumo são indissociáveis como partes do conjunto da formação social, ao mesmo tempo econômico (reprodução dos meios de produção) e social (consumo coletivo)”²⁵⁹. Neste caminho, observará tais experiências etnográficas, enquanto possíveis exemplos de MSUs, decompondo uma “série de elementos e imagin[ando] que o encaminhamento da luta, o seu significado e suas conquistas dependerão das maneiras pelas quais eles se encadeiem”²⁶⁰. Elementos que, por sua vez, vão desde o “campo” e a “arena”, que englobam os atores envolvidos nos MSUs, até o “evento mobilizador”²⁶¹ de tais organizações sociais, as “instituições” envolvidas e também seus “catalisadores”²⁶². Por outro lado, o autor critica a posição “esperançosa” com relação aos MSUs, afirmando que “a pressuposição de que os movimentos nascidos da necessidade de satisfação a demandas de *consumo coletivo* urbano possam transformar-se em questões conscientizadoras do problema social como um todo”²⁶³ é, no mínimo, contraditória, dados seus limites intrínsecos.

Eles se baseiam muito precariamente em crises de caráter urbano, incapazes de mascarar o verdadeiro problema: nas cidades capitalistas a crise não é urbana, mas é inerente ao sistema, do qual as cidades só representam um dos seus suportes materiais e simbólicos [...] Em sistemas espaciais, econômicos e sócio-

²⁵⁶ Ibid., p. 214.

²⁵⁷ Ver Lojkin (1977), Borja (1976).

²⁵⁸ Ibid., p. 214, grifo nosso.

²⁵⁹ Ibid., p. 214-215.

²⁶⁰ Ibid., p. 215, grifo nosso.

²⁶¹ Ibid., p. 218.

²⁶² Ibid., p. 223.

²⁶³ Ibid., p. 238, grifo nosso.

políticos com a complexidade das grandes metrópoles, são inconcebíveis cisões a partir de movimentos de caráter tão restrito (SILVA, 1982, p. 238-239).

Em uma citação conclusiva, na qual destaca a marca do antropólogo como o indagador que não necessariamente provê todas as respostas, o autor afirma:

Chego ao final das minhas reflexões sobre os três casos concretos, três processos que identifiquei como sendo MSUs, com mais indagações que afirmações. [...] Com o que sei agora, admito a importância do movimentos sociais urbanos como atualizadores de determinadas formas de luta urbana que, de outra maneira, seriam impossíveis de vir à tona. Isso quer dizer que os aceito como estratégia paliativa ou iniciadora, mas acho que depositar neles muitas esperanças de mudança social equivale a acreditar em milagres (SILVA, 1981, p. 240).

3.3. IPPUR: caminhos de uma resistência política e teórica.

Institutos e centros de estudo já mencionados neste trabalho, como o IBAM e o Museu Nacional da UFRJ, foram importantes para hospedar alguns dos trabalhos que analisamos e que se voltaram, em sua maioria, para a retratação da realidade do morador favelado (e também periférico) no Rio de Janeiro e sua relação com a cidade. Será a partir da década de 1970, no entanto, que começará a trajetória daquele que se tornaria o principal instituto de pensamento crítico sobre a questão regional e urbana no Rio de Janeiro, formando e abrigando, inclusive, a subsequente geração de pesquisadores e acadêmicos que marcariam a produção da temática urbana na cidade, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, o IPPUR.

O curso de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PUR) é criado, inicialmente, como uma subárea do programa de Engenharia da Produção da COPPE-UFRJ, em 1971, “conquistando autonomia e estabilidade institucional”²⁶⁴ apenas em 1987, com a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, após uma década de crise política-acadêmica-institucional afetar sua existência. Desde sua criação original, em uma parceria com o extinto Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, o SERFHAU-BNH, a “trajetória do curso foi bastante conturbada”²⁶⁵. A

²⁶⁴ IPPUR, 1988, p.2. Relatório para credenciamento do Curso de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Disponível em <http://hdl.handle.net/11422/7820>.

²⁶⁵ Ibid., p. 13.

existência, até 1977, como “simples área de concentração” do programa de Engenharia da Produção, refletia, por um lado, a predominância de determinada visão “essencialmente físico-territorial e de engenharia urbana”²⁶⁶ da problemática urbana e regional, e, por outro, a posição tecnocrata e contrária ao pensamento crítico do quadro conversador e repressor da ditadura. Com efeito, entre 1977 e 1978, uma profunda crise de natureza política, acelerada com a demissão em massa de professores por motivos políticos-ideológicos, culminou no desligamento do PUR da COPPE. O período representa, assim, “uma fase de instabilidade e incerteza, em que o PUR esteve ligado diretamente à Sub-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e subordinado a um Comitê Diretor nomeado à revelia dos corpos docente e discente” (IPPUR, 1988, p. 13).

A medida autoritária, cuja missão, segundo Ribeiro (2011), era extinguir o programa após a conclusão do curso que ainda se encontrava com duas turmas abertas, deu início a um período de resistência que reflete, em sua maneira, “um processo social mais amplo de resistência e de reconstrução do pensamento crítico do autoritarismo e ao capitalismo conservador e concentrador implantado no país” (RIBEIRO, 2011, p. 26-27). A partir de 1979, no entanto, uma nova equipe de professores começa a ser formar, reafirmando a trajetória de resistência do programa “no mesmo momento em que as classes populares entram em cena como novos atores portadores de ideias de democracia e justiça social”²⁶⁷. Segue, no entanto, a situação institucional, sendo vinculado em 1982 ao Núcleo de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, PLANUR, e somente em 1987 alcançando autonomia institucional com a criação do IPPUR.

Dinamizada pelas contratações de professores como Martin Smolka, Carlos Vainer, Ana Clara Ribeiro e Rainer Randolph, a estruturação do IPPUR na década de 1980 passa a referenciar um projeto de “resistência, reconstrução e transformação”²⁶⁸ em “sintonia com as demandas da sociedade”²⁶⁹. O encontro dessas demandas passava, necessariamente, pela reconstituição dos fundamentos do programa, orientando a

²⁶⁶ Ibid., p. 13, citação anterior idem.

²⁶⁷ “A nossa luta de pelo direito a existência legal na UFRJ se desenrola no clima social e político aquecido pelos movimentos dos moradores das periferias em prol do direito à cidade”. Ribeiro, op.cit, p. 27.

²⁶⁸ Ibid., p. 26.

²⁶⁹ Ibid., p. 27.

estrutura de disciplinas e as linhas de planejamento a partir dali em uma “cultura coletiva institucionalizada”²⁷⁰, distanciando-se de “modelos produzidos em formações urbano-regionais profundamente distintas da brasileira”²⁷¹.

Neste sentido, o IPPUR emergiu a partir de alguns fundamentos principais. O primeiro deles, e talvez o mais angular, foi a “incontornável necessidade da prática acadêmica interdisciplinar, para conceber, nos planos teórico e prático, as complexas, multidimensionais e multicausais relações entre território, sociedade, economia e Estado” (RIBEIRO, 2011, p. 27). O segundo fundamento buscava a construção de uma teoria urbana “que reconstru[ísse] a necessária unidade do campo”, trabalhando hipóteses de questões imediatas com “formulações teóricas capazes de ancorar compreensões mais globais”²⁷². Afastava-se assim da postura estática e tecnocrata que a ditadura procurava impor ao instituto, para reconhecer que a questão urbana e regional estava inteiramente relacionada ao comportamento e ao conflito dos agentes que moldam o espaço:

[...] muito mais que o somatório dos problemas urbanos e problemas regionais; tampouco limita-se ao estudo da etiologia e das terapias adequadas à nossa patologia socioespacial. Ela inclui estas dimensões, mas se fundamenta na compreensão de que o desenvolvimento urbano e regional é resultante da ação, sincrônica e diacrônica, de múltiplos agentes que, regidos por lógicas e interesses não raro contraditórios, interagem em suas práticas econômicas, políticas, institucionais, culturais etc. (IPPUR, 1988, p. 7).

Os conturbados anos 1970 no IPPUR, antigo PUR, impactaram a pesquisa sobre o espaço urbano nos contextos periféricos, se comparada à produção que já vinha sendo desenvolvida em centros como o CEBRAP e a FAU-USP, como visto no segundo capítulo. Será a partir de sua institucionalização oficial, na metade da década de 1980, que uma produção vigorosa no instituto se iniciará, com destaque para os Cadernos IPPUR, que começam a ser publicados em 1986. Em sua primeira edição, já contou com contribuições dos próprios professores do instituto, incluindo textos produzidos nos anos anteriores, como o de Ana Clara Torres Ribeiro em 1984, e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, em 1979, nomes que se estruturarão na pesquisa urbana do Rio de Janeiro.

²⁷⁰ Ibid., p. 27.

²⁷¹ IPPUR, op.cit, p. 8.

²⁷² Ribeiro, op.cit, p. 30.

Vejamos alguns pontos desta primeira edição, enquanto marco do “retorno” da produção teórica do IPPUR.

Nesta edição de 1986, o professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP, apresenta uma avaliação crítica sobre a questão da renda da terra utilizada na produção de habitação, acordando com a hipótese de que os empresários imobiliários poderiam captar a renda da terra urbana na forma de lucros extraordinários e que, para isso, a localização do empreendimento no espaço urbano seria um fator decisivo. Sua análise, no entanto, parte de uma visão crítica da suposição de um “preço geral de produção por metro quadrado como regulador do preço do mercado”²⁷³, apontando que estes iriam variar em função da localização do empreendimento, utilizando para isto os conceitos de “renda absoluta” e de “monopólio”. Renda urbana e habitação, na cidade, seguem associadas aos “valores de uso que complementam o consumo da moradia”²⁷⁴.

A localização da habitação tem importância decisiva no seu consumo, pois ela possibilitará ao ocupante maior ou menor, melhor ou pior acesso a uma série de valores de uso urbano. Para a produção da habitação, o solo representa tão somente um suporte físico, sobre o qual se processa a reprodução do capital. Para o consumo da habitação, a localização é fundamental, pois o *espaço urbano é, quantitativa e qualitativamente, diferenciado no que tange à distribuição dos valores de uso* que complementam o consumo da moradia (RIBEIRO, 1986, p. 49-50, grifo nosso).

A análise demonstra que o espaço urbano nas formações capitalistas não seria homogêneo no que concerne sua “utilidade para o consumo habitacional”²⁷⁵, imperando uma divisão social e ideológica que confere valores diferentes as habitações segundo a localização. Este valor de uso da habitação, determinado por elementos internos e externos à própria moradia, é condicionado por estruturas que se distribuem desigualmente pela cidade, exemplificando “heterogeneidades das habitações segundo a localização”²⁷⁶, que também se refletem em uma demanda diferenciada no espaço. Nestas condições, os preços das habitações com valores de uso externo mais densos e favoráveis, facilmente atingem nível de monopólio. Modulam-se, de acordo com a

²⁷³ Ribeiro, 1986, p. 50.

²⁷⁴ Ibid., p. 50.

²⁷⁵ Ibid., p. 58.

²⁷⁶ Ibid., p. 58.

“divisão social e ideológica do espaço urbano e da capacidade de pagamento dos segmentos da demanda e de como eles se expressam no espaço”²⁷⁷, os valores que, no ramo da construção habitacional, resultarão na produção da segregação social.

A grosso modo, cada segmento do mercado habitacional tenderá a ocupar uma zona do espaço urbano, em função de sua disponibilidade de pagamento. As zonas com maior densidade de valor de uso habitacional serão ocupadas por estratos de maior poder aquisitivo e assim sucessivamente, formando uma verdadeira *hierarquia social no espaço* reproduzindo a *divisão social e ideológica* da cidade (RIBEIRO, 1986, p. 59, grifo nosso).

O economista Martin Smolka, por sua vez, analisará nesta edição as transformações nas estruturas internas das cidades e como estas foram “associadas historicamente à mudanças compreendidas em casa fase do desenvolvimento industrial capitalista” (SMOLKA, 1986, p. 68). Em outros termos, o autor compreende que cada fase atravessada pelo capitalismo apresenta “uma solução urbana distinta, associada a certas necessidades quanto à organização do trabalho e do espaço”²⁷⁸. Com efeito, com o advento das relações de produção industriais, as profundas transformações na estrutura interna da cidade, para o autor, estiveram sempre vinculadas à organização do trabalho industrial.

Sua exposição, contudo, focada no desenvolvimento capitalista nos países avançados como Estados Unidos e Inglaterra, posiciona-se, como nas vertentes internacionais do pensamento urbano, na condição das relações entre Estado, capital monopolista e estruturação urbana a partir do controle da força de trabalho. O padrão de estruturação social urbana, e a cidade de maneira geral, é entendido, por sua vez, como resultante da “diligente distribuição no espaço dos equipamentos e serviços coletivos correspondentes a tais necessidades”²⁷⁹.

A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro contribuiu à edição com o debate a respeito da “grande cidade”²⁸⁰, a partir de uma “visão sintética”²⁸¹, isto é, apreendendo a realidade social ao seu passado histórico, tratando o “fato metropolitano” como um

²⁷⁷ Ibid., p. 59.

²⁷⁸ Smolka, op.cit, p. 68.

²⁷⁹ Ibid., p. 91.

²⁸⁰ Ribeiro, 1986, p. 102.

²⁸¹ Ibid., p. 102.

“espaço desenhado e redesenhado pelo poder do capital sobre a sociedade; contendo, de forma exemplar, as novas desigualdades (contradições fundamentais) produzidas e inerentes à organização social sob o domínio do modo de produção” (RIBEIRO, 1986, p. 102). Em outras palavras, a “grande cidade” é a “expressão plena das necessidades de reprodução do modo de produção capitalista e de suas contradições fundamentais”²⁸². A compreensão do momento histórico, intrincando a cidade ao processo mundial de acumulação do capital, faz com que o conceito de metrópole e mesmo de cidade se tornem historicamente móveis, impedindo a “generalização do conceito de metrópole a partir de conceitos exclusivamente político-administrativos ou tradicionalmente fundamentais”²⁸³.

Segundo a autora, o cruzamento das formas contemporâneas de capital permitiria o encaminhamento da “compreensão das metrópoles face à especificidade da inserção capitalista periférica”²⁸⁴, e nestas, as “relações de subordinação colocadas no plano internacional e os processos de articulação que agilizam e usufruem dos espaços metropolitanos historicamente construídos”²⁸⁵ constituiriam elementos centrais para a observação do estado da sociedade. O Estado entra em sua análise pela ótica de agente político e econômico direto da acumulação, e a metrópole é expressão materializada destes novos processos. “Metrópole e acumulação configuram, teoricamente, duas faces de uma mesma moeda”²⁸⁶, e a nível intraurbano concentram-se as forças que modelam o destino da cidade, concentrando investimentos, equipamentos e recursos, e posicionando a segregação socioespacial nos “termos básicos do seu equacionamento”²⁸⁷. A cidade, tal como proposta pelos autores paulistas, é analisada também por Ana Clara como “expressão da lógica capitalista” ou “*locus da reprodução da força de trabalho*”²⁸⁸, com a ação político-ideológica e planejadora do Estado observada pela provisão dos meios de consumo coletivo e sua inserção fundamental no processo de acumulação capitalista.

²⁸² Ibid., p. 103.

²⁸³ Ibid., p. 106.

²⁸⁴ Ibid., p. 107.

²⁸⁵ Ibid., p. 107.

²⁸⁶ Ibid., p. 109.

²⁸⁷ Ibid., p. 111.

²⁸⁸ Ibid., p. 115, grifo nosso, citação anterior idem.

Esta primeira geração de autores do IPPUR, dentre os quais também poderíamos mencionar os professores Michael David Vetter, Rosélia Piquet, Ana Elena Behrens, Carlos Vainer, entre outros, voltaram-se para a análise do planejamento do Estado e a transformação do território, buscando compreender o lugar do Estado, dos movimentos sociais e dos demais atores políticos e econômicos na construção do espaço e da cidade. Inicia-se um momento de fôlego na pesquisa do IPPUR, que buscava desvendar, criticamente, os limites da cidade no contexto capitalista periférico, porém já na retaguarda das produções desenvolvidas em São Paulo. Se, por um lado, a pesquisa fluminense começa a se afastar dos estudos de caráter etnográfico e antropológico, por outro, nasce uma série de pesquisas contemporâneas aos novos desafios que as transformações em escala global e nacional do capitalismo impunham aos espaços urbanos, que buscaram “desvelar as contradições urbanas e regionais e os processos econômicos, políticos e sociais no contexto da globalização neoliberal” (RIBEIRO, 2011, p. 31).

Quadro 2 - Conceitos e categorias do “pensamento urbano fluminense” na década de 1970, (1/2)

Autores	Janice Perlman	Luiz Antônio Machado da Silva	Anthony e Elizabeth Leeds	Licia do Prado Valladares
Formação	Cientista Política e Antropóloga	Sociólogo e Antropólogo	Antropólogo e Cientista Política	Socióloga
Contexto	IBAM, Universidade da Califórnia (Berkeley)	Museu Nacional (UFRJ) e IUPERJ	Museu Nacional	Universidade de Toulouse, Center for Urban Studies, Universidade de Londres
Obra	“O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro” (1977).	“A política na favela” (1967); “Mercados metropolitanos de trabalho manual” (1971).	“Carreiras brasileiras e estrutura social: um estudo de caso e um modelo” (1962); “O Brasil e o mito da ruralidade: experiência urbana, trabalho e valores nas áreas invadidas do Rio de Janeiro e de Lima” (1970); “A sociologia do Brasil urbano” (1978).	“Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro” (1974).
Participação política e	Experiência antropológica e	Trabalho de campo em favelas	Trabalhos etnográficos em mais de cem	Trabalhos de campo em favelas

trabalhos “de base”	etnográfica em três favelas no Rio de Janeiro	do Rio de Janeiro e funcionário da Codesco no programa de urbanização de favelas	favelas do Rio de Janeiro, entre elas Tuiuti e Jacarezinho	da Rocinha e Cidade de Deus
Conceitos chave	Crítica à marginalidade; custo de reprodução da força de trabalho; exploração e repressão social do “favelado”; realidade política da favela	Marginalidade e integração, “burguesia favelada”; Estado e “relações de dominação-subordinação”	Crítica à marginalidade e ao “mito da ruralidade” nas favelas; <i>ethos</i> urbano; cidade como local do mercado de trabalho	Remoções; “Urbanização removedora”; conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro; exploração da força de trabalho; “círculo vicioso” das remoções; “auto-urbanização”

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 - Conceitos e categorias do “pensamento urbano fluminense” da década de 1970, (2/2)

Autores	Carlos Nelson Ferreira dos Santos	IPPUR
Formação	Arquiteto e Urbanista, Antropólogo	Vários autores
Contexto	Museu Nacional (UFRJ), IBAM	UFRJ
Obra	“Metaurbanização: o caso do Rio de Janeiro” (1978), “Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro” (1981), “Quando a	“Cadernos IPPUR” (1986-)
Participação política e trabalhos “de base”	Projeto de urbanização participativa da favela de Brás de Pina juntamente com o grupo QUADRA	Movimento estudantil e resistência aos quadros da ditadura
Conceitos chave	Hierarquização do espaço metropolitano; relações de metropolização e dependência; atores e jogos pelo poder no espaço metropolitano; Movimentos urbanos e conflito de classe; práticas quotidianas; consumo coletivo	Estado e planejamento; interdisciplinaridade da questão urbana; valores de uso da habitação e de sua localização; hierarquia e divisão social da cidade, cidade e reprodução da força de trabalho

Fonte: Elaboração própria.

Conclusão

Podemos, agora, recuperar alguns dos objetivos que traçamos no início deste trabalho. Contextualizando o período de intensificação do processo de industrialização e de acelerada urbanização no Brasil, isto é, as décadas de 1960 e 1970, procuramos reunir algumas das contribuições centrais de autores que, neste momento, refletiram o urbano e suas principais características dentro do quadro capitalista periférico em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nos perguntamos, inicialmente, como estas duas metrópoles expressavam as profundas transformações pelos quais passavam seus espaços urbanos naquele momento, ou ainda, a partir de quais referências e categorias a “cidade” era interpretada. Deste questionamento central, procuramos entender em que medida estas interpretações poderiam formar um “pensamento comum”, uma escola de pensamento, e como estas diferenciavam-se uma da outra. Vejamos, resumidamente, o caminho que percorremos para responder tais questões.

Primeiramente, abordamos o contexto histórico em que tais produções teóricas foram elaboradas, partindo da premissa de que teorias são influenciadas e refletem seu próprio tempo e realidade. Neste caminho, apresentamos os elementos centrais da industrialização brasileira e seu processo de acelerada e conturbada urbanização, concentrada no Sudeste e trazendo consigo um forte contingente migratório para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Vimos também o contexto histórico dos países centrais, nos quais uma pesquisa seminal sobre a realidade urbana dos países centrais e periféricos, cristalizada na “sociologia urbana francesa”, era realizada. Destacamos, assim, os nomes de Aníbal Quijano, Manuel Castells e Henri Lefebvre como expoentes de um pensamento urbano que cumpriu grande influência na formação de um pensamento urbano crítico em ambas as cidades brasileiras.

Em Quijano e Castells, vimos o tratamento da relação entre as sociedades dependentes e a urbanização, com destaque para a América Latina. A visão *dualista* do sistema econômico, dividido entre núcleo hegemônico e polo marginal, caracterizou a interpretação das relações que colocavam inúmeras dificuldades à sobrevivência e a reprodução da força de trabalho na cidade. Esta era, portanto, vista por meio da ótica do consumo coletivo, da reprodução da força de trabalho, e dos efeitos da marginalidade

engendradora pelas relações de dependência em uma “urbanização selvagem”. Lefebvre, por sua vez, analisa a “mercantilização” da vida urbana a partir da ação do Estado e do capital, defendendo a cidade por seu valor de uso, e não de troca, como um produto. De base crítica marxista, acusa o sequestro da cidade por tais forças mercantis, baseadas no lucro e na troca, aprofundando os conflitos internos e denigrando o sentido e a realização da sociedade urbana.

São Paulo, sinopse da aceleração urbana e dos processos de transformação estruturais da economia brasileira, exibiu, nos diversos estriamentos que configuravam seu tecido urbano, as marcas capitais e as consequências do desenvolvimento capitalista numa cidade periférica. Na busca epistemológica por essas marcas, o “pensamento urbano paulista” emerge propondo-se, a princípio, analisar o urbano “propriamente urbano”, isto é, as especificidades que conjugaram uma forma característica de desenvolvimento urbano na periferia do capitalismo. O grupo de autores e intelectuais nele reunidos, juntos, foram responsáveis pela criação de uma base bibliográfica de cunho marxista seminal para os estudos da urbanização brasileira. Correndo o risco, que por certo concretizou-se, de havermos deixado de fora outros nomes dignos de menção, nos limitamos àquelas produções que, pensando São Paulo e a partir de São Paulo, formaram, a despeito de suas heterogeneidades, um pensamento urbano propriamente paulista. Constituiu-se, também, propriamente periférico à medida em que teorizava, aliando também a experiência política, o núcleo comum da aceleração da urbanização e de seus estigmas no âmbito do capitalismo industrial brasileiro.

Nesse sentido, vimos como CEBRAP e FAU-USP (mas também a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH) mobilizaram, na década de 1970, conceitos como custo de reprodução da força de trabalho, consumo coletivo, autoconstrução e moradia, e o papel fundamental do Estado na regulação das relações sociais de produção e na provisão do aparato urbano e de seus serviços. A influência do estruturalismo francês, encorpado nos trabalhos de Castells, é capturada quando a imagem da cidade se reflete como local do consumo coletivo e da reprodução da força de trabalho, não obstante a postura crítica ao marginalismo e a visão dualista dos fenômenos urbanos presente no pensamento paulista. Se, por um lado, este último distingue a cidade como núcleo da luta social pelos fundos públicos, pela ação do Estado

e como local da subsistência da classe trabalhadora, por outro, não elabora, ao menos à fundo e neste momento, as categorias de acumulação fundamentalmente urbanas, a questão da renda da terra urbana e os movimentos de produção da própria cidade, como a relação do capital imobiliário e da construção civil etc²⁸⁹. No caminho desse tom crítico, seria possível afirmar que os conceitos urbanos elaborados nesse período foram, “em sua maioria, unidimensionais”²⁹⁰, ou, quando se movimentavam dialeticamente, o faziam com relação ao Estado e suas forças, calcando nos movimentos e nas lutas sociais os mecanismos de esperança para a transformação urbana, dentro do caos observado.

O Rio de Janeiro, engatado em um processo de perda relativa de participação na economia nacional para São Paulo (início do que diversos autores chamariam de “esvaziamento econômico”), observava as contradições do capitalismo periférico e dependente desenharem-se em seu espaço urbano de uma maneira muito particular: a intensificação da *favelização*. Particular não no sentido de lhe ser exclusivo, mas no sentido de possuir tanto a vanguarda como a concentração deste fenômeno que irá dominar tanto os discursos político-ideológicos daquele período, como a atenção acadêmica. Desenvolvem-se pesquisas de cunho etnográfico e antropológico, dispostas a desmistificar uma série de anacronismos difundidos pelas teorias marginalistas até então em voga, reinterpretando os significados de integração com a cidade e da própria noção de cidadania.

Vimos como as contribuições de Janice Perlman, Luiz Antônio Machado da Silva e Anthony e Elizabeth Leeds foram importantes para ressignificar os moradores da favela no Rio de Janeiro, colocando por terra os estigmas marginalistas para descrever a situação de funcionalidade para a acumulação capitalista e a complexa trama de relações políticas e econômicas que estes estratos da população representavam, lançando mão de conceitos como a repressão à reprodução da força de trabalho, as políticas de intervenção do Estado, e a visão da cidade como o local do mercado de trabalho, da diferenciação e especialização social, e do consumo coletivo. Somam-se a estes trabalhos de complexificação do “*morador favelado*” da década de 1970, aqueles

²⁸⁹ O que se aproxima dos primeiros passos dessa visão crítica, já no final da década de 1970, é justamente a coletânea de textos do livro da professora Ermínia Maricato.

²⁹⁰ Arantes, 2009, p.126.

que se voltaram para a condição da moradia e da habitação no Rio de Janeiro, com Licia do Prado Valladares analisando o “círculo vicioso” dos programas de remoção de favelas, Olga Bronstein e Carlos Nelson Ferreira dos Santos analisando o processo de metropolização dependente, analisando o jogo de apropriação da cidade a partir dos múltiplos atores sociais nele engajado e apresentando a cidade a partir da dialética formal *versus* informal. Carlos Nelson contribuiu ainda para uma análise crítica dos movimentos urbanos no Rio de Janeiro, os redefinindo a partir da atualização da luta de classes nos espaços urbanos, porém expondo seus limites estruturais. Por fim, tratamos do início das contribuições teóricas do IPPUR enquanto centro de referência para a pesquisa urbana e regional no Rio de Janeiro, apesar dos conturbados anos de resistência política que a década de 1970 representaram. Será a partir daí, já nos anos 1980, que uma proposta de teorização e análise crítica do urbano mais abrangente começará a se estruturar, para além dos trabalhos etnográficos específicos que marcaram a década anterior.

Em que medida, no entanto, estes dois grupos se aproximaram em suas interpretações? Com efeito, tanto os “*autores paulistas*” quanto os “*autores fluminenses*”²⁹¹ partiram de uma base crítica comum de cunho marxista, tendo sido influenciados em considerável medida pelos trabalhos de Castells²⁹². As relações de dependência incrustadas em um processo de industrialização *modernizador* e movido por um Estado voltado a lógica da acumulação de capital permeia ambas interpretações, lhe denominando seja de capitalismo dependente, seja capitalismo periférico. A crítica as suposições da teoria da marginalidade também configuram um traço comum, ainda que em ordens diferentes. Nos autores paulistas, temos a crítica à noção dualista dos pólos na economia, com um deles considerado “marginal”, a partir do processo de acumulação, demonstrando os autores como, em realidade, o suposto “polo marginal” contribuía para a acumulação do capital. Os autores fluminenses, por sua vez, também atacaram as bases do marginalismo em sua vertente ideológica, política e cultural, criticando os estigmas sociais que a partir dele se formavam e que ditavam as intervenções do Estado

²⁹¹ Definidos mais por seu objeto que por sua origem.

²⁹² Que, por sua vez, também foi influenciado pela produção brasileira, com a qual trabalhou com diversos autores aqui mencionados, como Paul Singer, Lúcio Kowarick e Fernando Henrique Cardoso, nas discussões sobre a Teoria da Dependência.

e a própria noção da sociedade. Criticavam, assim, a construção do “*homem marginal*”, desintegrado do restante da cidade, e afundado em certa “cultura da pobreza”.

Aproximaram-se, ainda, na maneira como expressam a cidade e os processos urbanos de uma forma geral, o que poderia ser afirmada como “passiva”, ou “unidimensional”, como descrito por Arantes (2009). Isto porque ambas interpretações lançam mão dos conceitos de custo de reprodução da força de trabalho, consumo coletivo, autoconstrução e auto-urbanização, para designar a cidade apenas como o local dos conflitos e tensões entre Estado, capital e classes sociais, isto é, como palco do processo de acumulação capitalista industrial, em seu sentido mais amplo. Se em São Paulo, a coletânea da arquiteta Ermínia Maricato começou a apontar as pistas para uma análise “propriamente urbana”, será o IPPUR quem trará essa noção no Rio de Janeiro, porém já na “rebarba” dos anos 1980.

Se tais aproximações são factíveis, também o são as diferenças. O pensamento paulista fundamenta-se em uma sistematização da acumulação capitalista a partir do quadro central das relações capital, Estado e trabalho, computando no espaço urbano as consequências dinâmicas dessa relação. Em outros termos, procurou nas especificidades do capitalismo brasileiro (dependente e periférico), aqueles traços e rasgos fundamentais que caracterizariam nosso espaço urbano, tomando São Paulo como a epítome de um processo geral e em movimento. A “autoconstrução”, a relação do Estado com as classes médias e com seus investimentos sobre a estrutura urbana, e os próprios processos de dependência cultural e modernização são tratados a partir da crítica universal do capitalismo brasileiro e seu impacto sobre a reprodução da força de trabalho. As produções que se desenvolveram no Rio de Janeiro neste momento, por outro lado, partem de diversas aproximações etnográficas e antropológicas para descrever a realidade concreta das classes populares e dos demais atores políticos e econômicos que lhes subordinam, incluindo o Estado. A dimensão das classes populares, como tratada por Perlman (1977), Leeds e Leeds (1970) e Valladares (1978), não estava ausente na produção paulista, como visto no trabalho de Kowarick (1979) e Maricato (1979), porém na fluminense ela ganha o contorno de exame antropológico com vistas a qualificação do morador periférico, especialmente o favelado, e do seu lugar à cidade.

Em outras palavras, o conjunto de contribuições do urbano fluminense aqui analisado voltavam-se, em boa medida, para a realidade urbana “propriamente fluminense”, apropriando-se de um conjunto de categorias analíticas críticas para descrever a realidade observadas em campo. As contribuições paulistas, por sua vez, a partir de suas especificidades, conjugam a visão geral do capitalismo brasileiro para descrever as idiosincrasias do espaço urbano periférico. Suas diferenças, portanto, não são de matriz crítica, pois os recortes de ambos os pensamentos originam-se na matriz de pensamento crítico de corte marxista. A forma como problematizam as questões urbanas, (ou mesmo como propõem-se a teorizá-la, bem mais visível em São Paulo), é que os difere.

Por fim, cabe-nos perguntar em que medida podemos considerar tais contribuições, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, como um “pensamento comum” ou uma escola de pensamento. Se levarmos em consideração as questões levantadas na introdução deste trabalho, em que apontamos algumas das características de uma escola de pensamento como, nos termos de Becker (1996), “um grupo de pessoas que tem em comum o fato de que outras pessoas consideram seu pensamento semelhante”, ou ainda, de maneira geral, “um grupo de pessoas que compartilham princípios comuns de pensamento e abordagem científica”²⁹³, seria possível caracterizar, em certa medida, ambas as produções como uma escola de pensamento. A matriz crítica comum dos autores paulistas analisados convergiria para este sentido, assim como as técnicas de pesquisa de campo e de caráter etnográfico no Rio de Janeiro como método de investigação comum para a interpretação do urbano. Não obstante, as caracterizações chegam somente até certa medida.

A multiplicidade de temas abordados, assim como a multiplicidade de institutos envolvidos na elaboração dos trabalhos que observamos, apontariam para uma outra direção. Se em São Paulo, o grupo CEBRAP e FAU-USP consagram-se como expoentes da interpretação marxista da realidade urbana, no Rio de Janeiro esse percurso institucional é mais fragmentado, pelo menos durante a década de 1970, com contribuições advindas do Museu Nacional, do IBAM, e de universidades estrangeiras.

²⁹³ Cf. Teodósio, A.S.S. (2003). “Escola de Chicago: heranças para o pensamento social contemporâneo sobre as cidades”. XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Unicamp, Campinas.

As conexões interpessoais, apesar de existirem, também são mais fragmentadas no caso fluminense, enquanto na produção paulista o fluxo teórico entre os autores do CEBRAP e da USP comumente entrecruzavam-se com trabalhos comuns. Além disto, mesmo os autores fluminenses, como Janice Perlman e Carlos Nelson Ferreira dos Santos, já utilizavam naquela época o referencial crítico elaborado pela produção paulista, revelando, senão sua configuração como “escola de pensamento”, pelo menos sua influência. A proposta sistemática do pensamento paulista em abordar os movimentos da acumulação capitalista no espaço urbano brasileiro, *versus* os estudos de caso e de caráter etnográfico fluminenses do período, por certo contribuíram para que o primeiro se destacasse no ensino e nas interpretações do urbano *dependente/periférico* em voga até hoje, o que de maneira nenhuma desmerece a produção do Rio de Janeiro, apenas lhe coloca em local específico. Em ambos os casos, portanto, é problemática a afirmação de constituição de uma “escola de pensamento”, dada a miríade de formas e conceitos empregados para interpretar a cidade no contexto periférico.

Se, no entanto, encaramos as obras que descrevemos como “clássicas” em suas áreas, e enxergamos um clássico, tal como colocou o escritor italiano Ítalo Calvino²⁹⁴ como aquela obra sempre digna de ser revisitada, mesmo anos após sua publicação, então as produções aqui analisadas merecem, definitivamente, esse *status*.

²⁹⁴ Cf. Calvino, I (1993). Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia das Letras.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M. (1987). **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN.
- ARANTES, P. (2009). **Em busca do urbano**. Revista Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, n. 83, Mar, 2009.
- BECKER, H. (1996). **Conferência A Escola de Chicago**. Mana – estudos de Antropologia Social, v. 2, n. 2, snt.
- BONDUKI, N e ROLNIK, R (1979). **Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho**. In: MARICATO, E (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BORJA, J. (1976). **Movimientos sociales urbanos**. Buenos Aires, Ediciones SIAP.
- BOSCHI, R; GOLDSCHMIDT, R. (1970). **Populações faveladas do Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- BRANDÃO, C.A. (2007). **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- CALVINO, I (1993). **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAMARGO, F. M. (2016). **El derecho a la ciudad: de Henri Lefebvre a los análisis sobre la ciudad capitalista contemporánea**. Revista FOLIOS, segunda época, n 44, 2016, pp 3-19.
- CANO, W. (1989). **Urbanização: crise e revisão de seu planejamento**. Revista de Economia Política, vol. 9, nº 1. São Paulo, janeiro/março de 1989.
- _____. (2002). **Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930)**. In: Cano, W. Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil, Ed. Unicamp, 2006.
- _____. (2006). **Crise de 1929, Soberania na Política Econômica e Industrialização 2006**. In: Cano, W. Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil, Ed. Unicamp, 2006.
- _____. (2007). **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- _____. (2011). **Ensaios sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. (1982). **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense.
- CARNEIRO, R. (2002) **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Ed. Unesp/IE-Unicamp, 2002.
- CASTELLS, M. (1972). **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- _____. (1973). **La urbanización dependiente en América Latina**. In.: CASTELLS, M. (org.). Imperialismo y urbanización en América Latina. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- CONCEIÇÃO, W.S. (2017). **Empiria, teoria e favelas: Fazendo a cidade e o legado de Luiz Antonio Machado da Silva para a sociologia urbana**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v.10, n.2, pp. 379-387.
- CUNHA, J. et al. (2018). **Encontros com Licia do Prado Valladares: biografia, trajetória acadêmica e reflexões metodológicas sobre o seu trabalho de campo na Rocinha em 1967-1968**. Revista Antropológica, n. 44, Niterói, p.282-313.

- DAVIDOVICH, F (1988). **Urbanização no Brasil**. In: IBGE (1988). Brasil: uma visão geográfica nos anos 80. Rio de Janeiro: IBGE.
- DIAS, M.O.L.S (2005). **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial.
- FAJNZYLBER, F. (1983). **La Industrialización Trunca de América Latina**. México: Nueva Imagen, 1983.
- FIORI, J. L. (1994). **O nó cego do desenvolvimento brasileiro**. Novos Estudos, n.40.
- FUNARI, A. P. (2017). **Apropriação desigual da cidade: elementos para avaliação da segregação urbana em São Paulo 2000-2010**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas.
- FURTADO, C. (1961). **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, vol.1, Rio de Janeiro, Cofecon-CEPAL, Record, 2000.
- _____. (1974). **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GONÇALVES, R.S; MACHADO-MARTINS, M. (2017). **A atualidade do pensamento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos**. Revista de Administração Municipal, RAM-IBAM, n; 298, p.25-34.
- HARVEY, D. (1973). **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- IPPUR (1988). Relatório para recredenciamento do Curso de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em <http://hdl.handle.net/11422/7820>.
- JORNAL DO BRASIL (1969). **Sociólogos são contra solução paternalista para as favelas**. 1º Caderno, 26 de agosto, p.14.
- KOWARICK, L. (1979). **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LEEDS, A; LEEDS. E.(1967). **Brazil and the myth of urban rurality: urban experience, work, and values in 'squattments' of Rio de Janeiro and Lima**. Trabalho apresentado na St. Thomas Conference, novembro de 1967.
- LEFEBVRE, H. (1968). **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. (1970). **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.
- _____. (1996). **Writings on cities**. Oxford, UK and Massachussetts, USA: Blackweel Publishers
- LESSA, C. (1978). **A estratégia de desenvolvimento: 1974-1976**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.
- _____. (2000). **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca da auto-estima**. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- LESSA, C; DAIN, S. (1982). **Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento**. In: BELLUZZO e COUTINHO. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense.
- LEWIS, O (1966). **La vida: a Puerto Rican family in the culture of poverty: San Juan and New York**. Nova York: Random House.
- LIMA, N.T; VIANA, R.A. (2018). **Entre latifúndios e favelas: O Brasil urbano no pensamento de Anthony Leeds**. Revista Sociologia&Antropologia, v.8, n.3, p.771-805, Rio de Janeiro.
- LIPIETZ, A. (1977). **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1987.

- LOJKINE, J. (1977). **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1981.
- MARICATO, E (org.). (1979). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.
- MENDES, F. S. (2015). **O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Unicamp.
- MISSE et al. (2011). **Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais: entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 4, n. 4, pp. 663-698.
- OLIVEIRA, F (1972). **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Estudos Cebrap, n.º 2, 1972.
- _____. (1978). **Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes**. In: MOISÉS, J.A.; MARTINEZ-ALIER, V; OLIVEIRA, F; SOUZA, S. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC.
- _____. (1982). **O Estado e o urbano no Brasil**. In: BARROS, SILVA e DUARTE (Org.). *Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo*. Caderno de Debates, Rio de Janeiro: FASE, 2013.
- PARISSE, L. (1969). **Favelas do Rio de Janeiro, evolução e sentido**. Cadernos CENPHA, n.5.
- PERLMAN, J. (1977) **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- QUIJANO, A (1968). **Dependência, mudança social e urbanização na América Latina**. In: ALMEIDA, F. L. (1978). *A questão urbana na América Latina*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____. (1968). **Urbanización y Tendencias de cambio en la Sociedad Rural Latinoamericana**. Santiago, Chile: CIDU.
- _____. (1973). **La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina**. In: CASTELLS, M. (org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- QUIRION, N. (2017). **Jogos de distinção e lógica da exclusão: problematizando o conceito de gentrificação a partir de uma favela urbanizada do Rio de Janeiro**. E-metropolis, n.31, ano 8, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, L. C. Q. (1986). **Notas sobre a renda da terra urbana**. Cadernos PUR, ano 1, n.1, Rio de Janeiro: UFRJ.
- _____. (1997). **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1. 352p.
- _____. (2011). **Depoimento: 40 anos, PUR em movimento**. In: NATAL, J.L.A (Org.). *Território e planejamento: 40 anos de IPPUR /UFRJ*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- _____. (2016). **Metamorfoses da Ordem Urbana da Metrópole Brasileira: o caso do Rio de Janeiro**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, n.42, p. 120-160.

- RIBEIRO, A.C.T. (1986). **O fato metropolitano: enigma e poder**. Cadernos PUR, ano 1, n.1, Rio de Janeiro: UFRJ.
- SANTOS, C. N. F. (1981). **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1988). **A cidade como jogo de cartas**. Niterói: EDUFF.
- SANTOS, C. N. F.; VOGEL, A. (1985). **Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3ª edição. São Paulo: Projeto.
- SANTOS, C; BRONSTEIN, O. (1978). **Meta-urbanização: o caso do Rio de Janeiro**. Revista de Administração Municipal, v. 25, n. 149, p. 6-34, Rio de Janeiro.
- SARTI, F., HIRATUKA, C. (2010) **Indústria Mundial: mudanças e tendências recentes**. In: SARTI, F., HIRATUKA, C. (org.) Perspectivas do Investimento no Brasil: Indústria. Rio de Janeiro: Synergia, 2010, v.1. Pp.1-42.
- SCHMIDT, B. V. (1983). **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, L&PM.
- SERRA, J. (1982). **Ciclos e Mudanças estruturais na Economia Brasileira do Após Guerra**. In: BELLUZZO, L.G. e COUTINHO, R. (Org.) - Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil, vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SILVA, L. A. M. (1967). **A vida política na favela**. Cadernos de Estudos Brasileiros, vol. 9, no .41.
- SILVA, R. D. (2004). **Rio de Janeiro: Crescimento, transformações e sua importância para a Economia Nacional 1930-2000**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas.
- SINGER, P. (1973). **Economia política da urbanização**. 13ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. (1979). **O uso do solo urbano na economia capitalista**. In: MARICATO, E (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.
- SMOLKA, M. (1986). **Estruturação intraurbana e desenvolvimento industrial capitalista**. Cadernos PUR, ano 1, n.1, Rio de Janeiro: UFRJ.
- SOUZA, M.A.A. (2004). **O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente**. In: DEÁK e SCHIFFER (Org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: UNESP.
- SOUZA, P.C. (2005). **Uma crítica francesa acerca do espaço urbano**. Ser Social, Brasília, n.17, p. 59-112.
- TAVARES, M.C. (1978) **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.
- _____. (1998). **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Unicamp, Instituto de Economia, 3ªed, Campinas.
- TEIXEIRA, A. O. (1983). **Movimento da Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pós-Guerra**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UFRJ, 1983.
- TEODÓSIO, A.S.S. (2003). **Escola de Chicago: heranças para o pensamento social contemporâneo sobre as cidades**. XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas: Unicamp.

- TOPALOV, C. (1988). **Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965**. Espaço & Debates, n. 23, p. 12.
- VALLADARES, L.P. (1978). **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____.(1980). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1989) **La investigación urbana en Brasil: una breve revisión**. In: CARRIÓN, F. (ed). (1989) La investigación urbana en América Latina: caminos recorridos y por recorrer, Estudios Nacionales. Ciudad, 340p.
- _____. (2000). **A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.15, n. 44, p. 5-34.
- VALLADARES, L.P; LACERDA, A. L.; GIRÃO, A. L. (2018). **Anthony Leeds: O esquecimento e a memória**. Revista Sociologia&Antropologia, v.8, n.3, p.1027-1058, Rio de Janeiro.
- VELHO, G. (2011). **Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento**. Mana – estudos de antropologia social, Rio de Janeiro, 17/1.
- VILLAÇA, F. (2001). **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.
- VILLAÇA, F. (2011). **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. Estudos avançados, v. 25, n.71.
- VAN DER LINDEN, M. (2016). **O conceito marxiano de proletariado: uma crítica**. Revista Sociol. Antropol, v.6, n.1, pp.87-110.